



FOTO DE JOSÉ TAVARES

Fogo na Praça da Alegria

Um violento incêndio destruiu esta madrugada o último andar do prédio da Praça da Alegria, em que se situa a boite «Fontória». O fogo calcinou as instalações de uma fábrica de malas, cujos trabalhadores ficaram desempregados e parece ter sido causado por uma fogueira acesa num dos patamares por um homem de idade que se costuma abrigar nas escadas para dormir

ESPANHA

OPOSIÇÃO UNE-SE CONTRA O REGIME

Grupos oposicionistas espanhóis estão prestes a formar uma Frente Unida, ao fim de três dias de negociações secretas realizadas algures em Madrid. A fonte da notícia, transmitida pela agência Reuter, foi um informador do Partido Carlista, que participou nas conversações e disse ser possível o documento final sobre a criação da frente ficar pronto ainda hoje.

Observadores políticos consideram que a criação desta frente permitirá que a Oposição espanhola exerça maior pressão sobre o Governo no sentido de serem introduzidas reformas democráticas, sendo um meio de aniquilar as manobras governamentais de divisão dos grupos oposicionistas em autorizados e proibidos. Recordar-se que o plano de refor-

mas do Código Penal anunciadinho há dias previa a possibilidade de existência de partidos políticos, excluindo, no entanto, os comunistas, anarquistas e separatistas.

A Frente agruparia as duas alianças da Oposição: a Junta Democrática, onde o P.C.E. figura como o partido de maior peso, e a Plataforma de Convergência, que agrupa socialistas, sociais democratas e cristãos democratas.

As tentativas de unidade dos dois grandes agrupamentos da Oposição espanhola vêm de há bastante tempo, mas ainda recentemente o dirigente socialista, Tierno Galvan, declarou em Londres que a união dos oposicionistas não seria forçada, antes se faria mediante tentativas de chegar a acordo.

U.M.D. MANIFESTA-SE

Entretanto num violento comunicado divulgado ontem, a União Militar Democrática, embora negue que esteja a planear um golpe militar admite uma «intervenção militar, se tal for pedido por «todas as forças políticas da verdadeira Espanha».

Noutro passo do comunicado desmente-se ainda que tenha sido concedido ao rei Juan Carlos o prazo de dois meses para conduzir o país a uma autêntica democracia, mas deixa-se em aberto a possibilidade de uma acção militar desde que conjugada com um apoio civil.

A U. M. D., que afirmou ter nas suas fileiras 600 oficiais, entre os mais de 30.000 mem-

bro das Forças Armadas que têm posto inferior ao de coronel, identificou as forças políticas em que se apoia como sendo Junta Democrática Espanhola (que tem como principal força o Partido Comunista) e a Convergência Democrática (onde predomina o P. S. espanhol) além de independentes. Um porta-voz da U. M. D. excluiu dessas forças as organizações de extrema-direita e as de extrema-esquerda ou separatistas (como a F. R. A. P. e a E. T. A.).

Outro dos objectivos apontados pelo comunicado da U. M. D., é o de impedir qualquer tentativa de golpe desencadeada por generais de extrema-direita. Sobre o rei afirma-se: «respeitámo-lo como pessoa mas pensamos que a monarquia de-

Continua na pag. 20

20 PÁGINAS

Agostinho Neto à A.P.S.

“Rejeitamos toda a espécie de paternalismo”

BISSAU, 26 — (I.P.S.) — «Podemos prosseguir com Portugal proveitosos vínculos mútuos com base no respeito da nossa soberania nacional e da nossa integridade territorial» — disse o presidente de Angola, dr. Agostinho Neto, em entrevista à Algérie Presse Service dada nesta cidade.

«Entretanto» — prosseguiu o «leader» do M.P.L.A. —, «temos a impressão de que Portugal, quer dizer, determinadas forças políticas de Portugal, desejariam implantar o neocolonialismo em Angola. Mas a nossa independência foi conquistada pela força das armas e por isso rejeitamos toda a espécie de paternalismo.»

Noutro passo da entrevista Agostinho Neto apoiou a sugestão de Sékou Touré, presidente da República da Guiné, no sentido de criar-se uma Frente Africana de forças políticas e militares para lutar contra o racismo e o imperialismo na África Meridional.

«Nessa luta contra o «apartheid» e o imperialismo devem

juntar-se todos os Estados africanos» — declarou Neto, para acrescentar: — «Tal significa, por exemplo, que a Zâmbia, os Camarões e a Costa do Marfim enviem os seus soldados, já que é necessário fazer pressão militar sobre o regime racista da África do Sul».

Neto abordou depois o problema das relações com a Zâmbia e o Zaire, sublinhando que Angola «tem a intenção de continuar a sua normalização, para a qual foram criadas condições».



Trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística concentraram-se esta manhã à porta do seu local de trabalho, em atitude de solidariedade com alguns colegas na situação de eventuais impedidos pela Comissão Directiva de regressarem à actividade por «falta de verba e de espaço»

(Pág. 9)

DL

NÃO PEÇO LICENÇA PARA PROTESTAR

A libertação dos agentes da PIDE-DGS não é um simples problema burocrático-administrativo do qual a opinião pública vem sendo informada por comunicações secas ou inconfidências ocasionais. Representa a quebra de um compromisso que o MFA assumira perante o Povo, representa um atestado de incapacidade para os vários membros da Comissão de Extinção da PIDE-DGS e seus mais altos responsáveis; representa uma concessão ou uma cumplicidade em relação às forças reacçãoárias que apenas espreitam uma oportunidade para estrangular o sonho revolucionário que nasceu na madrugada de 25 de Abril de 1974. As libertações representam uma decisão política. São actos políticos. Traduzem — o que não é menos grave — uma falha de sensibilidade moral.

Todos os agentes da PIDE-DGS deverão ser considerados culpados de torturas e de assassinios? Não. Mas —

na sua maioria — são culpados de terem sido agentes activos, ou potenciais, do crime de opressão e de obscurantismo. Eles são culpados, em acto ou potencialmente, de perseguições, de espancamentos, de sevícias, de sofisticadas formas de tortura.

Delas avultam ofensas à dignidade humana, práticas de coacção psicológica e o atentado à sanidade física e mental que era a «privação do sono» durante dias e noites, durante semanas seguidas. Que os senhores militares oiçam os senhores médicos e os senhores psiquiatras, e que nos digam, após consulta e reflexão, se esses homens, os que autorizavam, os que ordenavam, os que vigiavam, são, ou não, criminosos de facto e de direito. Responsáveis todos; muitos passíveis de sanção penal.

Houve em Portugal, com Salazar (o dos safanões a tempo), com Marcelo Caetano (o das conversas em família) muitas

famílias destroçadas, muita vida familiar destruída, muita carreira profissional cortada ou impedida, muita violência cometida contra pessoas e uma violência maior, mais grave — a violência cometida contra o próprio Portugal.

Nenhuma falta de patriotismo nos parece mais pesada do que essa contra a Nação que foi praticada pelos servidores do tirano.

Nanhuma ausência de consciência cívica e de consciência moral é mais flagrante. A ditadura — negadora de toda a liberdade — assentava na obediência e na acção desses homens. A sua libertação, como expediente burocrático, é uma afronta ao País. Eles são o exemplo mesmo da «indignidade nacional».

Fernando Piteira Santos

Nacional

Política de A a Z

Caixa Geral de Paris

Inquérito e despedimentos no 1.º aniversário

UMA CRISE INEVITÁVEL

Embora admitindo que se tenham cometido exageros e improvisações quanto a certas decisões de política económica, o almirante Pinheiro de Azevedo reconheceu, em declarações prestadas à TV, que: «A crise económica que agora vivemos era inevitável — com ou sem 25 de Abril.» E acrescentou: «A prosperidade económica dos tempos de Caetano era falsa, apoiada em mecanismos especulativos e de corrupção que teriam de acabar da pior maneira. A nossa economia muito dependente do exterior teria que sofrer duramente os efeitos da crise económica internacional...»

O almirante Pinheiro de Azevedo fez, também, referência aos custos do «processo de descolonização», mas, das suas declarações, permitimo-nos sublinhar o seu juízo sobre a inevitabilidade da crise, globalmente considerada, independentemente de «exageros» e de «improvisações» que poderiam ter sido cometidos. Importante é, igualmente, não esquecer a «crise internacional». Realmente, a crise portuguesa integra-se na vasta crise do capitalismo europeu e na crise das relações económicas internacionais. O refluxo das contradições interimperialistas não nos poupou. Os fenómenos do desemprego e da inflação — por exemplo — não são «originalidades» do nosso processo de democratização a caminho de uma economia socialista. Atribuir ao «25 de Abril», à orientação que inspirou o «processo de democratização», a responsabilidade genérica das nossas responsabilidades presentes, é uma das formas subtis de desmoralização e de divisão das forças democráticas.

DEFENDER OS IDEIAS DO «25 DE ABRIL»

No silêncio, na hesitação, no recuo, de quando em quando, irrompe um brado evocativo dos ideais do «25 de Abril», dessa aposta generosa na capacidade de regeneração da vida nacional, dessa vontade de liquidar a opressão fascista na nossa terra e de construir um «País novo». Quase sempre é o «capitão» Vasco Lourenço (e não está excluído que ele seja «o senhor que se segue») que tem a coragem de falar do «25 de Abril» e da necessidade de reencontro e de unidade dos «capitães». Na E. P. C., na unidade de Salgueiro Maia, Vasco Lourenço declarou: «Só mantendo-nos, de facto, mais unidos do que nunca, à volta dos ideais do 25 de Abril de 1974, conseguiremos que o povo não seja mais uma vez defraudado por militares em quem confiou e que têm o dever de o defender.»

Não defraudar o povo. Não assassinar a esperança. Não desmobilizar as massas trabalhadoras. Não desiludir a opinião pública nacional. São pesados encargos que a História colocou nas mãos — e nas armas — dos «Capitães de Abril».

NEM PRESOS, NEM EXILADOS

O general Ramalho Eanes manifestou-se favorável ao desaparecimento de «duas espécies de cidadãos que são os presos políticos e os exilados políticos». O propósito é nobre. Mas não nos esqueçamos que, durante meio século, imperou em Portugal um regime de opressão criador de privilégios, um regime de obscurantismo, um regime de exploração. Existem saudosos desse regime. As nobres palavras do general Ramalho Eanes são de resto, condicionais. Ele disse também: «É necessário que os que venham responder pelas culpas que tenham, se é que as têm, e depois consigam efectivamente viver democraticamente segundo as regras que forem estabelecidas pela comunidade.»

Portanto, esta abertura da fronteira e das grades, é condicional. Na realidade, condicionada à aceitação da «ordem democrática». Pensará o general Ramalho Eanes, homem sério e de rigor, que os «fascistas» estão reeducados? Pensarão que são reeducáveis se a democracia não estiver institucionalizada e suficientemente defendida?

LUTAM POR NEUTRALIZAR A CONSTITUIÇÃO

Alguns partidos da «direita», com surpreendentes colaborações ditadas por um imprevidente eleitoralismo, lançaram uma ofensiva pela revisão constitucional que aparece como um movimento paralelo ao de contestação do preâmbulo do «Pacto». O dr. Francisco Sá Carneiro que pelo silêncio se não perde, no decurso que proferiu em Sintra, assinalou que «as Forças Armadas evoluíram no sentido da democracia», após o «25 de Novembro», e que essa evolução se poderia exemplificar pelo facto de no «Pacto» se não falar de «socialismo» e de terem falhado as tentativas de fazer preceder o «Pacto» de um preâmbulo ideológico. Para o dr. Francisco Sá Carneiro se não forem criadas condições de imediata revisão constitucional, a própria Constituição dará «ocasião para outros golpes de força». Estamos, sem ilusão possível, perante uma ameaça contra a «ordem democrática». Vem o dr. Francisco Sá Carneiro ameaçar-nos com «golpes», e, mais precisamente, com um «golpe de direita» dado que a defesa da necessidade da Assembleia da República, na próxima sessão legislativa normal, ter poderes constituintes tem justamente origem nesses sectores. Fica claro — para quem o queira entender — que a ofensiva contra o «Preâmbulo do Pacto» se prolonga, virulenta e sistemática, em termos de chantagem política e de ameaça «golpista», contra a própria Constituição.

PARIS, 26 — (especial para o «Diário de Lisboa») — Uma comissão de inquérito da Caixa Geral de Depósitos, composta por dois membros da comissão de saneamento e um terceiro da comissão de trabalhadores, encontra-se actualmente nesta cidade para averiguar sobre o funcionamento da sucursal daquela entidade de crédito.

Com efeito, a sucursal da C.G.D. passou ontem o seu primeiro aniversário, mas as dificuldades de orientação e as contradições no seu seio não têm deixado de se avolumar, segundo alguns funcionários.

No passado mês de Fevereiro, quatro funcionários portugueses foram despedidos por alegada necessidade de «redução do pessoal» e imposição do Ministério do Trabalho francês. Dois desses funcionários eram dos mais antigos. Actualmente já se fala em «incompetência». Acontece que esses dois funcionários escreveram uma carta em Junho de 1975 à Comissão de Trabalhadores e ao Conselho da Revolução criticando o pouco dinamismo e a falta de iniciativa dos dirigentes da sucursal.

Para além do argumento bem pouco consistente da «imposição» francesa, dizem-nos alguns funcionários que se trata de «uma medida arbitrária que procura mascarar a incompetência na orientação da sucursal».

Finanças querem acelerar milhão e meio de processos fiscais

Foram adoptadas medidas para maior rapidez na execução dos processos fiscais actualmente pendentes cujo número ronda o milhão e meio, correspondendo a uma quantia aproximada de três milhões de contos.

A Lisboa e Porto cabem 90 por cento do total dos processos, que equivalem a 85 por cento do valor global a cobrar pelo Estado.

A maior parte dos processos refere-se a dívidas provenientes de falta de pagamento de contribuição industrial, da taxa militar, de taxas da Emissora Nacional e dos impostos de compensação e de circulação.

As medidas agora adoptadas — e que implicam alterações

Este argumento é, aliás, partilhado por diversas associações de emigrantes, nomeadamente St. Denis, Colombes e Clichy, que nos afirmaram o seu «desapontamento, já que pensávamos que a Caixa seria a alternativa para incentivar junto do emigrante a poupança e os investimentos num Portugal novo».

Pelo contrário, como nos dizia um representante da Associação de St. Denis, «procurou-se um lugar longe do emigrante, luxuoso, onde se gasta mais dinheiro só com salários do que se movimenta em transferências, fora as despesas de funcionamento e aluguer». A Caixa em Paris está instalada ao lado do Arco do Triunfo, longe da emigração e da zona habitual de bancos (Praça da Ópera), possuindo inutilidades no seu interior que só a megalomania justificam (o cofre mais seguro e mais caro da praça, mas nada funcional!).

UMA ESTRANHA PUBLICIDADE

Também é surpreendente o anúncio que a Caixa Geral de Depósitos teria dado para o jornal «Portugal Livre», editado por «Manuel Rio» em Paris. Manuel Coelho da Silva (nome real de «Manuel Rio»), em França desde 1966, é conhecido dos meios portugueses, tendo estado sempre na vanguarda de manobras provocatórias

contra militantes antifascistas. Actualmente o jornal que publica, e onde se auto-elogia, é um folheto propagandístico de Spínola e seus pares. Realçamos a benevolência com que a Polícia francesa permite a sua venda no Bairro Latino, em plena rua.

Foi, pois, a este jornal que a Caixa Geral de Depósitos comprou toda uma página de publicidade! «Não fomos nós» — diz a Caixa — «foi a agência de publicidade». A agência de publicidade nega também. O que é certo é que a chapa publicada naquele jornal é a chapa original da Caixa. Onde está o segredo?

A abertura de uma sucursal da C.G.D. foi ansiosamente esperada pelos emigrantes, que assim pensavam ir pôr-se ao cobro às múltiplas negociatas que caracterizavam a Banca portuguesa em França. Actualmente a sucursal não tem qualquer representatividade no sector bancário português em França: «um deficiente funcionamento, um ambiente interno confuso e pouco moral, uma rentabilidade bem reduzida, uma prospecção inexistente» — assim nos resumiu um funcionário que pediu para guardar o anonimato. Estes propósitos foram-nos igualmente referidos pelo cônsul-geral em Paris, dr. Gaspar da Silva, o qual esteve na base dos es-

forços que tiveram de ser feitos para a abertura da sucursal há um ano.

«Se falamos criticamente da C.G.D. é porque esperávamos dela muito mais e parece-nos que tem mais responsabilidades do que os outros bancos. Além disso, num curto espaço de tempo a direcção da sucursal despediu, levantou processos (a França e Silva, que se encontra actualmente em Lisboa) e fez bem pouco pelo desenvolvimento das poupanças do emigrante» — dizia-se sem peias numa reunião de Associações de Emigrantes em Clichy.

Falar da C.G.D. em Paris está directamente ligado a toda a estrutura bancária portuguesa em França. Os projectos de reestruturação abundam na Secretaria de Estado do Tesouro, as soluções parecem ser adiaadas. Que dizer do lento processo de discussão para a compra da «Banque Franco-Portugaise» de Boulogne, sem dúvida a maior rede de transferências de poupanças para Portugal?

Não se ignore, entretanto, que qualquer solução que venha a ser dada à C.G.D. em Paris deve ter em conta os trabalhadores da sucursal, qualquer que seja a incompetência ou as incompatibilidades que a direcção da sucursal tenha manifestado.

Adidos militares em Santarém

Os adidos militares das Embaixadas do Brasil, Espanha, União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, França, África do Sul, Itália e Checoslováquia visitaram ontem a Escola Prática de Cavalaria, em Santarém. Os visitantes, que foram acompanhados pelo tenente-coronel Cascais, do Estado-Maior do Exército, foram recebidos à entrada da unidade pelo coman-

dante, tenente-coronel, Alves Ribeiro e segundo comandante, major Henrique Godinho.

Após uma breve cerimónia, onde o comandante da unidade proferiu as boas-vindas, o adido militar do Brasil, coronel Orsy Machado Borba, representando todo o grupo, fez a entrega de uma placa de homenagem à Escola Prática de Cavalaria.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

EMPRESA NACIONALIZADA

AVISO AOS CONSUMIDORES

É aos domingos que podemos interromper a corrente em alguns locais para se efectuarem trabalhos de reparação e de ampliação da nossa rede de distribuição de energia eléctrica.

No próximo domingo, para esses trabalhos, estão designados os seguintes Sectores e Zonas:

3.º Sector — Concelho de Lisboa: Rua Feliciano de Sousa 58 a 138 e de 61 a 115-A, Rua Cruz Alcântara, Trav.º do Sebeiro, Trav.º do Gibraltar, Trav.º de S. Jerónimo 2 a 32. (Das 8 às 12 h.)
4.º Sector — Est.º de Benfica 388 a 406-C. (Das 8 às 12 horas)
5.º Sector — L.º do Calhariz 1 a 12. (Das 8 às 12 horas).
6.º Sector — Rua Augusta 2 a 16. (Das 8 às 12 horas).
10.º Sector — Bairro da Encarnação (parte Norte) e imediações. Bairro das Galinheiras, Quinta do Reguengo, E.P.A.L. — Empresa Pública das Águas de Lisboa e imediações.

Est.º da Torre. Bairro da Musgueira Sul.
10.º Sector — Bairro da Quinta da Horta Nova. (Das 8 às 12 h.).

1.ª ZONA — Concelho de Oeiras — ALGÉS: Rua João Chagas, Rua Salvador Atlende, Av.º dos Combatentes da G. Guerra, Rua de Olivença, Rua Eduardo Augusto Pedroso e imediações. (Das 8 às 14 horas).

DAFUNDO: Rua Policarpo Anjos, Trav.º Pinto Correia e imediações. Quinta da Nossa Senhora da Conceição em Barcarena. (Das 9 às 12 horas). Queijas (lado Nascente).

Bairro Novo de Vila Fria, Bairro de Santo António, Vila Fria e imediações. (Das 8 às 14 horas).

OEIRAS: Quinta das Palmeiras e imediações. (Das 8 às 15 horas).

2.ª ZONA — Concelho de Cascais — CASCAIS: Rua João Luís de Moura, Av.º Emídio Navarro, Rua Marques das Minas, Rua Freitas Reis, Rua José Carvalho Araújo, Rua Manuel Joaquim Machado, Rua Sacadura Cabral, Trav.º Monte do Carmo, Rua Domingos S. de Freitas, Rua da Vista Alegre, Rua dos Bem Lembrados, Rua José da Cunha Brochado, Rua Borges Barruncho e imediações. (Das 8 às 14 horas).

3.ª ZONA — Concelho de Sintra — RIO DE MOURO: Rua Jornal de Sintra, Rua Cupertino Ribeiro, Av.º Gago Coutinho e imediações. (Das 8 às 14 horas). Galimares. Anços. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Sector — Concelho de Mafra: MALVEIRA: Vale de Bois. (Das 10 às 12 horas).

5.ª ZONA — Concelho de Vila Franca de Xira: Estrada de Arruda, Bom Retiro, Santa Sofia, A-dos Bispos, Casal da Coxa, Morna, Proveta, Loja Nova, Cachoeira, Casais do Bandarra, Quintas, Santo Estevão, Cadafais, Casais da Marmeleira, Paredes, Refugiados, Pedra de Ouro, Sopo, Santana da Carnota, Antas, Silveira da Machoa, Pipa, Casais das Eiras, Cabo. Eira da Murraceira, Gado Bravo, Rádio Farol. (Das 8 às 14 horas).

6.ª ZONA — Concelho de Alenquer: Cheganças, Abrigada, Marés. (Das 8 às 14 horas).

Acordo de pescas com Marrocos

Um acordo de pescas entre Portugal e Marrocos foi assinado ontem à tarde no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Durante a cerimónia, a que estiveram presentes o secretário de Estado das Pescas português e o secretário de Estado do Comércio, Indústria, Minas e Marinha Mercante de Marrocos, o eng.º Pedro Coelho salientou que «este é o primeiro passo para uma cooperação em diversos domínios entre os dois países». Por sua vez o secretário de Estado marroquino sublinhou que «este oceano que nos tem separado deverá unir-nos de agora em diante».

O acordo estabelecido prevê a criação de sociedades mistas luso-marroquinas, e a utilização de instalações e in-

fra-estruturas portuárias quer para reparações, quer para recolha e «stock» de capturas, em regime de reciprocidade.

CONSERVAS PARA ANGOLA

Com destino a Angola, transportando cerca de 6690 toneladas de peixe em conserva e 21 toneladas de enchidos, saiu de Leixões, na passada terça-feira, o navio «N.º Goa».

O valor do frete é de 2100 contos. Entretanto, foram feitas encomendas de peixe e carne para abastecimento dos mercados de Angola e Moçambique. Mais concretamente, foi encomendado a uma empresa portuguesa o fornecimento de 140.000 caixas destes produtos pelo mercado moçambicano.

post scriptum

Comboios de Sintra: um caso crónico

Diariamente as medidas enchem-se-nos. É que viajar na linha de Sintra é pior que quanto se pode imaginar.

Por isso me atrevo a escrever esta carta. Para que a publiquem, se possível. Para acordar os que porventura tragam os olhos ainda mal lavados ou lavados só de um lado, de tal forma que não veem coisas destas!

É claro, eu sei que esta carta será mais um grito no vazio.

Infelizmente. Mas embora sabendo antecipadamente que isso acontecerá, não posso nem quero calar, mais uma vez, a revolta que venho (vimos) acumulando. Falo em meu nome e (embora sem procuração) no de todos os passageiros da linha de Sintra, que necessariamente sentirão o mesmo que eu.

Não vou qualificar a situação a que nos vemos sujeitos cada manhã, para não falar já das tardes, que são muitas também. É que não conheço adjetivos — e que tente encontrá-los quem, para tal, viaje alguns dias (um mês chega) naquela linha, naqueles comboios.

Viajamos pior do que os animais, sem um mínimo de exaço. Esses, quando se pretende transportá-los de um local para outro, arranjam-se-lhes condições; aos trabalhadores deste País, aos que moram na linha de Sintra, oferece-se-lhes cada manhã a degradante situação de viajar como... não há termo comparativo.

Os comboios postos à utilização dos passageiros, são menos que insuficientes e essa insuficiência aumenta de ano para ano, como é natural, face ao crescimento demográfico da zona e à redução de unidades que vão ficando incapacitadas para utilização, dado o excesso de lotação a que são diariamente sujeitas, sobretudo nas horas de ponta.

Faltam os comboios, aumenta o número de passageiros, o que acontece? Os poucos que ainda vão circulando têm de transportar o dobro, se não o triplo dos passageiros. Imagine, portanto, quem nunca experimentou, o que é viajar em tais condições!

Acresce ainda que os atrasos são uma constante (e a linha de Sintra tem tradições nesse aspecto — tradições que possivelmente se orgulha de ostentar, pois há 12 anos que utilizo esses comboios e nunca vi um chegar a horas).

Será que não há uma maneira de conseguir normalizar (ou aproximar o mais possível do normal, para não pedir muito) a situação desta linha? Estarão os moradores da zona condenados a suportar isto indefinidamente? Não constituem estes atrasos constantes um enorme prejuízo para a economia do nosso país?

Não será esta uma frente em que é preciso também trabalhar?

E não será também um direito dos utentes da linha de Sintra viajarem em condições mínimas de comodidade? Não falo, claro está, em viajarmos comodamente em carruagens de veludo e sentados, mas viajarmos pelo menos (será exigir muito?) sem estarmos sujeitos a que o cotovelo do vizinho nos meta às costas ou o peito dentro ou nós a ele?

Que quem achar exagerado isto (e sobretudo quem tiver responsabilidades neste sector) experimente utilizar estes comboios e verá que o que fica dito não é nada, comparado com o que se vive diariamente naquela linha. E que quem pode faça alguma coisa é o desejo de todas as pessoas que se vêem sujeitas ao mesmo.

Maria Ana N. Miranda Lopes — AMADORA

Para quando a reparação da ponte Barreiro-Seixal?

Escrevo esta carta na esperança de que ela vá parar às mãos de quem possa contribuir para que o Governo se interesse por um assunto que afecta toda a população do Barreiro e do Seixal. Refiro-me à reparação da ponte, cujo atraso está causando graves prejuízos a todos, sem que até agora se veja qualquer manifestação de interesse pelo assunto por parte das autoridades. Trata-se duma obra a que devia ser dada prioridade porque as pessoas do Barreiro que desejam ir ao Seixal têm de tomar duas carreiras, uma que as leva a Paio Pires e outra que as leva daí ao Seixal, com evidente prejuízo, tanto no que se refere às despesas, como no que se refere a demoras. Será que esta carta vai alertar as autoridades para a urgência desta obra?

M. Furtado — BARREIRO

As horas do Eduardo VII

«Sou aluna de um liceu e luto por uma sociedade justa. Como tal, fico impressionada com certos factos que se enfretem no dia-a-dia. E é preciso lutar por que eles acabem e de vez!»

Na minha rota liceu-casa e vice-versa, tenho de atravessar a rua de cima do Parque Eduardo VII. Acontece que todos os dias vejo cenas — produto de uma sociedade podre e degradante. De manhã, por volta das 8 horas, vêem-se cenas imorais e sujas, como homens a masturbarem-se. Por volta das 13 e 30, à saída do liceu, vê-se uma fila de carros parados, encostados ao passeio e que nos provocam e tentam seguir-nos. E, ainda mais, prostitutas à esquina, encostadas aos candeeiros de iluminação, à espera ou a entrarem e saírem dos ditos carros, são completamente chocantes, estas cenas!

E, além disso, não tolero que colegas que frequentam o 1.º ano de um liceu próximo, de 11 e 12 anos, vejam estas cenas. Porque não há policiamento nesta zona?

Ana Sofia — LISBOA

QUE QUEREM OS "REVISIONISTAS" DA CONSTITUIÇÃO?

César Oliveira

«A Constituinte cumpriu a sua missão no essencial: defendeu o princípio da soberania popular e o critério do sufrágio universal em circunstâncias particularmente difíceis e vexatórias. Começou, também, alguns erros, por nem sempre ter sabido resistir à tentação de institucionalizar o acidental e o acessório».

Editorial do «Diário de Notícias» 24/3/76

Já por mais de uma vez, e neste jornal, defendemos a opinião de que a direita, ou seja as forças políticas interessadas em recolocar no vértice do poder político a burguesia capitalista, teria de derrubar três obstáculos: A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA, O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E O PARTIDO SOCIALISTA (1). E a conquista destes três objectivos, embora possa realizar-se separadamente e concretizar-se de modos diferenciados, terá de ser feita até 27 de Junho próximo já que começa a ser convicção geral de que a «chave» para muitas das soluções políticas para Portugal decorrerá de quem for o Presidente da República eleito naquela data. Uma leitura atenta da Constituição, já em fase de elaboração final na Assembleia Constituinte, levará necessariamente à conclusão de que os princípios básicos consagrados no texto constitucional não permitem, pela pura e simples utilização dos mecanismos parlamentares, a recuperação do poder económico, político e social do capitalismo. E os princípios consagrados no texto constitucional ganham mais força e mais importância quanto menores forem as garantias e as esperanças que o PR eleito em 27 de Junho der às forças de direita, já que ele e o Conselho da Revolução detêm, por força do Pacto MFA-Partidos, poderes suficientes para se oporem à força da direita parlamentar. Os ataques a Melo Antunes, a Vítor Crespo, a Charais, a Pezarat, a Sousa Castro, a Costa Gomes, a Vasco Lourenço, a Ramalho Eanes e a outros militares; as sucessivas propostas de candidatos

sobre candidatos para o importantíssimo cargo de Presidente da República; as entrevistas matreiras e «simpáticas» como as declarações bombásticas; as «greves», os «golpes e contragolpes», tudo isto são «peças» que se movem numa hábil e certa jogada de conjunto destinada a assegurar a substituição no Conselho da Revolução de homens incómodos (e pensamos que «caindo» um «cairão» todos, a seguir uns aos outros) para, de seguida, ser relativamente fácil fazer eleger um PR que seja presa fácil das forças de direita. Importa saber pois a quem dará o PS o seu apoio.

Um novo factor, ou melhor, uma nova «peça» avançada na manobra conjunta da direita, apareceu com mais insistência nos primeiros dias da semana que corre: a defesa do princípio da revisão constitucional pela primeira assembleia legislativa, ou seja, pelo conjunto dos deputados a eleger no próximo dia 25 de Abril. E a defesa deste princípio — pelo qual tanto tem pugnado o Partido Popular Democrático (PPD) — surge pela boca de personalidades dirigentes cujos interesses (a avaliar pelas posições oficiais da força política onde se integram) se têm revelado opostos (ou pelo menos suficientemente demarcados à esquerda) do partido do Dr. Francisco Lumbralles de Sá Carneiro.

E se poderia ser da maior importância para a defesa da constituição, para a consolidação das conquistas fundamentais do processo revolucionário e como obstáculo à ofensiva da direita a posição oficial adoptada pelo Partido Socialista de «nem alianças à esquerda nem à direita» ou «sozinhos no Governo ou na oposição» começa a poder-se pensar (a propósito do problema da revisão constitucional) que esta posição (conjunturalmente correcta) corre perigo de ser ultrapassada por posições que tendem a aproximar o PS dos objectivos do PPD para alianças governamentais em futuro próximo. No momento em que o PSI dá por finda a experiência italiana de «centro-es-

querda» e se propõe contribuir para uma «alternativa de esquerda», no momento em que a esquerda francesa avança irresistivelmente para a hegemonia política e se assiste, em Espanha, à impossibilidade de auto-reforma do «franquismo sem Franco» por virtude das pressões da esquerda e das massas populares, seria desastrosa a deslocação do Partido Socialista para a direita na eventual miragem de reeditar em Portugal fórmulas que a sociedade portuguesa não comporta e que teriam influência decisiva (e de efeitos dramáticos) no sul da Europa.

Admitir o princípio da revisão constitucional é exactamente admitir a correcção daquilo que o editorialista do «Diário de Notícias» parece considerar «acidental e acessório»: a Reforma Agrária, a destruição do capital monopolista, o controlo operário, a democracia de base, o socialismo. O «acidental e acessório» é, afinal, o essencial e o fundamental do próprio programa do Partido Socialista, o cerne do recente discurso no Porto de Mário Soares, o essencial da luta que Lopes Cardoso tem travado. Por isto a nossa estupefacção. Admitir o princípio da revisão constitucional é esvaziar de conteúdo a lei constitucional de 11 de Dezembro de 75, que consagra as Forças Armadas como garantes da defesa da Constituição e da transição democrática e pluralista para o socialismo. Admitir o princípio da revisão Constitucional é cobrir de ridículo os militares progressistas, desvirtuar o «espírito do 25 de Abril», criar as condições para aquilo que será, na prática, um verdadeiro golpe de Estado constitucional que será sempre a porta aberta para um regresso a 24 de Abril de 74.

E não vemos como seja possível compatibilizar a defesa do princípio da revisão constitucional com as recentes declarações de Mário Soares em França ao dizer que «se não tivermos possibilidades de governar à esquerda passaremos à oposição».

E não podemos deixar de considerar como interdepen-

dentes e coordenada as «jogadas» que visam destruir esta constituição, dividir para neutralizar os militares democratas e progressistas (só assim a direita terá nas F. A. o braço repressivo que precisa) a manobra de deslocar o PS para a direita na mira de alianças que acabarão por destruir o PS tal como é e existe, ou seja como uma força política que, por comportar componentes diferenciadas, conseguiu impor-se à direita e à esquerda.

E ceder às pressões da direita, esteja ela onde estiver, será sempre ceder para relançar as condições estruturais que serviram de suporte ao autoritarismo repressivo e terrorista de Salazar-Caetano numa sociedade com uma burguesia débil e multidependente e sem capacidade político-económica para «aceitar» um jogo democrático no quadro constitucional elaborado pela Constituinte. Qualquer aliança com as forças políticas que representam esta burguesia (ainda que tal possa ser justificado para evitar males maiores) terá de passar pela revisão imediata da Constituição (e os actuais deputados não podem fazer «esse trabalho») e por um aval a medidas repressivas inerentes a toda e qualquer recuperação do capitalismo. E não parece que, de cedência em cedência, alguém escape. Nem os que agora vendem a consciência ao próprio diabo e a inconfessáveis ambições.

1) Nunca identificamos o PS e a social-democracia ao fascismo ou à direita e sempre consideramos (mesmo quando militante do MES) indispensável a unidade da esquerda como único processo de assegurar a derrota da direita, a consolidação do 25 de Abril e o aprofundamento permanente da transição para a democracia socialista. Continuamos a pensar na necessidade da unidade da esquerda, unidade conflitual entre projectos e práticas políticas diferenciadas, unidade dialéctica face ao movimento social real. Consideramos aqui o PS como um todo e é exactamente como um todo, por isso com ambiguidades e contradições por vezes dramáticas, que o PS é um obstáculo para as forças de direita. Desfaz as ambiguidades no PS poderá ser neste momento reforçar a direita e debilitar as perspectivas da unidade da esquerda onde haverá sempre lugar para uma força socialista revolucionária sem ambiguidades, a da que minoritária.

PATRÍCIA HEARST, ALIÁS "TÂNIA"

Alain-Marie Carron

A 20 de Março, Patrícia Hearst foi reconhecida culpada de ter participado voluntariamente no assalto a um banco. O júri do tribunal do distrito federal de São Francisco pronunciou-se por unanimidade, rejeitando a tese de defesa, segundo a qual a jovem teria agido constrangida, durante o espaço de tempo entre o seu rapto por um grupo esquerdista, em 1974, e a sua captura pela Polícia, em Setembro passado. A pena poderia ir até 35 anos. A sentença será pronunciada a 19 de Abril. A filha do magnata da Imprensa será transferida para Los Angeles onde responderá a outras acusações de

roubo e ataque à mão armada. O seu advogado apelará para o Supremo.

Peter tirava do carro os grandes sacos de papel que continham as provisões que acabava de comprar, quando foi atacado por duas mulheres, uma das quais estava armada. Dois minutos depois esse tranquilo professor de Matemática encontrava-se amarrado e deitado dentro do automóvel, de barriga para baixo. Eram 18 horas e 20 do dia 4 de Fevereiro, e o caso passava-se numa pequena rua de São Francisco. Já fazia noite.

Quando Patrícia Hearst abre a porta do seu apartamento a

uma jovem que acaba de tocar à campainha, já está em camisa de noite. São 7 horas e 20. Antes de ela ter fechado a porta, surgem subitamente dois negros armados que entram no apartamento, vêem o que Steven, noivo da jovem (de vinte e um anos) tem consigo, e arrastam-no para fora de casa, apesar dos gritos que ela dá. Na rua, metem-na na mala do carro que acabam de roubar a Peter.

Há dois anos que o público americano segue o «folhetim Patrícia Hearst», história incrível mas verdadeira, digna de um Arsène Lupin que tivesse atravessado o Atlântico e

compreendido a necessidade de juntar aos romances tradicionais do avozinho, um pouco de terrorismo e de ficção política.

Randolph Hearst, pai de Patrícia, é herdeiro de um império jornalístico que o tornou milionário e homem político influente. O avô de Patrícia, William Randolph Hearst, foi um dos «inventores» da imprensa sensacionalista e inspirou mesmo ao cineasta Orson Welles a personagem do Citizen Kane. Três dias depois do rapto, um grupo revolucionário, tão misterioso quanto os Hearst são conhecidos, e que se intitula

Continua na pág. 4

PUB

COMPANHIA ELÉCTRICA DO ALENTEJO E ALGARVE—CEAL

SEDE — Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 23-A - 6.º — LISBOA - 1

CAPITAL—70.000.000\$00

Tendo-se procedido em 25 de Fevereiro p. p. ao sorteio de obrigações desta Companhia de 4 % — 1956, foram extraídos os seguintes números:

OBRIGAÇÕES DE 4 % — 1956

509	5.557	9.036	12.564	14.554
527	6.044	9.506	12.557	14.570
579	6.061	9.567	12.570	15.508
600	6.560	10.017	12.589	15.526
1.019	6.584	10.037	13.063	16.003
1.021	7.069	11.572	15.071	16.029
1.087	7.079	11.596	13.086	16.057
4.068	7.556	12.050	13.542	16.074
4.506	7.560	12.062	13.565	16.541
4.560	8.032	12.073	14.034	18.504
5.016	8.072	12.099	14.047	18.557
5.036	8.503	12.502	14.078	
5.501	8.515	12.507	14.310	
5.509	8.524	12.566	14.325	
	8.580		14.394	
	3.301	a	3.400	
	8.601	a	8.700	
	9.201	a	9.300	
	11.301	a	11.400	
	13.201	a	13.300	

Lisboa, 19 de Março de 1976.

A Comissão Administrativa da Comp. Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL

Armando Fernandes Bernardo
Francisco Pessoa de Sousa Dias

Notariado Português

CARTORIO NOTARIAL DE PORTO DE MOS

Notário Lic. Ramiro Ferreira das Neves.

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura lavrada neste Cartório em vinte e quatro de Janeiro do corrente ano, de folhas quarenta e sete, verso, a folhas quarenta e nove, do livro de notas para escrituras diversas A, número duzentos oitenta e cinco, foi constituída uma Associação Desportiva e Cultural de Cós, sem fins lucrativos e que se regerá pelo seguinte Estatuto:

Capítulo Primeiro — A «Associação Desportiva e Cultural de Cós», é uma associação cultural que visa a nível local o desenvolvimento recreativo e desportivo, com duração ilimitada a partir de hoje e constituída ao abrigo e em conformidade com as disposições aplicáveis do Código Civil e tem a sua sede no lugar e freguesia de Cós, concelho de Alcobaça.

Capítulo Segundo — Da Associação podem ser sócios todas as pessoas, residentes ou não no lugar de Cós, maiores de dezoito anos de idade ou, em caso contrário, quando requerirem a sua admissão por proposta escrita de seus pais.

Capítulo Terceiro — A associação tem como corpos gerentes uma Assembleia Geral, formada por um Presidente e dois Secretários: uma Direcção constituída por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, e um Conselho Fiscal formado por um Presidente, um Secretário e um Relator.

Capítulo Quarto — As receitas são constituídas pelas quotas das associações e por quaisquer outras receitas eventuais ou permanentes.

Capítulo Quinto — A associação extingue-se nos casos legais. No caso de dissolução os bens da associação serão os fins que a assembleia geral decidir.

Capítulo Sexto — A forma como a associação se estrutura e funciona efectivamente consta de um Regulamento Interno aprovado em Assembleia Geral.

Capítulo Sétimo — Na parte omitida nada há que contrarie as disposições legais vigentes.

Conferida, vai conforme o original e na parte omitida nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Porto de Mos, três de Fevereiro de mil novecentos setenta e seis.

O Notário,
Rui Ferreira das Neves

S. R.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Águeda em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, S.A.R.L., a que se refere o processo 8/56486, arquivado 4, para o estabelecimento no lugar de Serém de Cima, freguesia de Macinhata do Vouga, concelho de Águeda, de uma linha aérea a 15 kV, com 1252 metros, do apoio n.º 12 da linha para o Posto de Transformação de Macinhata do Vouga ao Posto de Transformação pertencente à Casca Sociedade de Revestimentos, Ld.º

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 16 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Na "Vida Mundial"

"Repreensão por escrito" e redactores "adstritos"

Encerrou com «repreensão registada» o processo disciplinar instaurado por uma comissão de inquérito a funcionar no âmbito da S. N. T. aos redactores da «Vida Mundial». O processo, lembra-se, decorreu da atitude dos redactores que se recusaram a aceitar a direcção de Natália Correia, decidida pela administração, em substituição de Augusto Abe-

laira. Os jornalistas invocaram a Lei de Imprensa e mantiveram-se intransigentes na posição desde o início assumida. O caso arrastava-se desde os últimos dias de Dezembro do ano passado, primeiros de Janeiro deste ano. Goraram-se entretanto todas as diligências que os redactores fizeram no sentido de assegurarem o regresso da «V. M.» à comuni-

cação com o público, mantendo a mesma orientação e as mesmas características.

A «repreensão registada», decisão da comissão de inquérito, sucedeu outra decisão da administração da empresa: determinar que ficassem «adstritos à administração» quatro dos redactores que ainda se mantinham nas instalações da «V. M.» aguardando a reso-

lução do problema. Os três restantes haviam acedido a um pedido da redacção do «Século Ilustrado» no sentido de passarem a integrarem-se no elenco redactorial desta revista.

A situação de «adstritos» — diz-nos um redactor nesta situação — é «qualquer coisa de parecido com a situação de disponíveis, à disposição de — a administração, evidentemente».

«V. M.» não se publica desde fins de Outubro, suspensa pelos próprios redactores em sinal de protesto contra suspensões decididas no âmbito da empresa e reforçada em fins de Dezembro com idêntico protesto perante outras suspensões, embora de sinal político oposto. Corre entretanto com forte insistência que o reaparecimento da revista está para breve, sob a direcção de Natália Correia e escrita por outra redacção. Com a passagem à situação de «adstritos» da anterior redacção, o local onde a revista era escrita encontra-se desocupado.

Suspensos da Televisão

"RESPONSABILIDADE DA RTP"—diz a C.N.T.

Afastados dos seus postos de trabalho desde o dia 2 de Dezembro de 1975, trinta e quatro trabalhadores da RTP, segundo um comunicado do Sindicato das Telecomunicações, «ainda hoje desconhecem os motivos da sua suspensão».

Presentemente, aqueles trabalhadores estão sujeitos a um inquérito levado a efeito pela Comissão Nacional de Inquéritos — inquérito esse que nada tem a ver com a manutenção

das suas relações de trabalho com a empresa, «uma vez que não se reveste de carácter disciplinar no âmbito do contrato de trabalho».

Aliás, de acordo com a própria CNI, «as suspensões decididas na RTP não são da responsabilidade da Comissão e a sua continuação não é necessária para os objectivos da CNI».

Em resumo: depois de uma reunião efectuada no Ministério do Trabalho, entre a Co-

missão Administrativa da RTP e os Sindicatos das Telecomunicações, Rodoviários, Escritórios e Metalúrgicos, foi considerado ilegal pelos Sindicatos presentes todo o processo por não terem tido conhecimento a nível oficial, quer das suspensões, quer da instauração de qualquer processo. Acrescente-se ainda que, de acordo com CNI, «a suspensão é da exclusiva responsabilidade da Comissão Administrativa da RTP».

Patrícia Hearst, aliás "Tânia"

Continuação da pag. 3

Exército Simbiótico de Libertação, reivindica a responsabilidade do acto numa mensagem em fita magnética enviada a uma estação de rádio local.

O emblema desse movimento é uma cobra com cinco cabeças, cada uma das quais representaria os princípios da organização: autogestão, produção cooperativa, trabalho e responsabilidade colectiva, criatividade, unidade, fé e determinação. Para realizar um programa tão ambicioso, parece que o S. L. A. não contava na altura com mais de vinte e cinco ou trinta militantes. O seu chefe e fundador é um negro, Donald De Freeze, a quem chama Cinque escravo negro que em 1839 dirigiu um motim num barco negro. De Freeze teve primeiro a ideia de criar uma associação inter-racial para assistência aos presos. Depois de em 1973 ele próprio se ter evadido da Penitenciária de Soledad, o grupo escolheu o terrorismo para defender uma ideologia que ainda hoje é bastante vaga. O S. L. A. conclui os seus comunicados com o «slogan»: **Morte ao insecto fascista que arruína a vida do povo.** A sua primeira operação conhecida foi a morte, em Novembro de 73, de Foster Marcus, professor negro, liberal, do Oakland (arredor de São Francisco), com balas de cimento. Marcus teria sido julgado culpado de colaboração com o sistema educativo em vigor.

A 12 de Fevereiro, os pais de Patrícia recebem uma nova gravação. Patrícia, cuja voz todos reconhecem, declara ser uma prisioneira de guerra e anuncia que os seus raptadores exigem antes de qualquer negociação sobre a sua libertação (para a qual o pai propõe 70 dólares), produtos alimentares para todos os pobres da cidade de São Francisco. Está-se perante o primeiro rapto «político» da história americana. Randolph Hearst aceita as condições e manda distribuir mais de 2 milhões de dólares de viveres pelos aglomerados populacionais de São Francisco. A distribuição provoca uma barafunda indisciplinável, lutas e atropelamentos.

A 3 de Abril, nova gravação. Patty mudou de nome e quer

que lhe chamem agora Tania, seu nome de guerra. Com efeito, anuncia que resolveu ficar junto dos seus raptadores, cuja causa considera justa. Patty torna-se assim a primeira filha de milionário americano a lançar-se na guerrilha urbana. Acessoriamente declara que os pais são «mentirosos» e «porcos». Numa mensagem diz que se apaixonou por William Wolfe, um dos membros do S. L. A.

Dias depois mostra a sua determinação. Máquinas automáticas filmam um «hold-up» num banco de São Francisco. No filme pode reconhecer-se, Patty, de metralhadora em riste, e De Freeze, chefe do S. L. A. No dia seguinte, 16 de Maio, «Tânia» e dois companheiros, William e Emily Harris, fogem de Los Angeles depois de terem tentado assaltar com pouca habilidade, uma loja de artigos de desporto. A fim de proteger a fuga, «Tânia» dá alguns tiros de carabina. Só será encontrada pela Polícia dezasseis meses depois.

A 17 de Maio é a quase destruição do Exército Simbiótico de Libertação, durante um choque com a Polícia, digno de uma encenação de Hollywood e filmado por todas as televisões do país. Apanhados numa casa de Los Angeles, seis membros do S. L. A. defrontam-se com quinhentos policiais equipados de coletes anti-bala, armas de fogo de todos os calibres e lança-chamas. Não resta grande coisa da casa incendiada, quando retiram dos escombros o cadáver de De Freeze, chefe do movimento, e de quatro camaradas seus. Num refúgio clandestino onde se encontra acompanhada pelos Harris, «Tânia» segue a cena pela televisão.

Para encontrar a filha dos Hearst, o F. B. I. — política federal americana — lança-se na maior caça ao homem da sua história. Entrevistará ou vigiará uns trinta mil americanos, utilizará os serviços de três mil agentes e gastará mais de 5 milhões de dólares, só nesse caso. A «pista» de «Tânia» será alternadamente quente e fria. Alguns dos seus esconderijos são encontrados, entre eles numa herdade próxima da fronteira canadiana, mas a Polícia chega sempre demasiado tarde.

Essa «longa marcha» é o segundo episódio do folhetim. Em parte, as suas peripécias puderam ser reconstruídas graças a uma extraordinária reportagem da revista americana, **Rolling Stone**. Um dos seus jornalistas conseguiu entrar em contacto com amigos dos raptadores e forneceu uma interpretação preciosa da «conversação» de Patty Hearst, e ainda uma narrativa detalhada das múltiplas **démarches** de seu pai, para a encontrar. De facto, o grande Randolph Hearst, esteve, durante meses, em contacto com os meios **underground** e esquerdistas de São Francisco.

Por fim, a 18 de Setembro de 1975, uma verificação de rotina, como há tantas, permitiu à Polícia prender Patrícia Hearst, não longe do lugar onde tinha sido raptada. Os Harris e uma jovem americana de origem japonesa, Wendy Yoshimura, foram presos ao mesmo tempo.

QUE LAVAGEM AO CÉREBRO?

Começa então o terceiro episódio. Quando «Tânia» assina o registo dos presos indica, em frente da palavra profissão: «guerrilha urbana». A guerrilha de então veste um «tee-shirt» às risquinhas, não usa «soutien» e sorri largamente ao fotógrafo. Quando, dois meses depois, o seu processo é iniciado, Patrícia Hearst veste discretamente, baixa os olhos, sorri aos pais. No tribunal, afirma que, depois do rapto, só agiu constrangida.

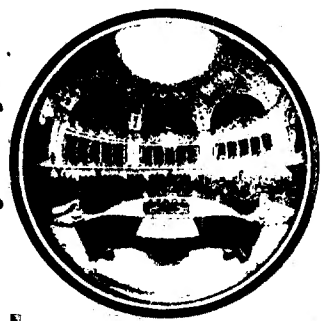
Foi este o sistema de defesa escolhido pelo seu advogado, Bailey, um dos mais célebres dos Estados Unidos. Primeiro ele tinha tentado que os peritos reconhecessem que Patrícia sofria de perturbações mentais. Estes, porém, consideraram-na sã de espírito. Bailey resolveu fazer a sua defesa baseada em «loucura por instigação», coisa nova para a justiça americana, e segundo a qual, uma pessoa traumatizada ou que sofreu lavagem ao cérebro, agiria, meses depois de escapar aos tortionários, segundo os ensinamentos recebidos. Com efeito, era necessário explicar a razão porque, após a morte de De Freeze em Los Angeles, Patrícia ficara mais de um ano em casa dos Harris, sem procurar fugir. Na

casa onde morava com Yoshimura quando presa, encontrou-se uma raquete de ténis, uma pistola calibre 38 e um jornal que assinava com nome falso. A defesa pretendia assim explicar a sua mudança de atitude pelas consequências de um «descondicionamento» salutar.

Os relatórios contraditórios dos peritos conseguiram estabelecer se houve ou não lavagem ao cérebro. Parece, de facto, que Patrícia passou o seu primeiro mês de «cativeiro» em condições difíceis. Mas, nas suas deposições em tribunal, descreveu a totalidade da sua estadia no seio do S. L. A. como um inferno. Tinha sido fechada num armário durante dias e dias, violentada, mantida num estado de terror e de exaustão por ameaças de morte ou sevícias. A sua «fidelidade» aos Harris explicava-se pelo medo de ser um dia encontrada e talvez abatida pelo S. L. A. (sete membros da organização ainda estariam em liberdade).

No entanto, nada disto concordava com as gravações em fita magnética enviadas aos pais, nem com o estilo e as ideias de um «diário» íntimo encontrado depois da sua prisão. Dois outros elementos devem ter pesado a favor de uma sentença de culpabilidade. Por um lado uma gravação que teria sido feita (ilegalmente?) quando ela conversava com uma amiga, gravação essa cheia de gargalhadas, pragas, opiniões revolucionárias e de despeito por ter sido apanhada pela Polícia. Por outro lado o facto de Patrícia ter recorrido quarenta e duas vezes à quinta emenda da Constituição, que permite ao acusado recusar responder a uma pergunta que possa voltar-se contra ela.

Os pais, que desde o princípio a defenderam com notável fidelidade, descreveram-na como uma **jovem muito calorosa e afectuosa**. O juiz pediu aos jurados que não se deixassem levar pela **simpatia, pelo preconceito ou pela opinião pública**. Os jurados desmantelaram em poucas horas a trama tecida pela defesa e pela acusação, chegando à unanimidade. Aquela para quem a aventura acabou mal, conserva, no entanto, o seu segredo.



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Golpes
no separatismo

O P.P.D. e o C.D.S. não ficaram particularmente agradados com o articulado aprovado ontem em S. Bento, no tocante aos Açores e à Madeira. Maria José Sampaio, pelo C.D.S., lamentou que a assembleia «não tivesse aprovado a autonomia na forma do texto que a comissão consagrava».

O representante do P.P.D., Mota Amaral mostrando-se habilmente, menos atingido que o C.D.S., diria que, apesar de terem sido derrotadas algumas das suas propostas, «algumas tiveram aceitação tendo-se encontrado, ainda, noutros casos, compromisso satisfatório, pelo menos dentro do princípio do maior menor».

Das disposições aprovadas que mais «mossa» terão feito aos sectores C.D.S.-P.P.D., sublinhe-se o artigo 6.º, n.º 1, onde se estabelece que «os órgãos das regiões autónomas podem ser dissolvidos ou sus-

pensos pelo Presidente da República, por prática de actos contrários à Constituição, ouvidos o Conselho da Revolução e a Assembleia da República».

Ainda no artigo n.º 11 fica estabelecido no seu n.º 1, que «os projectos de estatutos político-administrativos das regiões autónomas serão elaborados pelas assembleias regionais e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República».

Jaime Gama, porta-voz da posição do PS, congratulou-se com o texto aprovado, e referiu o facto de «ser completamente inovador na nossa história político-constitucional a atribuição de mais amplas competências às Assembleias Regionais democraticamente eleitas pela população dos arquipélagos».

Vital Moreira, do P.C.P., sublinhou que se conseguiria «minorar os enormes perigos que o projecto inicial continha, não só no sentido

de abrir de par em par as portas ao separatismo, mas também de ser um instrumento do reforço do poder da grande burguesia insular».

O Movimento Social Democrata (M.S.D.) agora reforçado com a mais recente dissidência do P.P.D., Nivea Cruz, distribuiu um comunicado aos jornalistas, sobre o texto constitucional prestes a ser aprovado. Considera-se aí que, com o termo dos trabalhos da Assembleia, se dá «mais um passo no sentido da consolidação de um regime democrático no nosso país» e constata que «a medida que entra em vigor da Constituição se torna iminente», as forças «mais conservadoras e retrógradas se vão opondo desde já, de modo frontal e obliquo, às consequências que certos preceitos constitucionais imporão no plano político, económico e social».

E.A.

Isabel do Carmo
não compareceu
ao julgamento

Isabel do Carmo, dirigente do P.R.P. e directora do jornal «Revolução», não compareceu esta manhã no Tribunal da Boa Hora, tendo o julgamento sido adiado, provavelmente para o início da próxima semana.

Devido à publicação de um artigo intitulado «Informação 75», no n.º 58 do referido jornal, foi aplicada a Isabel do Carmo uma caução de 100 contos, o que a levou a apresentar um requerimento pedindo que este pagamento se efectuasse em prestações. O pedido foi despatchado favoravelmente, dispensando-a do pagamento da caução. Contudo, a solicitação de adiamento do julgamento foi indeferida.

O advogado de Isabel do Carmo pede que este julgamento seja efectuado ao mesmo tempo que outro em curso no 7.º Juízo Correccional daquele tribunal, em virtude de quatro artigos publicados no n.º 65 do jornal «Revolução».

Bomba em Portimão destrói carro
dum militante da F.S.P.

PORTIMÃO, 26 — «É o nosso carro», disse João António da Silva Lopes à sua mulher, na madrugada de ontem (1 e 30), quando deflagrou uma bomba no Bairro dos Três Bicos, que é um sector urbanístico bem caracterizado nas imediações de Portimão, onde vivem famílias de diversos estratos sociais, e a maioria trabalha na Torralta. João António da Silva Lopes, militante da F.S.P., é carpinteiro naquele complexo turístico, faz parte da Comissão de Moradores do

bairro residencial, e porque defende intransigentemente os interesses da sua classe, viu ontem o seu «R4» destruído.

Tornou-se, assim, uma das primeiras vítimas materiais da luta que se trava na Torralta entre os trabalhadores que se manifestam contra a antiga administração, e os que defendem aqueles que nunca se preocuparam com a empresa, deixando-a em 25 de Abril de 1974 em posição quase ruïnosa. Nos últimos tempos tem sido aguçada a rivalidade entre

Silva Resende escolhe adjuntos

O secretário-geral do P.D.C., Silva Resende, escolheu os seus secretários-gerais adjuntos: a escolha recaiu sobre três nomes: António dos Santos Ferreira, Manuel Sampaio de Moraes e Jorge Medeiros.

Lembra-se, que, de acordo com disposição aprovada pelo recente congresso do partido,

foi atribuída ao secretário-geral competência para escolher os seus imediatos.

Entretanto, o secretário-geral do P.D.C. encontra-se em Itália, a convite do Partido da Democracia Cristã Italiana para assistir ao Congresso deste partido.

Símbolo do M.R.P.P.
tem novo arranjo gráfico

O novo arranjo gráfico do símbolo do M.R.P.P. seguiu já esta manhã para a Imprensa Nacional, para efeito de impressão nos boletins de voto, cumprindo-se assim as determinações do Conselho da Revolução, que reunido ontem extraordinariamente, negou provimento à reclamação apresentada pelo P.C.P. O novo arranjo gráfico altera as proporções das letras, que passam a ser maiores, diminuindo em contrapartida o valor da foice e martelo no símbolo do M.R.P.P. Entretanto o P.C.P. «mantém

a sua opinião de que a dignidade das eleições será afectada, não se garantindo à massa do eleitorado analfabeto o voto consciente e sem margem para erro». Esta é a posição oficial daquele partido, ao ter conhecimento da decisão final do Conselho da Revolução, que todavia não contesta a argumentação do P.C.P.

Jornalistas presentes ontem em Belém assistiram à chegada do major Avelino Teixeira, um Mercedes preto em que se deslocaram os generais Moraes da Silva e Pinho Freire. A pre-

sença deste oficial, a quem têm sido atribuídas estreitas ligações com o M.R.P.P., não foi considerada como mera coincidência e deu origem a alguns comentários sobre o motivo da visita.

Entretanto, o M.R.P.P. emitiu mais um comunicado contra o Presidente da República e Conselho da Revolução, afirmando que a reunião de ontem correspondia a um «autêntico pronunciamento militar de uma parte minoritária das Forças Armadas».

Sá Carneiro em Évora

Com o P.S. nem namoro
nem casamento

«Nunca fizemos namoro ao P.S. e estamos muito mais longe desse namoro, de que não queremos casamento, do que esse próprio partido que já fez várias tentativas para um casamento que nós sempre rejeitamos» — afirmou ontem Sá Car-

neiro, durante um comício do P.P.D. em Évora, nas instalações da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

Noutro ponto da sua intervenção o secretário-geral do P.P.D. depois de considerar que o P.S. «ficará muito longe dos 40 por cento», diria que foi «o povo que salvou a liberdade e a democracia, não foram dirigentes políticos e militares».

Relativamente à política externa, e visando, sem os mencionar directamente, o P.C.P. pelas boas relações com as ex-colónias e o P.S. pela cimeira do Porto, Sá Carneiro disse que o «País deve voltar-se para o nosso povo, para os seus problemas internos, dando-

lhes prioridade sem fazer perder a nossa situação interna da política das relações internacionais». Sublinharia porém, como prioritárias, as relações de Portugal «com a Europa e com o mundo livre» (entenda-se o mundo capitalista).

Durante o comício registaram-se incidentes, provocados por grupos de contramanifestantes que chegaram a introduzir-se no local da sessão. Os manifestantes, que viriam a registar sete feridos após a carga de forças da P.S.P. e da G.N.R., viriam mais tarde apedrejar a sede do P.P.D. O automóvel de um médico retornado que se encontrava no local foi também apedrejado. Forças militares de Évora e de Estremoz estiveram de prevenção na hipótese de incidentes mais graves.

Base-Escola de Tancos

Foi oficialmente anulada a portaria que mandava desactivar a Base-Escola de Tropas Para-Quedistas, com a publicação, em suplemento ao «Diário do Governo», de nova portaria que anula a anterior.

A Base-Escola, que funciona em Tancos, na prática não chegou a ser desactivada, procedendo-se agora, no aspecto formal, à legalização da situação.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores
na Hotelaria, Turismo
Restaurantes e Similares do SulASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 32.º e da alínea b) do Art.º 31.º dos Estatutos deste Sindicato, convocam-se todos os sócios para uma Assembleia Geral a realizar no dia 30 de Março de 1976, pelas 15.30 horas, no Teatro Capitólio, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único — Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 1975 apresentado pela Direcção.

Lisboa, 3 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alberto Pedro da Costa

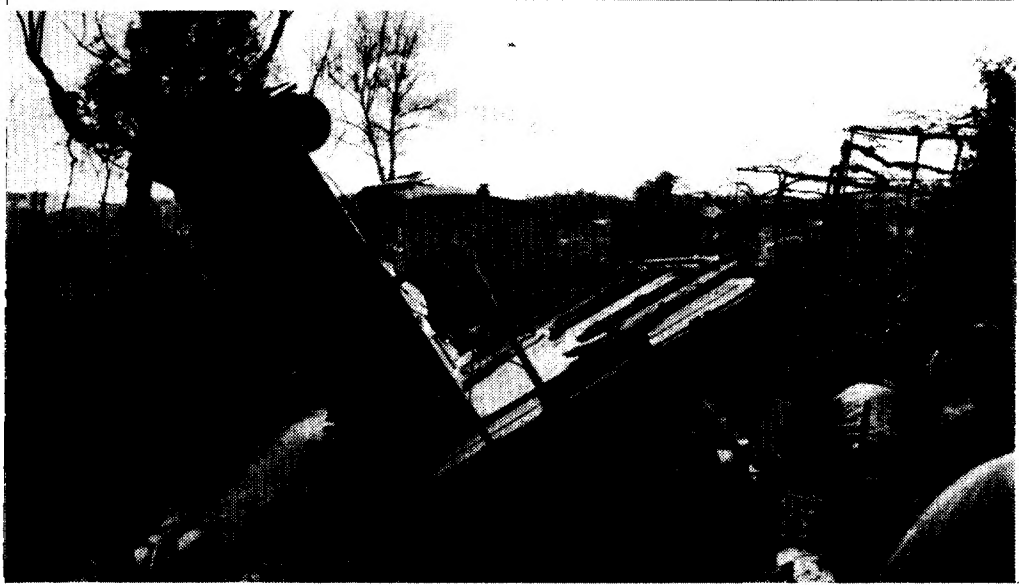
NOTA: Avisam-se todos os sócios que está em distribuição no Sindicato o projecto do Relatório e Contas de 1975.

A C. P. INFORMA:

NOVO SERVIÇO
COMBINADO
ENTRE A ESTAÇÃO
DE CASTRO
VERDE-ALMODÔVAR
E ALMODÔVAR
(MERCADORIAS)

Em 20 de Março do corrente ano entrou em funcionamento um novo serviço combinado de transporte de mercadorias, incluindo pequenos volumes, a cargo de Manuel Francisco Baltazar, entre a estação de Castro Verde-Almodôvar e os domicílios de Castro Verde, Entradas, Ourique, Aldeia dos Fernandes, Corte Zorrinho e Almodôvar.

Desta forma, a partir da referida data, todas as estações de Caminho de Ferro e Despachos Centrais de serviço combinado passam a efectuar despachos para aquelas localidades, assim como na localidade de Almodôvar se aceitam despachos para qualquer estação de Caminho de Ferro, ou para qualquer localidade servida pela camionagem combinada.



Experimentam sensíveis melhoras quase todos os feridos internados nos hospitais de Guimarães, do Porto e de Celorico de Basto em consequência do desastre ferroviário registado anteontem na linha do Tâmega, próximo de Celorico de Basto. A imagem que publicamos é elucidativa da gravidade do acidente, ocorrido em circunstâncias que determinaram imediato inquérito por parte da C.P.

Nacional

Governo define crédito à habitação

O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que define as condições de crédito à habitação a ser concedido, a título experimental, dentro de 60 dias, através de instituições de crédito.

O sistema prevê «o acesso à compra de habitação própria por todas as famílias, independentemente do nível de rendimento».

O rendimento «per capita» do agregado familiar é tomado

em linha de conta, em relação à mensalidade a pagar, e aos prazos máximos para liquidação do empréstimo. Assim, as mensalidades (em função de cada fracção de 100 contos do empréstimo) vão de 524\$00 a 993\$00, e o prazo máximo para liquidação do empréstimo de 15 a 25 anos.

A entrada inicial mínima varia entre os limites de 5 e 25 por cento do preço da habi-

tação, e é igualmente função do rendimento do agregado familiar. O montante máximo do empréstimo equivale ao preço da habitação deduzido da entrada inicial, mas em qualquer caso não poderá exceder 900 contos.

Quanto às instituições de crédito, a resolução estabelece que o financiamento é prestado pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito Predial Português ou Montepio Geral, contra uma

primeira hipoteca da habitação.

Para que o empréstimo seja concedido, é necessário que se verifiquem certas condições, entre as quais se contam a casa destinar-se à habitação permanente do interessado e do seu agregado familiar, e este não possuir habitação própria; e que os rendimentos do interessado e do seu agregado familiar sejam

cobrados, sempre que possível, através de uma instituição de crédito.

Os juros a pagar situar-se-ão entre os limites de 4 e 9 por cento, obedecendo o critério, para aplicação da taxa, ao rendimento «per capita» anual do agregado familiar.

Com esta resolução considera o Conselho de Ministros que «as esperas contribuíram para a criação de novos postos de tra-

balho» no relançamento da indústria da construção civil, ao mesmo tempo que «cumpre orientar a indústria para a construção de habitações que sem prejuízo da qualidade, satisficam necessidades de toda a população, mas muito especialmente as das camadas mais carecidas».

A resolução do Conselho de Ministros foi publicada em suplemento ao «Diário do Governo», I série de 19 de Março.

MÁQUINA DE LAVAR O CHÃO

USADA — VENDE-SE

«COLUMBUS DIXON» — MOD. GI

- BOM ESTADO
- VOLTAGEM 220/240 AC

VER E TRATAR na Rua Luz Soriano, 44 — LISBOA
TELEF. 32 02 71 / 2 / 3

BOA TARDE!!!

NUNCA TEVE CONHECIMENTO DA MINHA EXISTÊNCIA?
ENTÃO APRESENTO-ME. SOU O

K U K U

CONTINUA A NÃO CONHECER-ME. NÃO É VERDADE?
POIS, CHEGUEI AGORA. NÃO ADMIRA.

RESOLVO TODOS OS SEUS PROBLEMAS MONETARIOS. E NÃO SÓ!!!
BASTA ESCREVER AO APARTADO 40 — S. MAMEDE DE INFESTA e...

CONHECER-ME-Á

ATÉ AMANHÃ ESPERO PELA SUA CORRESPONDÊNCIA

S.  R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/56097, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Oliveira, concelho de Arcos de Valdevez, de uma linha aérea a 15 kV, com 20 metros, do apoio n.º 22 da linha para o Posto de Transformação de Vale — Casal, para o Posto de Transformação de «Oliveira», pertencente à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 16 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO
DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Santiago do Cacém em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/55655, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago de Cacém, de uma linha aérea a 30 kV, com 4679 m, do apoio n.º 72 da Linha Lousal-Alvalade ao posto de transformação n.º 2 da Empresa de Concentrados de Alvalade.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 12 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56314, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Lomar, concelho de Braga, de uma linha aérea a 15 kV de ligação da linha Braga-Nine (UEP) à Subestação de Braga (CHENOP) com 131 metros do poste n.º 4 da linha Braga-Nine à Subestação de Braga da CHENOP.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 12 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Soure em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/56886, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Soure, de uma linha aérea a 30 kV, com 1017 metros, do apoio n.º 52 da linha Condeixa-Soure, ao Posto de Transformação de Soure-Alencarce de Cima, pertencente à Câmara Municipal de Soure.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 16 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56461, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Amora, concelho de Seixal, de uma linha mista a 15 kV, com 398 m, constituída por um troço aéreo com 268 m e por um troço subterrâneo com 130 m do apoio n.º 3 da linha para o Posto de Transformação do Alto do Moinho ao posto de transformação «Berta» (N.º 15-3-199).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 12 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Águeda em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/56523, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Aguiar, freguesia de Valongo do Vouga, concelho de Águeda, de uma linha aérea a 15 kV, com 1241 metros, do apoio n.º 8 da linha para o Posto de Transformação de António Pereira Vidal & Filhos, Lda, ao Posto de Transformação de Valongo do Vouga-Aguiar, pertencente à Casa do Povo de Valongo do Vouga.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 16 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Conversações M.P.L.A.-P.C.P.

Reforço das relações entre Luanda e Lisboa

Regressou esta manhã a Lisboa a delegação do Partido Comunista Português que acaba de efectuar visitas às Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique, onde realizou conversações com dirigentes do M. P. L. A. e da Frelimo e dos Governos dos dois países.

A delegação do P. C. P., dirigida por Álvaro Cunhal e composta por Joaquim Gomes, da comissão política e do Secretariado do Comité Central e Aurélio Santos, suplente do Comité Central, partiu ontem à noite de Luanda, última capital visitada.

As conversações realizadas na R. P. de Angola foram presididas, pela parte do M. P. L. A., pelo próprio presidente Agostinho Neto, à frente de uma importante delegação do seu Movimento e do Governo, a qual incluía Lúcio Lara, Lopo do Nascimento, Iko Carreira, José Eduardo Santos, Carlos Rocha (Dilolwa), comandante Xietu, comandante Jacob Caetano, Nito Alves, Paulo Jorge e João Job.

Num longo comunicado final as duas partes «sublinharam que a visita do Partido Comunista Português à República Popular de Angola contribuirá para o reforço das relações de amizade entre os dois partidos e entre o povo de Angola e o povo de Portugal» e também «a identidade de interesses que, nas novas condições, continua a existir entre o povo de Angola e o povo de Portugal».

COMUNICADO FINAL

O comunicado final conjunto emitido no termo das conversações, começa por referir que a visita se efectuou a convite do Comité Central do M. P. L. A. e alude à composição pormenorizada das duas delegações, acrescentando:

«As duas delegações procederam a uma larga troca de informações e opiniões acerca da situação nos respectivos países e da actividade das respectivas organizações.

«O camarada Álvaro Cunhal, em nome da delegação do Partido Comunista Português, saudou as grandiosas vitórias alcançadas pelo Movimento Popular de Angola (M. P. L. A.) com a conquista da independência da sua pátria e a libertação do seu território da invasão de tropas sul-africanas e de mercenários a soldo do imperialismo, afirmando ao Movimento Popular de Angola (M. P. L. A.) que na nova etapa de vida do povo angolano que se inicia poderá contar também com a total solidariedade dos comunistas portugueses.

«O camarada Agostinho Neto, em nome da delegação do Movimento Popular de Angola (M. P. L. A.) pôs em realce as relações de amizade e solidariedade de combate que se forjaram e desenvolveram entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (M. P. L. A.) e o Partido Comunista Português na luta contra o colonialismo e fascismo, como expressão das relações da fraternal amizade que o Movimento Popular de Libertação de Angola (M. P. L. A.) afirmou desejar entre o povo angolano e o povo português, que nunca confundiu com o colonialismo português.

«Ambas as delegações reafirmaram o interesse dos dois partidos em estreitar e desenvolver os laços de amizade e

cooperação -fraternal entre si, e acordarem em medidas de ordem prática nesse sentido.

«Ambas as delegações sublinharam também a identidade de interesses que, nas novas condições, continua a existir entre o povo de Angola e o povo de Portugal e examinaram em linhas gerais as possibilidades de desenvolvimento de relações entre os dois povos.

«Ambas as delegações condenaram as posições das forças que se opuseram ao desenvolvimento dessas relações, designadamente com as pressões e manobras para retardar o reconhecimento da República Popular de Angola por Portugal. As duas delegações sublinharam que tais relações têm necessariamente de acentuar na base do respeito mútuo, completa igualdade, independência e não ingerência nas questões internas.

«Ambas as delegações condenaram a presença em território angolano das forças invasoras da África do Sul, e exigem a sua retirada incondicio-

nal e imediata.

«Examinando a situação internacional, as delegações do Movimento Popular de Libertação de Angola e do Partido Comunista Português assinalaram a importância histórica que, para os povos de África e no plano mundial teve a vitória da luta armada de libertação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e a conquista da independência das antigas colónias portuguesas sob a direcção do Movimento Popular de Libertação de Angola (M. P. L. A.), da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.) nos três primeiros países e do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (M. L. S. T. P.) em S. Tomé e Príncipe.

«Ambas as delegações manifestaram o seu apoio às justas medidas tomadas pela República Popular de Moçambique contra o regime racista e as agressões da Rodésia.

«Ambas as delegações con-

denaram a invasão de Timor-Leste e manifestaram a sua solidariedade ao povo de Timor-Leste que luta heroicamente pela libertação da sua pátria da invasão estrangeira.

«Ambas as delegações manifestaram a sua solidariedade à luta de libertação dos povos da Namíbia e do Zimbábue, à luta do povo da África do Sul contra o vergonhoso regime do «apartheid», bem como à luta de todos os povos africanos pela sua liberdade e pela independência nacional, contra todas as formas de colonialismo e de neocolonialismo, de racismo, discriminação racial e opressão nacional e social.

«Ambas as delegações sublinharam que a visita da delegação do Partido Comunista Português à República Popular de Angola contribuirá para o reforço das relações de amizade entre os dois partidos e entre o povo de Angola e o povo de Portugal.

«As conversações decorreram num ambiente de confiança recíproca e de calorosa amizade.»

Tropas sul-africanas retiram amanhã de Angola

NAÇÕES UNIDAS, 26 (R/FP/ANP/«DL») — A África do Sul retirará todas as suas tropas de Angola a partir de amanhã. Trata-se de efectivos aviados em cerca de cinco mil homens que têm estado estacionados no complexo hidroeléctrico do rio Cunene. Além das instalações do Cunene, a retirada envolve também o abandono de alguns campos de refugiados montados no sul do território angolano e onde se abrigam principalmente soldados dos derrotados exércitos da UNITA.

Ao contrário do afirmado pelo Governo de Pretória e divulgado pelas agências internacionais, em Luanda nega-se que o MPLA tenha fornecido

quaisquer garantias aos sul-africanos quanto à protecção dos seus interesses. Fria-se que o empreendimento do Cunene pertence ao povo angolano e servirá também o povo da Namíbia, motivo porque a sua segurança será garantida sem que com isso se admitam quaisquer direitos da África do Sul.

Faça a confirmação da retirada sul-africana, o Conselho de Segurança, que a partir desta manhã deveria examinar a agressão sul-africana contra Angola, anulou a reunião.

Também na ONU registam-se afirmações do representante permanente de Portugal, José Manuel Galvão Teles, negando que o nosso país, te-

nha alguma vez pedido à África do Sul para assumir a tarefa de guardar a barragem de Calueque.

Numa carta enviada ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, Galvão Teles declarou: «A afirmação de que o Governo Português solicitou à África do Sul para permanecer na área de Calueque e para continuar a garantir a segurança do trabalho em progresso na barragem, é completamente destituída de fundamento.

«O meu Governo não deu autorização prévia ao Governo da África do Sul para agir dessa maneira e não deixou de protestar logo que teve conhecimento da acção sul-africana.»

Segundo Washington

Smith não sobreviverá à guerra de libertação

LUSACA, 26 — (R. FP, ANP «DL») — Terminou em Lusaca a mini cimeira africana que reuniu Moçambique, Tanzânia, Botswana e Zâmbia, sem que qualquer comunicado final tivesse sido emitido.

Estiveram também presentes em Lusaca os líderes das facções externa e interna do A.N.C. (Conselho Nacional Africano), além de chefes militares daquele movimento.

Embora nada haja de con-

creto quanto aos resultados da conferência, julga-se que os chefes de Estado dos quatro países terão fixado novas formas de oposição ao regime ilegal de Ian Smith, as quais poderão passar pelo reforço da luta de libertação. Neste sentido, especula-se sobre a possibilidade de unificação das duas facções do A.N.C.

Entretanto, em Washington, especialistas de espionagem norte-americanos consideram que o Governo rodésiano de supremacia branca não pode sobreviver a uma guerra de guerrilha com os nacionalistas, mesmo que não haja qualquer intervenção estrangeira ao lado dos africanos. As mesmas fontes anunciam que se espera uma grande ofensiva do exército de libertação até à próxima época das chuvas, que principia em Novembro.

Calcula-se que presentemente estejam cerca de mil guerrilheiros a combater na Rodésia e outros quatro mil estacionados ao longo da fronteira com Moçambique.

Sequestro no Funchal

"Guardas" da Flama postos em liberdade

FUNCHAL, 26 — Poucas horas depois de serem detidos, foram postos em liberdade — a aguardar o desenvolvimento do processo — os jovens envolvidos no sequestro da FLAMA, prof. Francisco Simões.

Por altura da detenção, aqueles indivíduos teriam declarado que se limitavam, afinal, a proteger o professor da ira popular. Transportados para o Forte de S. Tiago, passa-

riam mais tarde pela Judiciária, onde foram ouvidos e, pouco tempo depois, estavam na rua. Detidos de madrugada, estavam em liberdade manhã cedo.

Ainda ontem, cerca de uma centena de estudantes realizaram uma manifestação exigindo o encerramento da sede do P. C. P. no Funchal. Os estudantes falavam em nome da democracia e ao som dos acordes do «Bailinho» e da «Gaivota».

BOM APETITE



NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 9-A

Lisboa



Restaurante CASTANHEIRA

DECLARADO DE UTILIDADE TURISTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ª feiras)

LEÃO D'OURO

(RENOVADO)

ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO

Rua 1.ª de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195

R E S T A U R A N T E

QUINTA DE S. VICENTE

TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO

Encerrado às 2.ª feiras a partir das 16 h
e 3.ª feiras todo o dia



NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 9-A

Lisboa



SINDICATO DOS PROFESSORES

da Grande Lisboa

ESTATUTOS

Informam-se todos os professores e delegados sindicais de que se encontram ao seu dispor na Rua das Gaivotas, 6, exemplares dos Estatutos do Sindicato.

Pede-se aos delegados sindicais, que levantem o número necessário para os sindicalizados da sua escola, zona ou concelho.

CONVOCATÓRIA
MONITORES DE TELESOLA

Monitores! O M.E.I.C. ameaça-nos com o corte de vencimentos a partir de Abril. Para uma imediata tomada de posição, convocam-se os Monitores da Telescola do Distrito de Lisboa para um plenário a realizar no próximo dia 31 de Março de 1976, pelas 18 horas, na Rua das Gaivotas, 2 — (Club Nacional de Natação), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Relatório sobre a ida a Vila Nova de Gaia
2. Ilegalidade no pagamento aos só monitores
3. Ilegalidade no pagamento aos monitores-professores agregados
4. Critérios de colocação dos Monitores no ano 76/77.
5. Outros assuntos.

NOTA: O plenário será realizado com qualquer número de elementos passados 30 minutos.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Trabalho

«Depois de termos decidido diminuir os nossos próprios vencimentos, de não termos recebido o ano passado subsídio de férias e 13.º mês (a que tínhamos direito), vemos agora, com, apreensão, as hesitações da Banca em nos pagar. Não sabemos quando e como nos será pago o mês de Março.» Manifesta-nos este receio um dos elementos da Comissão de Delegados Sindicais do Grupo Sousa Machado.

Os trabalhadores desenvolvem um processo de luta que se arrasta há cerca de um ano, período durante o qual consideram que têm servido de «bo-

Grupo Sousa Machado

Trabalhadores apreensivos ante a passividade do Governo

las de ping-pong» entre o Governo (Ministérios da Habitação e Urbanismo e Ministério das Finanças) e a Banca, a qual, como maior credora das empresas do Grupo tem garantido até aqui o pagamento dos vencimentos, tendo inclusivamente nomeados dois gesto-

res, à falta da intervenção governamental, há muito pedida.

Compreendemos que a Banca não deve estar eternamente a pagar a trabalhadores que se vêem em boa parte impossibilitados de produzir. Só não compreendemos que ande pelas gavetas dos Ministérios toda a documentação referente à situação do Grupo Sousa Machado, sem que ninguém se mostre decidido a resolver o caso. O processo, em devido tempo enviado, desapareceu misteriosamente. Foi necessário enviar nova documentação, até agora para nada. Nem sequer chegou a ser designada a Comissão Administrativa pedida ao abrigo do Decreto 660/74. Avançando com estes elementos, um outro delegado sindical alerta sobretudo para o risco de se verem no desemprego cerca de 120 trabalhadores.

entrado no esquema». A este respeito, vale a pena transcrever parte do apurado na sindicância: «O total dos débitos do grupo Sousa Machado, somente no que se refere a essas transferências, é da ordem dos 227 mil contos. Esses débitos não podem ser satisfeitos nem com acções da Cogenco, empresa «holding» do grupo, nem com lotes de terreno da Fomentur (ao contrário do que tem afirmado a algumas pessoas) o advogado dr. Sousa Tavares, pela simples razão de que a Banca afirma nada valerem as acções da Cogenco e por estarem hipotecados os terrenos da Fomentur».

PATRÃO AMEAÇA

O patrão engenheiro Sousa Machado, tinha ligações com a UNITA, segundo os trabalha-

dores, que se afirmam na posse de provas concretas. Chegou a ter mandado de captura na sequência do golpe de 28 de Setembro. Quando abandonou a administração e saiu de Portugal, a situação das empresas que dirigia era já, ao que nos dizem «catastrófica». Entretanto, curiosamente no dia 27 de Novembro, um seu intermediário avistou-se com os delegados sindicais. Relatou que fora chamado a Madrid por Sousa Machado no dia 26 e que este lhe afirmara a sua disposição de regressar. O intermediário (por sinal gerente de uma das empresas — a Magal) adiantou que, em sua opinião, o Grupo brasileiro Carlos Lacerda estaria interessado na questão, insinuando estar aí, possivelmente, a salvação dos trabalhadores. Nessa altura, o

ex-patrão mostrar-se-ia disposto a entrar «na melhor das harmonias». No entanto, passados cerca de dois meses, em Janeiro, é o próprio engenheiro Sousa Machado que se dirige aos delegados sindicais.

Relataram-nos que, nesse encontro, ele, entrou nas ameaças: «entraria quer nós quiséssemos quer não e entretanto, estaria muito bem instalado no Brasil. Chegou a dizer que no momento em que nós não tivéssemos dinheiro para comprar o peixe e a carne que o chamássemos.»

Entretanto, em plenário, os trabalhadores manifestaram a sua recusa ao regresso do patrão, denunciando ao mesmo tempo a «confusão» que alguns elementos a ele ligados, tentam lançar.

«Repare — insiste alguém a terminar — que, enquanto em Novembro o tal intermediário afirmava que o Sousa Machado não queria represálias, ele próprio nos ameaçou em Janeiro de que a hora do ajuste de contas estava a chegar. Isto deve-lhe dizer alguma coisa».

«Diz, diz» — aceitou o repórter.

COMPANHIA ELÉCTRICA DO ALENTEJO E ALGARVE — CEAL CAPITAL — 70.000.000\$00

SEDE — Rua de D. Francisco Manuel de Melo,
23-A - 6.º — LISBOA - 1

Tendo-se procedido em 25 de Fevereiro p. p. ao sorteio de obrigações desta Companhia de 4 % — 1958, foram extraídos os seguintes números :

OBRIGAÇÕES DE 4 % — 1958

21.304	21.877	24.366	26.321	27.500
21.310	21.879	24.633	26.322	28.001
21.326	22.241	24.640	26.331	28.052
21.333	22.261	24.670	26.390	28.077
21.352	22.264	24.672	26.631	28.005
21.356	22.285	25.532	26.632	28.504
21.365	22.756	25.562	27.047	28.522
21.382	23.251	25.598	27.094	28.525
21.812	23.267	25.867	27.413	28.544
21.814	23.811	25.878	27.430	29.014
21.823	23.837	25.883	27.436	29.036
21.847	24.330	26.314	27.479	29.066
				29.084
19.801	a	19.850		
23.301	a	23.400		
26.501	a	26.600		

Lisboa, 19 de Março de 1976.

A Comissão Administrativa
da Comp. Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL

Armando Fernandes Bernardo
Francisco Pessoa de Sousa Dias

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA ANÚNCIO

OBRA : — «Esgotos da Moita — 1.ª fase»

Faz-se público que, no prazo mínimo de vinte dias a contar da data da publicação deste anúncio no «Diário do Governo» e no dia e hora a inscrever no programa do concurso após essa publicação, se procederá à abertura das propostas para adjudicação da obra acima referida.

A base de licitação é de 13.500.000\$00.

A caução provisória no valor de 337.500\$00 será efectuada na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, à ordem da Câmara Municipal da Moita. O depósito definitivo será de 5 % do valor da adjudicação.

Os concorrentes deverão possuir alvará de empreiteiro de obras públicas da V categoria IV subcategoria e da classe correspondente ao valor da sua proposta.

O processo de concurso está patente, todos os dias úteis e nas horas nomais de expediente, na Repartição Técnica da Câmara Municipal da Moita, devendo toda a documentação indicada no programa do concurso ser entregue até às 17 horas da véspera do dia da abertura das propostas na secretaria do mesmo corpo administrativo.

Paços do Concelho da Moita, 19 de Março de 1976.

Pe'l'O Presidente da Comissão Administrativa
José Luís Lopes Pereira

IRREGULARIDADES COMPROVADAS

A Comissão de Delegados Sindicais do Grupo Sousa Machado divulgou já, com o apoio dos sindicatos em que se integram os trabalhadores das várias empresas daquele importante grupo económico, os resultados da sindicância levada a cabo. Fuga a impostos no valor dos milhares de contos, transferências ilegais de capital, «confusão» de patrimónios da família Sousa Machado com empresas do grupo, contabilização falseada, tudo isto foi denunciado em recente conferência de Imprensa. De modo particular foi então referida a maneira como foram lesados alguns retornados das ex-colónias vítimas de irregularidades que mais não visavam senão possibilitar a transferência ilegal de capitais de Angola para Portugal. Essas irregularidades consistiam na angariação de empréstimos de particulares que o grupo se comprometia a pagar em Portugal. Deste modo, pessoas se têm dirigido aos escritórios com o fito de serem reembolsadas, depois, de, «em muitos casos inconscientemente, terem

NOTA OFICIOSA

Do Ministério dos Transportes e Comunicações recebemos para publicação, a seguinte nota oficiosa.

«A indústria de aluguer de veículos ligeiros de passageiros encontra-se sujeita ao regime de contingente em vigor nos termos da legislação em vigor.

«Este regime apoia-se fundamentalmente, nos princípios gerais da política de transportes que devem reger a exploração de transportes públicos, no interesse da colectividade que se destinam a servir, nomeadamente, o equilíbrio financeiro, e a coordenada exploração do sistema de transportes.

A medida que se foi processando a descolonização, começaram a chegar a Portugal industriais que nas ex-colónias vinham a exercer a indústria de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, os quais começaram a solicitar o estacionamento em várias localidades a fim de ali prosseguirem a sua actividade.

Numa tentativa de se resolver o impasse criado por um lado pela legislação em vigor que determina que a atribuição das licenças se faz através de concurso, e por outro pelo desejo de integração manifestado por aqueles cidadãos regressados das ex-colónias, realizou-se uma primeira reunião no passado dia 13 de Março no Palácio de S. Bento, com um representante do senhor Primeiro-Ministro, da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, da Secretaria de Estado dos Retornados e da comissão representativa dos industriais das ex-colónias.

Em virtude de se não ter chegado a acordo quanto à solução da questão, nova reunião teve lugar no dia 15, também em S. Bento, tendo-se admitido,

então, uma plataforma de entendimento, que permitia a integração dos industriais das ex-colónias nas cooperativas já existentes e nas que se viessem a criar, considerando-se, ainda, uma análise casuística do remanescente não integrado nas cooperativas, tendo em vista a sua completa integração.

«Porém, aquela via cooperativista teve que ser afastada por ter sido rejeitada pelos industriais das ex-colónias.

«Optou-se, assim, pela atribuição individual das licenças em causa, tendo a Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações consultado para o efeito a Federação dos Sindicatos Rodoviários e os Sindicatos de Lisboa e Porto, que se mostraram desde logo cooperantes nas soluções a encontrar desde que não prejudicassem os seus associados do continente.

«Elaborou-se, assim, um decreto-lei que foi aprovado em Conselho de Ministros, ontem dia 24 e que se traduz essencialmente no seguinte:

— Atribuição de cerca de 650 licenças aos industriais que nas ex-colónias exerciam a actividade conduzindo a sua própria viatura, das quais cerca de 400 serão distribuídas pelo País com exclusão dos distritos de Lisboa e Porto e dos concelhos de Setúbal, Almada, Barreiro e Seixal onde serão distribuídas 250 licenças.

— A distribuição das 250 licenças nas áreas referidas, será levada a cabo sem prejuízo do número de vagas existentes para o concurso dos motoristas profissionais do continente.

«Verifica-se, assim, que os motoristas profissionais do continente nas áreas acima referidas, não são prejudicados em nada, pela atribuição das

licenças aos cidadãos das ex-colónias, porquanto nenhuma das vagas existentes será ocupada por aqueles industriais das ex-colónias e nos casos em que se tenha necessidade de alargar o contingente existente, por cada vez que se abre para os regressados das ex-colónias, tem como contrapartida igual abertura para os motoristas do continente.

«A solução encontrada que, em devido tempo foi manifestada que, em decorrência dos Sindicatos de Lisboa e Porto por em nada lesar os interesses dos seus associados, e a Federação dos Sindicatos Rodoviários embora conhecedora da exacta situação do problema, por não ter tido tempo para dar a sua adesão, adiu para mais alguns dias a sua posição oficial, após a consulta que iniciou aos vários Sindicatos que a compõem.

«A Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações apraz registar o modo como os Sindicatos Rodoviários que já concordaram com a solução encontrada, souberam conciliar os seus interesses de classe com a consciência cívica, de quem, acima de tudo, procura atingir uma sociedade mais justa onde todos tenham direito ao trabalho, dignificando, assim, o sindicalismo na sua verdadeira função social sem prejuízo da defesa dos seus associados, no caso presente, os motoristas profissionais que no continente têm vindo a exercer a profissão».

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 28 (Domingo) das 8 às 15 horas nas seguintes localidades:

Da Subestação de Loures para:

Tojal — Zambujal — Fanhões
Torre da Besocira

Bucelas — Vila de Rei — Vila Nova — Chamboeira

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 24 DE MARÇO DE 1976.

O Engenheiro
Director-Delegado
Casimiro Martins
Neves Cabaço



Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro,
Sul e Ilhas Adjacentes e Meagans do Centro e Sul

Campos dos Mártires da Pátria, 50 - 2.º Dt.º (Seda) Telef. 5 89 34 / 5 88 30 LISBOA



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos das alíneas b) e c) do Art.º 25.º dos Estatutos, convoco todos os sócios deste Sindicato no pleno gozo de todos os seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar em 27 de Março de 1976, pelas 10 horas, no Ginásio do Sport Grupo Sacavenense, na Avenida Cidade de Goa, em Sacavém, ao lado do Campo de Futebol do Sacavenense, para discussão e aprovação:

1.º — Relatório e Contas do exercício referente ao período de Abril a Dezembro de 1975.

2.º — Orçamento para 1976.

Os trabalhos terão início à hora acima referida com a presença da maioria dos sócios, ou 30 minutos depois com qualquer número de sócios, conforme os nossos Estatutos (Art.º 29.º — 1.º).

Lisboa, 18 de Março de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Joaquim Vieira Lopes

NOTA : É obrigatória a apresentação do cartão de sócio para entrada na Assembleia.

Trabalho

P.S.P. cerca I.N.E.:

Impedida a entrada de trabalhadores eventuais

Algumas centenas de trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística concentraram-se esta manhã junto das três portas das instalações do I.N.E., as quais se encontravam guardadas por elementos da P.S.P., chamadas pela Comissão Directiva do Instituto para impedirem a entrada de 31 trabalhadores eventuais.

Esses 31 trabalhadores eventuais, pertencentes à categoria de «adidos», fazem parte de um grupo de 71 «adidos» do I.N.E. que, depois de terem cumprido o serviço militar nas ex-colónias, pretendiam ser reintegrados nos seus postos de trabalho, ficando entretanto na dependência da Comissão Interministerial de Gestão de Pessoal, da qual recebem o salário médio de 5074\$00 mensais. Como o seu objectivo, no entanto, é retomar os seus lu-

gares de trabalho, foi decidido em assembleia geral que a comissão de trabalhadores do I.N.E. procederá a um inquérito no sentido de apurar quais as vagas existentes nas várias secções a fim de serem ocupadas pelos «adidos». Apurou-se a existência de 31 vagas que, segundo nos informou a comissão de trabalhadores, necessitam de preenchimento imediato.

Em negociações com a comissão directiva do I.N.E., que alega não ter verba nem espaço físico para a reintegração daqueles trabalhadores, concedeu aquela proceder ao preenchimento de 15 vagas, comprometendo-se a preencher outras catorze em Julho próximo.

A comissão de trabalhadores não concordou, pois a decisão dos trabalhadores fora de preencher na totalidade as 31

vagas reveladas no inquérito, e deu o prazo que ontem terminou para que os 31 trabalhadores regressassem aos seus lugares. Ontem os «adidos» ocuparam as vagas, tendo os chefes de serviço (à excepção de um ou dois, segundo nos declararam os trabalhadores), dado trabalho a quase todos. Houve espaço para todos. Mas hoje, as portas guardadas pelos elementos da P.S.P., impediram que voltassem a trabalhar, pelo que os outros trabalhadores em atitude de solidariedade ficaram também à porta, não retomando o serviço.

A comissão directiva adiantou, como uma justificação para ter mandado chamar a Polícia e impedir a entrada dos «adidos», a necessidade de evitar a violação do «segredo estatístico», isto é, o sigilo de que se deve rodear o trabalho relativo a casos individuais

(como, por exemplo os dados relativos ao capital de determinada empresa. Por seu lado, os trabalhadores dizem: «Como é possível ter agora essa preocupação com trabalhadores que já aqui trabalharam antes de cumprirem o serviço militar e mereceram confiança? Nós o que queremos é trabalhar mesmo na condição de eventuais».

Entretanto, a comissão directiva declarou-nos ser sua intenção oficial para a Comissão Interministerial de Gestão de Pessoal no sentido de dar emprego aos 15 «adidos» que em seu entender podem começar já a trabalhar. Os trabalhadores por seu turno pensam continuar a lutar mediante decisões tomadas em plenário, estando prevista a realização de um plenário ainda esta manhã.

Dr. Magalhães Mota soma e... segue

O ministro do Comércio Interno, dr. Magalhães Mota, acaba de suspender cem trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno. O dr. Magalhães Mota passa a ter o «record das suspensões», no Conselho de Ministros.

Passamos a transcrever o «palmarés» do dr. Magalhães Mota e do seu Ministério: suspensão e inquérito às Direcções da Junta Nacional dos Vinhos, Junta Nacional dos Produtos Pecuários e Comissão Regula-

dora do Comércio do Bacalhau. Mandou instaurar um inquérito à Direcção Geral da Fiscalização Económica.

O dr. Magalhães soma e... segue. Ao que parece ainda há mais departamentos no Ministério do Comércio Interno. Para quando a próxima suspensão? Entretanto, o bacalhau, as batatas, a carne e todos os produtos alimentares que faltam às donas-de-casa, e não aparecem no mercado, também já foram suspensos?

F. M.

Comércio Interno:

Início da "caça às bruxas"

— dizem os trabalhadores

«Os trabalhadores percebem que o ministro e o director-geral, embora fossem obrigados a recuar e a reconhecer o erro que cometeram, não desistiram dos seus intentos, preparando-se para iniciar um processo de caça às bruxas», afirma num comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Direcção-Geral do Comércio Interno, comentando uma informação dos directores de serviço que teriam anunciado numa assembleia geral que «o despacho não tinha eficácia

imediata e que o ministro havia decidido protelar a suspensão até ao apuramento pelo inquiridor, dos participantes da reunião do dia 18 e que os trabalhadores deviam regressar aos serviços».

Foi ainda aprovada uma proposta em que «todos se declararam participantes e responsáveis pela R.G.T. de 18 de Março» e decidiram ainda «recusar-se a prestar qualquer informação sobre a participação nessa reunião dos seus colegas de trabalho».

«Os trabalhadores percebem que o ministro e o director-geral são os grandes responsáveis pelas paralisações verificadas e pelos prejuízos que elas acarretam. Percebem que o ministro pretende imputar-lhes a sua própria incapacidade e falta de interesse pela resolução dos problemas do povo português, nomeadamente a alta de custo de vida e a falta de produtos, como já o fez em outros organismos do seu Ministério com actuações igualmente arbitrárias.»

Do Marquês a S. Bento

Função pública desfilou exigindo as diuturnidades

Milhares de trabalhadores da função pública manifestaram-se, ontem à tarde, desfilando do Marquês de Pombal até ao Palácio de S. Bento com objectivo de ali fazerem entrega, ao Primeiro-Ministro, duma moção de protesto pelo silêncio do Governo no que respeita à institucionalização das diuturnidades, de há muito em vigor noutros sectores de servidores do Estado.

Representando quase todos os departamentos onde trabalham funcionários públicos, os trabalhadores, em número de muitos milhares aprovaram uma moção em que se exige a satisfação das suas reivindicações, reafirmando a disposição da classe, de continuar lutando até que veja concretizado o que constitui uma das suas mais antigas e importantes aspirações.

Com a concessão de um prazo ao Governo para tomar uma decisão, os trabalhadores en-

tram a partir de hoje e até ao fim do mês, em discussão nos locais de trabalho, sobre as formas de luta que adoptarão caso o Governo não satisfaça até essa data a reivindicação.

De salientar que já se encontra elaborado o projecto de decreto-lei sobre esta questão das diuturnidades dos trabalhadores da função pública, que no entanto está pendente de uma decisão definitiva do Conselho de Ministros.

Ontem, na manifestação que terminou em S. Bento, a moção referida foi entregue ao chefe de gabinete do Primeiro-Ministro por este se não encontrar naquele local. Depois de um porta-voz da Comissão Directiva Regional Provisória, organizadora da manifestação, ter dado conta das diligências feitas junto das autoridades responsáveis e surgiram palavras de ordem no sentido de que a manifestação continuasse em S. Bento até à apro-

vação do diploma. Aquele porta-voz chamou, entretanto, a atenção dos manifestantes para a importância da luta ser conduzida em conformidade com a metodologia definida em reuniões de massas, com correção, e evitando os aproveitamentos de certos sectores empenhados, em, assim, contrariarem as lutas dos trabalhadores.

Presentes em S. Bento, para protecção, cordões de guardas da P. S. P., enquanto no interior forças «de choque» aguardavam o desenrolar dos acontecimentos. No entanto, não se registou qualquer incidente, não sendo necessária a intervenção de qualquer destas forças.

Recordando esta luta dos trabalhadores da função pública iniciada logo com o 25 de Abril, assinala-se que o Governo já reconheceu a justiça desta luta, na sequência do que surgiu a elaboração do referido decreto-lei. Na verdade,

noutros sectores de servidores do Estado, como as Forças Armadas e militarizadas, o sistema das diuturnidades encontra-se devidamente institucionalizado.

Santa Maria:

a greve continua

A greve de zelo e burocrática foi ontem suspensa, por decisão da Assembleia geral do Sindicato dos Enfermeiros do Sul. Regressam, assim, à normalidade, todos os estabelecimentos hospitalares do País à excepção do Hospital de Santa Maria, onde prossegue a greve de zelo e burocrática de todos os sectores.

Entretanto, a greve de zelo e burocrática prossegue no Hospital de Santa Maria.

O Ministério dos Assuntos Sociais, depois do fracasso da nomeação de uma Comissão de Gestão, por todos os elementos terem recusado, mudou agora de tática. Designou dois novos elementos, para uma comissão directiva, não pertencentes ao pessoal do hospital (o major-médico Vasconcelos Dias e o juiz Morinho), os quais seriam coadjuvados para assegurar a gestão do Hospital. Segundos nos informaram, porém, todos os directores e chefes de serviço já recusaram participar nessa Comissão. Entre eles figura o dr. Rui Cunha, deputado do Partido Socialista, que numa mensagem enviada à mesa da Assembleia Constituinte, recusa a sua nomeação. «Sou solidário com a luta dos trabalhadores do Hospital de Santa Maria. Fui nomeado para o cargo sem conhecimento prévio e contra a minha vontade».

Por outro lado, a Comissão de Trabalhadores foi ontem recebida pelo secretário de Estado da Saúde, que se mostrou intransigente. A Comissão de Gestão eleita pelos trabalhadores está demitida. Promete, no entanto, eleições. Numa nota oficiosa, afirma-se que existe um abaixo-assinado com cerca de mil assinaturas de não

Os taxistas protestam esta tarde em Belém

Em plenário esta noite efectuado no Sindicato dos Rodoviários, os motoristas decidiram concentrar-se esta tarde, às seis horas, junto ao Palácio de Belém, como forma de apoio à entrega de uma moção, aprovada naquela reunião, ao Presidente da República.

No documento que vai ser entregue ao general Costa Gomes, rejeita-se o aumento do número de táxis na cidade de Lisboa, tal como a atribuição de alvarás, noutras localidades, a industriais do ramo, retornados. Na mesma linha, os motoristas de Lisboa decidiram apoiar os motoristas retornados, sugerindo às entidades oficiais que obriguem os patrões a cumprir a lei: dois motoristas para cada carro em serviço na praça.

Simultaneamente, no Porto, grande movimentação dos motoristas de táxi, obrigou a que se deslocasse àquela cidade, ontem, à noite, os secretários e subsecretários de Estado dos Transportes. Na capital do Norte, à semelhança do que acon-

tecia em Lisboa, os taxistas concentravam-se nas imediações do Sindicato respectivo, paralisando o trânsito na Rua do Campo Alegre.

De tentativa em tentativa, ainda no Porto, enquanto asseguravam com os «rádio-taxis», os serviços de urgência, os manifestantes foram ao Governo Civil onde não se encontrava o responsável por se ter deslocado a Lisboa e, de seguida, à Direcção-Geral de Viação, salientando ao respectivo responsável «a discriminação abusiva que se tem praticado face ao atendimento das pretensões dos retornados». Realçada «a atitude injusta do Governo».

Por outro lado, em Lisboa, largas centenas de táxis concentravam-se junto ao Sindicato dos Rodoviários, registando-se tentativas de manipulação dos trabalhadores por parte de industriais que se encontravam na Visconde Valmor. As provocações também surgiram.

Os dirigentes sindicais dos

rodoviários rejeitaram esta manhã os termos de uma nota oficiosa que publicamos noutro local, em que o Ministério dos Transportes e Comunicações afirmava que aqueles já «concordaram com a solução encontrada».

Na verdade, em comunicado ontem divulgado, a direcção sindical defendia «a atribuição de alvarás em igualdade de circunstâncias, por isso só poderá aceitar o critério de atribuição dos referidos alvarás, se este seguir uma linha de igualdade».

Com a participação de elementos sindicais dos Rodoviários do Porto, terminou, esta manhã, uma reunião que começou ontem, à noite, na Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, para resolução dos problemas suscitados pela concessão de alvarás aos taxistas retornados.

Da reunião saíram decisões concretas: os taxistas das ex-colónias terão direito a cinco alvarás na cidade do Porto e a 45 para o distrito.

CARTAZES
EXECUÇÃO RÁPIDA
A PRETO
OU A CORES

Consulte os serviços comerciais da **RENASCENÇA GRÁFICA**
R. LUZ SORIANO, 44
Telef. 321154/5
320271/2/3
320229



BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infância 16, 55-C — LISBOA

Nacional

Vitor Louro e a Reforma Agrária

Damos a palavra ao secretário de Estado suspenso

Entrevista de LOURDES FÉRIA

O comportamento de Vitor Louro, secretário de Estado da Estruturação Agrária, eng.º silvicultor, militante do Partido Comunista há mais de 10 anos, seu candidato às próximas eleições pelo distrito de Santarém, foi objecto de atenção da Imprensa. Durante dias e dias falou-se insistentemente de Vitor Louro. Na sua qualidade de membro do Governo. Na sua condição de militante comunista.

Esse inesperado «olhar» sobre Vitor Louro veio na sequência da sua visita ao Centro Regional da Reforma Agrária de Évora onde o secretário de Estado teria feito uma preleção aos trabalhadores rurais incitando-os à violência. Surgiram os ataques. Sucessaram-se as pressões. De certos jornais. De certas organizações, nomeadamente a C.A.P. Da escrita agressiva de certos literatos.

O Governo cedeu. Vitor Louro foi suspenso.

O Secretário de Estado da Estruturação Agrária considerando que as acusações contêm matéria ofensiva à sua honra («até porque são destituídas de fundamento») e que se traduzem em infracções criminais de difamação e injúria decidiu mandar instaurar um procedimento judicial contra Vitorino Nemésio, director de «O Dia», Raul Rego, director de «A Luta», Natália Correia, escritora, e Confederação dos Agricultores de Portugal. Para o feito indicou 43 testemunhas entre as quais se destacam alguns técnicos do Centro da Reforma Agrária de Évora.

Ouvimos Vitor Louro que abordou alguns aspectos relacionados com a sua suspensão.

A reunião de Évora aconteceu na sequência de uma série

de visitas que eu vinha fazendo aos serviços da Secretaria de Estado. Trabalhava-se de uma reunião de trabalho com o pessoal do Centro de Reforma Agrária. O motivo fundamental da minha deslocação a Évora foi no sentido de tomar contacto com as dificuldades de funcionamento, com as carências de vária ordem que sabia existirem no Centro e para tentar esclarecer algumas dúvidas a propósito da prática dos princípios decorrentes da plataforma acordada entre os partidos aquando da reestruturação do VI Governo.

A ida de Vitor Louro ao Alentejo mobilizou algumas centenas de trabalhadores rurais interessados em ouvir um secretário de Estado com o qual muitos se identificam ideologicamente. Portanto é natural que os trabalhadores das cooperativas quisessem fazer perguntas a Vitor Louro. Participar

num debate. Saber como vai o Governo resolver as carências mais prementes para o avanço da Reforma Agrária. A presença de Vitor Louro, pessoa em quem confiam, dava-lhes a possibilidade de trazer a lume certas questões. Assim aconteceu...

Compareceram, de facto, muitos trabalhadores agrícolas e agricultores o que não é inédito. Os trabalhadores desejavam participar na reunião mas expliquei-lhes que a reunião tinha um carácter técnico e prometi-lhes que no final estava ao seu dispor para os receber. Eles compreenderam e aceitaram a minha sugestão. Tudo correu normalmente excepto na fase final da reunião que foi interrompida pelos trabalhadores. Mas essa interrupção abrupta não prejudicou nada o trabalho, pois a reunião estava nos últimos minutos. Tal como tinha prometido aos tra-

contou com a presença de muitos técnicos do Centro e do próprio director do Centro. Nessa sessão surgiram rapidamente acusações à actuação do Centro e eu tive oportunidade de explicar aos trabalhadores que havia inúmeras dificuldades para o desenvolvimento capaz da acção do Centro.

A CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS

Segundo Vitor Louro essas dificuldades decorrem de uma deficiente estruturação dos Centros e sobretudo de problemas de ordem administrativa e orçamental até agora não solucionados. Os trabalhadores rurais do Alentejo que possuem um elevado grau de consciência política queriam abordar muitas outras questões. E sobretudo uma que os preocupa grandemente: os tais princípios orientadores da Reforma Agrária. Muitos trabalhadores tem a sensação de que esses princípios correspondem a um retrocesso.

Durante a reunião também expliquei que os princípios acordados pelo Governo não constituíam um retrocesso ou uma paragem mas sim a consolidação das conquistas feitas até agora e o início de uma fase diferente da que vivemos até há pouco tempo. Foi uma reunião viva, da qual saíram boas perspectivas de colaboração entre o Centro Regional da Reforma Agrária e os trabalhadores. Analisaram-se alguns casos concretos com base nos elementos de que podíamos dispor, naquele momento, e encontramos orientações para a sua solução.

O comportamento de Vitor Louro na célebre reunião de Évora, emolado por certa Imprensa, pelo que se pode extrair das suas afirmações foi de certo modo moderador. Os trabalhadores, descontentes pela inoperância do Centro,



«Foi com surpresa que vi em certos jornais uma completa inversão de tudo aquilo que eu tinha dito.»

proferiram acusações duras. Estavam de pé-a-trás em relação ao director do Centro e a alguns técnicos. Vitor Louro desanuviou, através das suas intervenções, o clima da reunião.

Tal como referi na nota oficial foi com surpresa que vi em certos jornais, uma completa inversão de tudo aquilo que eu tinha dito. Aliás, nada deixava prever que o director do Centro, o regente agrícola Serrano viesse a assumir aquela posição. Acho estranha pois tínhamos trabalhado juntos durante toda a manhã do dia seguinte à reunião e o regente agrícola Serrano acompanhou-me numa visita que fiz à cooperativa «Torre dos Coelhoiros», juntamente com outro técnico do Centro e de mais dois elementos do meu gabinete. E curioso frisar que a visita a que me refiro foi a primeira que o eng.º Serrano fez às cooperativas como director do Centro da Reforma Agrária de Évora, cargo que exercia há mais de um mês.

Como urdiram a campanha contra Vitor Louro? Os indícios apareceram no matutino «O Dia» que noticia de uma maneira especulativa, dando-lhe considerável destaque, a frustrada reunião da C. A. P., em Montemor. E em segundo plano o citado jornal insinua que Vitor Louro, na primeira reunião do regente agrícola Serrano teria incitado «à defesa intransigente das ocupações empreendidas até agora, o que por alguns observadores é considerado como um incitamento à violência». Portanto «O Dia» não afirma nada. Fica-se no «consta». Nessa mesma tarde «A Luta» retoma o assunto invertendo a importância das notícias: Vitor Louro aparece em letras gordas na primeira página e os incidentes de Montemor-o-Novo passam quase despercebidos. O que faz correr «A Luta»?

Vitor Louro esclarece algumas das palavras por ele proferidas num determinado contexto.

Citei efectivamente, Catarina Eufémia como símbolo da resistência que em pleno fascismo os trabalhadores empreenderam em defesa dos seus interesses. E como exemplo de disposição corajosa que continua a existir de não deixarem perder as conquistas que tanto lhes custou a alcançar. Em resumo o significado das minhas palavras foi este: a Reforma Agrária só voltará atrás se aqueles que se lhe opõem usarem da violência. Isto tem um significado completamente diferente daquele que os caluniosos lhes pretendem atribuir.

UMA MONSTRUOSA CAMPANHA POLÍTICA

E a história do sangue? Essa palavra que «deliciou» Natália

Correia ao ponto de com ela criar barrocas imagens literárias que têm o seu quê de vampiresco.

Não pronunciei a palavra sangue, mas, por acaso se ela tivesse surgido no decurso da minha intervenção, não se poderia nunca entender, pelo contexto da minha frase, outro sangue que não fosse o dos trabalhadores.

A propósito da suspensão, Vitor Louro acrescenta:

Lamento que o Governo tenha decidido a minha suspensão porque me parece que um Governo que tantas vezes tem afirmado não ceder a pressões, que mais não fosse por uma questão de princípio não deveria ceder a esta. A minha opinião sobre tudo isto é de que estamos perante uma monstruosa campanha política de grande envergadura visando muito para além da minha pessoa. Na realidade, analisando esta campanha, deprezo nos apercebemos de que o alvo se desloca para o Partido Comunista e através deste o ataque às conquistas do povo trabalhador nomeadamente, a Reforma Agrária. Lamentando que se suspenda um membro do Governo a partir de uma campanha de calúnias estou plenamente confiante, porque sei que um inquérito honesto (e não vejo que seja de outra maneira) só pode revelar que a verdade está do meu lado e conduzir a que retome as minhas funções.

UMA PLATAFORMA NECESSÁRIA

Quando perguntámos a Vitor Louro se alguma vez tivera atritos com os outros membros da equipa ministerial de que ele faz parte obtivemos a seguinte resposta:

Não tinha dificuldades, quer com o ministro, quer com o subsecretário de Estado, seu adjunto, quer com o meu colega do Fomento Agrário. Evidentemente que há naturais divergências de pensamento. Convm não esquecer que estão no Ministério da Agricultura três partidos... No entanto eu estava, de antemão, preparado para a necessidade de vencer os problemas que inevitavelmente iriam surgir. As discussões eram por vezes muito vivas e delas resultavam soluções enriquecidas. Aliás tenho perfeita consciência de que entre as posições por mim defendidas e as posições do ministro, tantas vezes expressas publicamente, existe uma larga base comum que sempre nos permitiu chegar a um consenso.

Uma última questão: a alteração das disposições do Decreto-Lei 406-A/75, especialmente a introdução do direito de reserva, não será um recuo na Reforma Agrária?

Continua na pág. 18

ENCONTRO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

Coimbra — 27 e 28 de Março

MOÇÃO

«As Comissões de Trabalhadores, Secretariados de Delegados Sindicais, Delegados Sindicais, Sindicatos e outros representantes de trabalhadores abrangidos pela Caixa de Previdência do Pessoal da Marinha Mercante Nacional reunidos em 24 de Março de 1976 decidem:

Denunciar publicamente o golpismo e a acção tendenciosa da «Intersindical Nacional» ao levar a efeito o Encontro Nacional da Previdência, em Coimbra, nos próximos dias 27/28, não tendo convocado as organizações que lhe não são afectas e afirmando que o Encontro é nacional e alargado a todas as Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais, União e Direcções Sindicais e Comissões Administrativas das Caixas de Previdência.»

balhadores iniciámos uma outra reunião com os trabalhadores rurais e agricultores que

DOS TRABALHADORES DA SANIMAR AOS BANCOS, CLIENTES, FORNECEDORES E DEMAIS ENTIDADES

AVISO

Encontrando-se a empresa paralisada com ocupação policial e militarizada, determinada por instâncias oficiais, vêm os trabalhadores da SANIMAR:

- 1.º Declinar toda a responsabilidade nos movimentos de letras, reformas e demais expediente Bancário.
- 2.º Agradecer aos Exm.ºs Clientes as inúmeras provas dadas ao longo do processo e transmitir a confiança e estima até agora demonstrada e que de futuro continuarão a merecer.
- 3.º Aos Exm.ºs Fornecedores informar que a empresa está impedida de cumprir as programações de pagamentos já estabelecidas.

Lisboa, 25 de Março de 1976

A Comissão de Trabalhadores da Sanimar

Estrangeiro

Bulgária de hoje (conclusão)

O velho e o novo

A nova Bulgária vai-se sobrepondo à Bulgária do passado, quer nos aspectos materiais, quer nos aspectos culturais. Extinto o analfabetismo, o ensino secundário é alargado a toda a juventude e a preparação universitária faz-se sentir nos mais variados sectores: indústria, agricultura, informação. O jornalismo, por exemplo, só é exercido por indivíduos com preparação universitária e em breve o recrutamento se fará apenas entre os que completaram o curso de jornalismo.

Possuindo excelentes redes de transporte, urbanas e interurbanas; dispondo de modernos sistemas de irrigação (milhares de barragens); possuindo já uma indústria que garante, no essencial, o equipamento e desenvolvimento do país, com uma economia integrada principalmente no mundo socialista, a Bulgária afasta-se rapidamente do passado rural.

O velho e o novo, embora noutro sentido, podem ainda coincidir na Bulgária e é disso claro exemplo a segunda cidade do país, Plovdiv. Abrigando presentemente cerca de trezentos mil habitantes, Plovdiv guarda cuidadosamente monumentos históricos de valor incalculável, como a muralha romana. É no conjunto de ruínas e casas típicas mais ou menos restauradas que reside o encanto desta cidade, cuja parte moderna espreita, dominadora, por entre as colinas. A velha cidade turística coexiste com a moderna cidade industrial, simbolizando o entusiasmo pelo futuro e o respeito pelo passado histórico.

Mas nos búlgaros existe um certo frenesi pelo futuro e eles esperam ansiosamente pelo novo plano quinquenal, ao qual atribuem decisiva importância para novas transformações do país e das suas vidas e não

se cansam de nos dizer:

— Vocês não fazem a ideia do que era a Bulgária há trinta, vinte ou mesmo dez anos...

— Mas qual é a maior aspiração dos búlgaros? Salários

Existem 408 jornais na Bulgária, 13 dos quais são diários (8 em Sófia). O diário de maior tiragem é o órgão oficial do partido (850 mil exemplares), seguindo-se o órgão dos sindicatos (320 mil), o órgão da Frente da Pátria (265 mil), o órgão da Juventude (260 mil) e o órgão do Partido Agrário (175 mil). O único vespertino de Sófia (o «Notícias da Tarde») tem uma tiragem de 175 mil exemplares diários.

mais elevados, ter automóvel, televisão?

— A maior aspiração dos búlgaros é ter direito a uma boa casa.

O problema da habitação, o grave problema da habitação, o difícil problema da habitação, em todo o Mundo. Na Bulgária, apesar do grande esforço desenvolvido nesse sector, cada pessoa habita, em média, 13,9 metros quadrados. Segundo o novo plano, só dentro de dez anos a questão estará resolvida satisfatoriamente: um apartamento para cada família, 18 metros quadrados para cada pessoa.

PANORÂMICA

Olhando de um modo geral para as pessoas com quem nos cruzávamos nas ruas; comiam a nosso lado nos restaurantes; se transportavam de automóvel, de eléctrico, troleicarro

ou autocarro; visitavam museus ou se abasteciam nos armazéns e estabelecimentos comerciais a impressão não era muito diferente do que se passa nas nossas cidades, particularmente em Lisboa. Com a diferença de que há uma média alta, sem os extremos chocantes do que se passa entre nós. Não haverá aquilo que se denomina por «alta costura» e «corte inglês», mas há bons agasalhos, boas pelos, bom calçado. O comércio, apesar de ser controlado pelo Estado, não difere do que se passa no Ocidente: estabelecimentos numerosos e muito especializados, montras atraentes e armazéns bem fornecidos.

Há cinemas (Kino) por toda a parte e ali se vêem filmes russos e da Europa Oriental, sem dúvida, mas também obras ocidentais. Fellini, Visconti, por exemplo, são tão conhecidos na Bulgária como em Portugal. Ali se passam das melhores películas americanas, inglesas, francesas. Filmes pornográficos inclusive (estes moderadamente). O mesmo se poderá dizer da televisão, com uma programação aberta ao mundo.

Os búlgaros sentem grande curiosidade pelo que se passa em Portugal, mas sabem pouco sobre o nosso país. Chegaram a perguntar-se se tinham poetas e escritores. Dei mesmo uma lista com umas dezenas de nomes, de Camões a José Gomes Ferreira. E de uma das vezes lembrei-me de que o Camilo ilustrava as notas de cem escudos. Puxei de uma que trazia na carteira e exibí os longos bigodes camilianos.

O próximo plano quinquenal, o sétimo, resultou de um estudo aprofundado e científico, tendo em conta o aumento da população, o aumento do comércio externo e a mudança das realidades sociais e económicas. e visa aumentar o

MANUEL DE AZEVEDO

nível de vida das populações, procurando equilibrar as regiões mais pobres com as mais ricas.

Mas para onde caminha a sociedade búlgara? Sabe-se que vai a caminho das realizações socialistas, procurando responder às aspirações mais profundas dos seus habitantes: búlgaros, eslavos, turcos, ciganos, gregos.

Mas os destinos desta comunidade, como doutras que seguem caminhos afins, são parte integrante de uma problemática que sai fora das ambições destas desataviadas notas de viagem.

De qualquer modo, alguma coisa de novo surge a Leste.



Igreja russa (ortodoxa) de Sófia. O país surpreende o viajante ocidental pela sua carga de elementos orientais.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DA MARINHA MERCANTE,
AERONAVEGAÇÃO E PESCA

COMUNICADO

Denomina-se a D.R.O.T. «um organismo especializado nas relações com as Organizações de Trabalhadores no sentido destas serem efectivamente de cooperação». Não o é. O caso presente prova-o bem. Estão em estudo e preparação uma série de projectos de Leis e Decretos-Leis (greve contratação, entre outros). Pois a D. R. O. T. foi consultar e pedir o parecer da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), entidade patronal bem conhecida dos Trabalhadores; assim se conduz um Organismo que promove «relações de cooperação entre o Ministério do Trabalho e as Organizações de Trabalhadores». Assim se vai às bases buscar a regulamentação!

Por outro lado, e já no caso concreto da Lei da Greve, não se tenta mais do que passar um atestado de menoridade política aos Trabalhadores deste País, limitando a sua liberdade de organização.

Garante esse famigerado projecto, o direito à greve; mas nas unidades essenciais a «Defesa Nacional» permite o enquadramento militar!

Garante, o tal projecto, o direito à greve de solidariedade; mas os Trabalhadores dos ramos de minas, combustíveis, caminhos-de-ferro, sistemas de crédito, construção naval, reparações de navios, energia eléctrica, aeroportos e portos, telecomunicações, transportes, etc., que façam esse tipo de greve, poderão ficar sujeitos ao Regulamento de Disciplina Militar (R.D.M.)!

Garante, essa hipótese de projecto, o direito à greve política; mas os que a desencadearem e mantiverem serão punidos com prisão (qual será o papel dos piquetes de greve? E as ocupações de empresas? Pretende dar-se protecção descarada aos «fura-greves»?)!

Este é um dos aspectos práticos de como se revela a classe dominante, procurando fazer crer que está a «decretar» em favor dos interesses dos trabalhadores quando não faz mais do que manietá-los e colocá-los ao serviço da burguesia.

Assim, os trabalhadores do S.T.M.M.A.P. reunidos em A.G. em 22.3.76 repudiam o projecto da Lei de Greve e

EXIGEM:

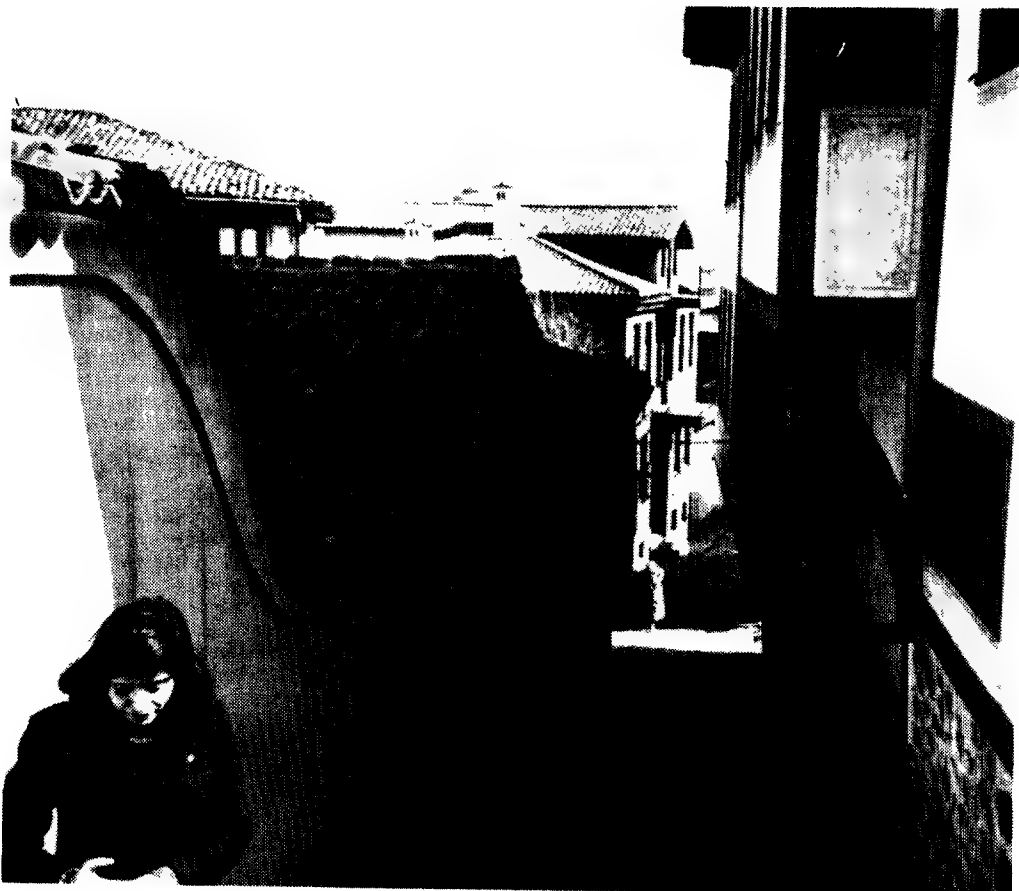
1. Que seja consignado em Lei que os trabalhadores têm direito à greve sem quaisquer limitações.
2. Aos trabalhadores compete decidir da oportunidade ou não de uma greve, da sua justeza. Não é o Governo que faz leis sobre o direito de greve. A greve é a mais poderosa arma dos Trabalhadores e só eles livremente a regulamentam; e não pode haver punições para os Trabalhadores quando estes lutam por uma causa justa.

REVOGAÇÃO IMEDIATA DO DECRETO-LEI 392/74
REVOGAÇÃO IMEDIATA DO DECRETO-LEI 637/74

A greve é um direito dos trabalhadores.
A greve e a liberdade são conquistas dos trabalhadores.

Assim, dizemos **NÃO** à D.R.O.T. e exigimos a sua dissolução.
Assim, dizemos **NÃO** ao projecto de Lei da greve.

Aprovado por maioria.
Lisboa, 22 de Março de 1976



Plovdiv: um trecho da cidade velha. É o segundo burgo mais populoso da Bulgária.

Estrangeiro

PUB

marblarte
manufatura de mármore
decorativos sarl

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os accionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 31 de Março de 1976, pelas 16 horas, nos escritórios da Empresa, na Rua Braamcamp, 82-1.ª, Esq., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. — Discutir, aprovar ou modificar o Balanço, o Relatório do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.
2. — Tratar de qualquer outro assunto de interesse social.

Com os n.ºs respeitosos cumprimentos subscrevemo-nos,

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
COBRIMPE — Cobranças, Organização e Assistência
a Empresas, SARL

ESTREIA SABADO DIA 27
M/13



No NIMAS à Meia-Noite e Quinze — Av. 5 de Outubro, 42-B — T. 574362 — Todos os dias às 12.45 e Meia-Noite e Quinze — Sábados e Domingos, só Meia-Noite e Quinze
ENTRADA GRÁTIS

MARIONETAS No Ar.Co

Grupo de marionetas de São Lourenço e o Diabo, apresenta em antestreia os romances tradicionais portugueses.

«O Conde de Alemanha» e «Gerinaldo, o Atrevido».

Hoje, pelas 23.30 h., no Ar.Co, Rua de Santiago, 18 (ao mirador de St.ª Luzia) Lisboa. Telef 863355.

ENTRADA LIVRE

O barril de pólvora da Coreia

WILFRED BURCHETT

Pela primeira vez em 35 anos, o Pentágono não tem uma guerra entre mãos. Desde há quase doze meses — quando os «conselheiros» militares norte-americanos se amontoaram a bordo dos últimos helicópteros saídos de Saigão em 29 e 30 de Abril do ano passado — que não tem havido serviço para os técnicos militares mais bem pagos e mais mal-sucedidos do mundo. Angola pareceu dar certas esperanças durante algum tempo e deve ter havido quem tivesse raciocinado nos mesmos termos que os jornalistas ouviram a certos militares dos comecços da guerra do Vietname: «Não é uma guerra muito a sério, mas é a melhor que temos!». Mas um Congresso dos EUA, traumatizado pelo Vietname e com um ano de eleições perfilando-se no horizonte, esmagou todos os planos para uma intervenção americana num Vietname africano.

Para os oficiais que andam a bater calcanhares nos labirintos do Pentágono — para não mencionarmos os directores das fábricas da confraria industrial-militar — a ausência da guerra é um mau negócio. Tudo fica congelado, desde as rápidas promoções aos rápidos lucros. Trabalhar em planos de contingência para objectivos de intervenção possível é um negócio aborrecido e não lucrativo. Durante muito tempo, o Médio Oriente foi uma possibilidade, mas as perspectivas de ver arder bilhões de dólares de investimentos no petróleo teve um efeito moderador. O único local «brilhante» a única réstia de fumo bélico no horizonte é a Coreia do Sul.

Esse campo de batalha oferece várias vantagens: desforra da primeira guerra (1950-53) que os EUA nunca ganharam; desforra contra os asiáticos em geral pela primeira guerra (1961-73) que os EUA até hoje perderam — na Indochina — e desforra pelo prestígio perdido noutra derrota (esta por omissão), em Angola. Prestígio tomado aqui na acepção que

tal palavra tem para aqueles que a medem em termos de poder militar. Um argumento que pode vir em reforço dos fanáticos do dedo no gatilho que pululam no Pentágono: dado o inesperado vigor com que o Governo tailandês exigiu a total retirada americana do seu território, a Coreia do Sul é agora o único bastião militar dos EUA no continente asiático. O único trampolim possível para novas aventuras militares na Ásia.

«O HOMEM PERIGOSO»

Na sua edição de 20 deste mês, o jornal «The Washington Post» inseria, sob o título de «O Homem Perigoso da Coreia do Sul», um editorial onde se advertiam os leitores: «Há um homem perigoso à solta na Coreia do Sul, um homem que ameaça provocar um levantamento interno e fazer perder o principal aliado do seu país... trata-se naturalmente do presidente sul-coreano Park Chung Hee...». E o editorial prosseguia, revelando uma onda particularmente escandalosa de repressão na Coreia do Sul e convidando a Imprensa mundial a debruçar-se sobre o que se estava a passar naquele canto do mundo.

«Há dias uns doze corajosos sul-coreanos reuniram-se numa igreja de Seul para lerem uma declaração de decência e salvação nacional. Pediram ao presidente Park que se demitisse, a fim de a democracia poder ser restaurada. O grupo incluía o velho adversário de Park, Kim Dae Jung, e dirigentes da comunidade cristã sul-coreana». (Kim Dae Jung, dirigente do partido oposicionista da Nova Democracia, recolheu, segundo os próprios números oficiais, 43,5 por cento dos votos nacionais nas eleições presidenciais de Abril de 1971 e bateu Park Chung Hee por uma percentagem esmagadora de 66 por cento em Seul, o único lugar onde não houve nenhum controlo real da votação e contagem de boletins. Mais tarde foi raptado em Tóquio por agentes da CIA sul-coreana e levado para Seul, incidente que levou à suspensão temporária das relações diplomáticas nipo-sul-coreanas. Da Jung encontra-se sob detenção domiciliária desde o incidente relatado pelo «Washington Post» — e que teve origem numa cerimónia de aniversário do levantamento de 1919 do povo coreano contra os dominadores japoneses.

Além de Dae Jung, foram presos, entre outros, o antigo presidente sul-coreano Yn Po Sun (agora com 79 anos), o conhecido dirigente cristão Lee Woo Yung, três padres católicos e quatro pastores protestantes. (Sob a ponta deste icebergue altamente respeitável, podemos imaginar a escala e objectivos das prisões feitas abaixo da linha de água!). E como se dizia no editorial do jornal de Washington: «Os presos vão ser evidentemente acusados de conspirar para derrubarem o governo. Se forem condenados poderão ser executados — já no ano passado foi esse o destino de oito concorrentes eleitorais do presidente Park».

Só merece louvores o facto de o «Washington Post» ter chamado a atenção para aquele «perigoso homem» da Coreia do Sul.

Mas mais de louvar seria se tivesse chamado a atenção para um homem ainda mais perigoso da Coreia do Sul, nomeadamente o general James F. Hollingsworth, comandante das tropas norte-americanas na Coreia do Sul, que dirige o 1.º Corpo do Exército americano, constituído por 183 mil homens — um dos maiores corpos de exército do mundo — que patrulha a fronteira com a Coreia do Norte.

«UMA GUERRA VIOLENTA É CURTA»

Numa entrevista concedida ao muito respeitável «Wall Street Journal» de Nova Iorque, no dia 13 de Janeiro deste ano, o general Hollingsworth disse as preciosidades que seguem:

«Do que nós precisamos é de uma guerra violenta e curta na colina 229 ao longo da zona desmilitarizada que separa as duas Coreias. Só precisamos de cinco dias e cinco noites de violência a sério. Depois só precisaremos de mais quatro dias para limpar o campo de batalha...».

E claro que ele estava a usar a fórmula já gasta pelo tempo do que aconteceria se o Norte atacasse.

«Se os comunistas atacarem, terão que trazer os tanques através daqui», afirmou apontando o cenário a partir do seu posto de comando. «E quando o fizerem, vou matá-los... A Coreia do Sul dispõe apenas de 26 peças de artilharia ao longo de toda a fronteira em 1950. Agora só a minha área dispõe de mil peças...».

Segundo o «Wall Street Journal», o maior prazer deste herói do Pentágono durante a guerra do Vietname, era «alvejar o campo a partir do seu helicóptero pessoal e atirar sobre tudo quanto desse sinais de vida».

A verdade nua e crua é que aqueles que o «Washington Post» e as pessoas normais consideram «perigosos», isto é aqueles que falam e agem como Hollingsworth e Park Chung Hee, tendem a ser olhados pelos homens do Pentágono (mais perigosos ainda que eles) como as mais esperanças estrelas que despontam no horizonte! O ditador de Seul tem protecção ao mais alto nível dos EUA e só pode agir como age devido à presença das tropas americanas na Coreia do Sul. Um telegrama publicado pelo «Washington Post», com data de 16 de Março revelava que a CIA sul-coreana — que obviamente tem as relações mais estreitas com a sua congénere norte-americana — estava a «lançar uma campanha de intimidação contra os dissidentes coreanos que vivem nos Estados Unidos. Segundo um relatório entregue a uma subcomissão do Congresso dos EUA, estas actividades tinham «perturbado manifestações nas cidades norte-americanas e fizeram pressões para o encerramento dum jornal de Los Angeles de oposição ao Governo de Seul». No mesmo relatório, dizia-se que os indivíduos envolvidos nestas actividades ignoraram os avisos que lhes têm sido dirigidos pelo Departamento do Estado. Que nível de protecção será necessário para que se possam ignorar tais avisos? A grande questão está em saber que laços existem entre as actividades do presidente sul-coreano e as fanfarronices de Hollingsworth. A «Comissão Permanente» da Assembleia Nacional da Coreia do Norte

pensa que sim. Numa carta posta a circular no dia 4 de Março e dirigida a Governos e parlamentos do mundo inteiro, faziam-se as denúncias que se seguem:

«Devido às ultrajantes manobras de guerra dos EUA das autoridades sul-coreanas, aumenta constantemente o perigo de nova guerra na Coreia...».

«Este ano o Governo dos EUA decidiu entregar à Coreia do Sul armas modernas, incluindo mísseis nucleares, novos tipos de caças, navios de grande tonelagem, novos tipos de tanques e até rampas de lançamento para mísseis estratégicos».

«No dia 24 de Fevereiro, foram trazidos para a Coreia do Sul, caças bombardeiros F 111, pertencentes ao Comando Tático TS».

«Somos obrigados a seguir com a máxima atenção gestos tão inusitados como a entrada de caças bombardeiros dos EUA na Coreia do Sul».

«Muito recentemente os EUA estiveram a fazer demonstrações diárias de força e provocatórias como exercícios de operações de aterragem, manobras móveis mistas americanas-sul-coreanas, nas quais se pressupunha a invasão armada da República Popular Democrática da Coreia...».

«Os EUA já elaboraram planos que denominaram de «plano operacional de nove dias», «plano operacional de 7 dias» e ameaçam-nos dizendo que «avancarão para Norte pela linha de cessar-fogo» e que conquistarão toda a Coreia numa «guerra de cinco dias».

«A fim de camuflarem os seus esquemas tendentes a provocar uma nova guerra e de desviar a atenção mundial, os EUA continuam a falar sobre a «ameaça duma invasão do Sul». Contudo, a realidade mostra o verdadeiro perigo de guerra na Coreia provém da ameaça de invasão sobre o Norte e não o contrário».

«Hoje a paz na Coreia só é mantida graças à consistente paciência do Governo e do povo da República Popular Democrática da Coreia...».

«Advertir dos perigos da guerra e manter e consolidar a paz na Coreia é, na hora presente, uma questão urgente que afecta a paz mundial e a segurança da humanidade...».

A carta solicita a todos os governos que insistam no cumprimento da resolução da última sessão da ONU, que requer a retirada imediata de todas as tropas estrangeiras que ocupam a Coreia do Sul sob a bandeira da ONU e a substituição do actual acordo do cessar-fogo por um tratado de paz. A carta salienta que a reacção dos EUA a esta resolução da ONU foi a «introdução de novas forças armadas na Coreia do Sul e a intensificação de manobras destinadas a provocar nova guerra».

A repressão sobre opositores políticos para terem uma «retaguarda segura» é uma precaução clássica de todos os agressores na véspera do lançamento de aventuras militares. A prisão de Kim Dae Jung, do ex-presidente Yun Po-Sun e outros devem ser vistas a esta luz. E as fanfarronices de Hollingsworth têm uma horrível semelhança com as dos seus comparsas sul-coreanos de há 26 anos!

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Sucessão de Wilson Foot (ala esquerda) à cabeça na primeira votação

LONDRES, 26 (ANOP) — O ministro britânico do Trabalho, Michael Foot, profeta do socialismo dos velhos tempos e acarinhado pela ala esquerda do Partido Trabalhista, conseguiu ontem vencer o primeiro escrutínio para ocupar o cargo de chefe do Governo, não tendo porém obtido a maioria necessária para ser de imediato primeiro-ministro.

No próximo dia 30, os 317 parlamentares do Partido Trabalhista serão de novo chamados a votar.

O moderado Jenkins, terceiro classificado na primeira volta, anunciou já que não concorrerá à segunda, reduzindo assim a três o número de candidatos ao posto de Harold Wilson, que a semana passada anunciou inesperadamente a sua demissão como chefe do partido e do Governo.

Os contendores são, para além de Michael Foot, o moderado James Callaghan e o também moderado Denis Healey. Foot obteve ontem 90 votos, contra 86 de Callaghan e 30 de Healey.

Jenkins decidiu retirar-se para que a diversidade de candidaturas não alargue em demasia o processo através de sucessivas voltas eleitorais, até que um dos candidatos obtenha a maioria necessária.

Também abandonou a contenda o ministro da Energia, Anthony Benn, da ala esquerda, que ontem conseguiu 37 votos. A decisão de Benn orienta-se claramente no sentido de reforçar o voto da esquerda em Michael Foot.

Outro dos candidatos afastados é Anthony Crosland, ministro do Meio-Ambiente, que foi eliminado por ter o menor número de votos na primeira volta — somente 17. Crosland pertence à ala direita do partido.

Segundo observadores políticos de diversas tendências, o abandono de Jenkins terá consequências decisivas.

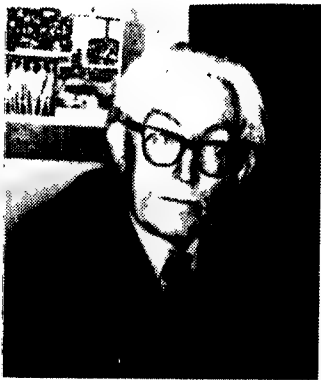
Caleidoscópio

■ LONDRES, 26 — (ANOP) — O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, afirmou ontem, no final da sua visita a Londres, que a U. R. S. S. está a preparar um acordo com o Ocidente acerca de Angola, mas não está interessada em intervir na Rodésia nem na Namíbia.

■ WASHINGTON, 26 — (R.) — O presidente Gerald Ford e os seus principais conselheiros militares e de segurança estão a discutir possível acção para enfrentar nova actividade armada no estrangeiro por parte de Cuba — anunciaram a Casa Branca e o Departamento de Estado.

■ ASSEN (HOLANDA), 26 — (H.) — Sete naturais das Molucas do Sul, que mataram três pessoas quando assaltaram um comboio no Norte da Holanda, em Dezembro foram condenados hoje por um tribunal de Assen a 14 anos de cadeia cada.

■ ROMA, 26 — (ANOP) — Três grandes centrais sindicais italianas iniciaram ontem uma greve geral simbólica, a fim de protestar contra a política económica governamental e exercerem pressão no sentido da aceitação de novos contratos colectivos de trabalho.



O ministro britânico do Trabalho, Michael Foot, vencedor do primeiro escrutínio para a escolha do sucessor do primeiro-ministro trabalhista Harold Wilson. O escrutínio não foi no entanto decisivo

nas na segunda votação, uma vez que os seus 56 votos serão repartidos entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan e Denis Healey, com provável vantagem para o primeiro, que é apontado como o mais provável sucessor de Wilson.

Informadores políticos prevêem contudo que o resultado final só será conhecido após uma terceira e última volta, em 1 de Abril.

Na opinião destes círculos, Michael Foot poderá ainda vencer o próximo escrutínio, conquistando entre 120 a 130 votos, o que não representa a maioria.

Segundo a mesma análise, este será o melhor resultado que o ministro do Trabalho pode vir a conseguir.

Callaghan encontra-se numa posição completamente diferente. Tanto ele como Jenkins ou Healey pertencem à ala moderada do partido, que é a mais forte.

De acordo com diversas estimativas, Callaghan poderá obter na segunda votação 104 votos, mas se for necessário um terceiro escrutínio deverá ter assegurado a vitória.

Críticas a Israel vetadas pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque), 26 — (R.) — Os Estados Unidos vetaram ontem, à noite, uma resolução no Conselho de Segurança que teria criticado acções israelistas em territórios ocupados, dissipando esperanças árabes e os receios hebraicos de uma mudança da política norte-americana.

Com todos os membros do conselho de 15 países, incluindo a Grã-Bretanha, França e Itália, votando a favor da moção, o novo representante norte-americano, William Scranton, foi o único a manifestar-se contra ela. O voto negativo vindo de um dos cinco membros permanentes do Conselho teve o efeito de bloquear a resolução.

A proposta teria deplorado o «fracasso de Israel em acabar com acções e uma política tendentes a alterar o estatuto da cidade de Jerusalém».

A moção, patrocinada pelo Benim, Guiana, Paquistão, Panamá e Tanzânia, fora apresentada após um debate no Conselho sobre a situação em Jerusalém e na margem ocidental, ocupada, do Jordão, cenário de manifestações árabes.

A minuta convidava também Israel a abster-se de medidas

contra os habitantes árabes dos territórios ocupados, de expropriar terras árabes ou de estabelecer novos colonatos nessas áreas e a respeitar a inviolabilidade dos lugares santos de Jerusalém.

Foi o décimo quarto veto norte-americano desde a fundação das Nações Unidas e a primeira votação importante em que participou Scranton, que assumiu o seu cargo, há menos de uma semana.

Há dois dias, um discurso proferido por Scranton no Conselho obteve a aprovação reservada dos delegados árabes e provocou uma reacção azeda por parte de Israel. O embaixador norte-americano classificara o estabelecimento de colonatos hebraicos nos territórios ocupados como um obstáculo a negociações de paz e disse que acções unilaterais não poderiam predeterminar o futuro de Jerusalém.

Contudo, ontem, à noite, Scranton declarou que era errado sugerir que Israel visava mudar o carácter religioso de Jerusalém e que a resolução não auxiliaria a encontrar-se uma solução pacífica no Médio Oriente.

Rapto de Willy Brandt preparado por anarquistas

KAISERSLAUTERN, 26 — (F.P.) — O rapto de Willy Brandt foi preparado pelo grupo anarquista Baader-Meinhof em 1970.

Esta revelação foi feita ontem em Kaiserslautern por Karl-Heinz Ruehland, antigo membro da organização que depois como testemunha de acusação num processo movido nesta localidade, contra outros três anarquistas.

Os preparativos do rapto já estavam tão avançados que a operação teria sido possível. Só as dificuldades surgidas para encontrar um esconderijo seguro para o então chanceler levaram os autores do projecto a renunciar — disse Ruehland. O grupo virara então as suas actividades para o assalto a Bancos.

Ruehland, que está em liberdade, e se queixa de não beneficiar de protecção suficiente das autoridades, narrou seguidamente ao tribunal a «mudança» do grupo Baader-Meinhof de Berlim-Ocidental para Frankfurt, que foi escolhida como «base operacional».

Estrangeiro Os militares argentinos tencionam ficar três anos no Poder

BUENOS AIRES, 26 — (R.) — A junta militar argentina permanecerá no poder três anos e nomeará presidente um oficial de alta patente, segundo revelava um comunicado oficial emitido ontem, à noite.

O comunicado dizia que a junta formada pelos comandos dos três ramos das forças armadas, que derrubou a presidente Maria Estela Peron, na quarta-feira, seria o órgão supremo do Estado.

O presidente seria um oficial de alta patente das Forças Armadas, nomeado pela junta, e uma comissão legislativa de outros nove oficiais superiores aconselharia o chefe de Estado sobre questões legais e outras.

Fontes bem informadas disseram esperar que o coman-

dante do exército, general Jorge Videla, seria o presidente e que o seu sucessor no posto militar que agora ocupa seria nomeado pela junta.

O comunicado não revelava quando seria anunciada a nomeação do chefe de Estado.

PROIBIDOS CINCO PARTIDOS DA ESQUERDA

Entretanto, as Forças Armadas reforçaram hoje o seu controlo sobre o país, após proibirem cinco partidos da esquerda, que não poderão, a partir de agora, exercer qualquer actividade política, e suspenderem o direito à greve.

Uma série de decretos publicados ontem deu força legal às ordens dos comandantes das Forças Armadas, que depuseram a presidente-viúva, colocando-a sob detenção domiciliária.

A junta decretou a pena capital por ataques contra elementos das Forças Armadas. Anunciou-se ainda que cerca de 2.000 pessoas foram presas em todo o país, embora parecesse haver pouca resistência ao golpe de Estado.

Entre as pessoas que se dizem estarem detidas encontram-se os antigos presidentes peronistas Hector Campora e Raul Lastiri e José Deheza, ex-ministro da Defesa.

LEVANTADA A CENSURA À IMPRENSA

A junta levantou ontem a censura à imprensa, imposta na quarta-feira, e os cinemas e restaurantes foram autorizados a reabrir. No entanto, a maioria dos habitantes de Buenos Aires não sai de casa, a seguir ao aviso da junta para não circularem nas ruas, à noite.

Os partidos proibidos são dois de orientação maoísta,

dois grupos trotskistas e um dos operários marxistas.

A junta não proibiu o PC argentino, que segue a linha de Moscovo.

Outro decreto dizia que estrangeiros empenhados em actividades subversivas ou considerados culpados de crimes na Argentina ou no estrangeiro seriam expulsos do país.

A junta congelou depósitos bancários da Confederação Geral do Trabalho (CGT), afirmando que alguns dos seus dirigentes se serviram dos cargos que ocupavam para obter lucros ilícitos.

ACUSAÇÕES AO MOVIMENTO PERONISTA

Em medidas destinadas aparentemente a desacreditar o Governo peronista deposto e os seus aliados sindicais, os militares mostraram ontem inúmeras armas que segundo disseram, foram apreendidas no Ministério da Assistência Social e na sede, em Buenos Aires, do Sindicato dos Metalúrgicos. O armamento inclui metralhadoras ligeiras, pistolas e revólveres, caçadeiras, granadas, carabinas e milhares de cartuchos.

O antigo ministro da Assistência Social, José Lopez Rega, que partiu da Argentina para o exílio em Espanha, em Julho último, foi acusado de utilizar fundos do Ministério para financiar um «esquadrão da morte» direita, considerado culpado do assassinio de dezenas de elementos da esquerda.

Os militares que desencadearam o golpe de Estado acusaram o movimento peronista de ser incapaz de conter a inflação, atingindo agora cerca de 500 por cento anualmente, de pôr cobro a alegada corrupção no seio do Governo ou de acabar com a onda de violência política e ataques de guerrilheiros esquerdistas.

Vacinação sem precedentes contra gripe mortal

WASHINGTON, 26 — (R.) — Fábricas norte-americanas de produtos farmacêuticos começaram hoje a manufacturar cerca de 200 milhões de doses de vacina contra a gripe a tempo de evitarem a ameaça de uma epidemia da mortal febre porcina, prevista para este Inverno.

O presidente Gerald Ford preconizou um programa sem precedentes para que sejam vacinados 210 milhões de norte-americanos, com o Governo fornecendo vacinas gratuitas, no valor de 135 milhões de dólares.

Dirigentes do Congresso disseram que o pedido de Ford para que seja concedido o dinheiro obteria rápida aprovação e as maiores fábricas de produtos farmacêuticos anunciaram que laborarão permanentemente, se for necessário, para fornecerem as vacinas.

Peritos de saúde descobriram, no princípio do ano, na base do Exército de Fort Dix, em Nova Jersey, um surto de gripe porcina, a terrível pneumónica.

O surto afectou apenas uma dezena de pessoas, mas uma delas faleceu e os peritos ficaram de tal maneira alarmados que pediram ao presidente

Ford para criar o que foi descrito como o maior projecto de medicina da História.

Entretanto, o reaparecimento num quartel do Exército norte-americano de um tipo de gripe que matou 20 milhões de pessoas em 1918 levanta algumas questões perturbantes ao resto do Mundo.

É este vírus tão virulento como o seu predecessor, que assolou a população mundial nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial? E tem a mesma capacidade de proliferar tão inextinguivelmente?

Ninguém ainda possui as respostas, mas todos os centros nacionais de gripe da Organização Mundial de Saúde (O.M.S.) foram avisados para estarem atentos a qualquer surto da doença nos seus países.

Mas o que está a causar alarme no que respeita ao surto de Fort Dix é que pela primeira vez desde 1918 a gripe de suínos alastrou de homem para homem.

Até agora este tipo de gripe apenas ocasionalmente atingiu seres humanos — e apenas no caso de pessoas que lidavam com porcos. Crê-se que os animais albergam o vírus e que são a fonte do surto.

Protestos no Chile

SANTIAGO, 26 — (R.) — O Governo militar de Pinochet ordenou ontem que Belisário Velasco, director do posto de rádio presidente Balmaceda que foi encerrado, na segunda-feira, fique com residência fixa no norte do Chile. Essa acção provocou clamorosos protestos entre jornalistas.

Espectáculos



"Não" à vida sexual de Jesus

Jens-Joergen Thorsen (autor de *Dias Tranquilos em Clichy*) não filmará a vida sexual de Jesus Cristo. Niels Matthiasen, ministro dinamarquês dos Assuntos Culturais, comunicou ao Instituto Nacional Cinematográfico de Copenhaga que lhe era impossível dar o auxílio de 900 000 coroas prometidas ao realizador.

Ao contrário do que se esperava não se tratava de blasfémia mas do direito moral dos escritores, que impede que as suas obras sejam mutiladas ou deformadas. Neste caso concreto, os autores protegidos são os evangelistas.

"O GENERAL DELLA ROVERE" NUMA SESSÃO DA U.R.A.P.

A União de Residentes Antifascistas Portugueses (U. R. A. P.) promove hoje pelas 21 horas, no Palácio Foz, uma exibição do filme *"O General Della Rovere"*, realizado por Roberto Rossellini em 1959.

Este filme, que será retirado do circuito comercial por atingir o fim da sua exploração, obteve a distinção máxima do Festival de Veneza de 1959 e inscreve-se na linha que tor-

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:

Título original: *Boxcar Bertha*. Realização: Martin Scorsese (USA - 1972).

Argumento: Joyce H. Corrington e John William Corrington, segundo as memórias de Boxcar Bertha Thompson, *"Sister of the Road"*.

Fotografia (cor De Luxe): John Stephens.

Música: Gib Guilbeau e Thad Maxwell.

Montagem: Buzz Feitshans.

Interpretação: Barbara Hershey (Bertha), David Carradine (Bill Shelley), Barry Primus (Rake Brown), Bernie Casey

"Uma mulher da rua" de Martin Scorsese

(Von Morton), John Carradine, Victor Argo, etc. Distribuição em Portugal: Astória Filmes.

Cinemas: Pathé e 2000.

Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos.

Duração: 88 minutos.

Roger Corman faz escola. Não só no sentido de que alguns jovens realizadores lhe seguem as pisadas, a temática como no facto de ser ele mesmo, como produtor, que lhes dá aquela mão inicial que tanta importância pode ter.

Martin Scorsese e este *Boxcar Bertha* (que alguém baptizou, pouco felizmente, em português, de *Uma mulher da rua*) são mais um exemplo. A série. Bem, portanto, continuadores. Não é sem uma certa desilusão, no entanto, que estamos perante este filme. Talvez porque a memória está cheia de obras notáveis, ou porque de Ray a Huston, ao próprio Corman, o género é demasiado nobre para permitir falhas.

Apesar disso *Boxcar Bertha* e, pontualmente, um lugar onde se encontra uma enorme vontade de acertar e onde se acerta. Falta-lhe a mão para colar o conjunto, para harmonizar as diversas sequências, para segurar o *"feeling"* dos anos 30 e o sabor violento da revolta.

Martin Scorsese procurou, e bem, criar uma linguagem cinematográfica forte, viril, mais actuante que contemplativa. Veja-se a montagem abrupta, veja-se a câmara em pleno movimento. Vejam-se, sobretudo, as cenas de acção onde se mostra conhecedor perfeito dos meios e dos fins. Mas este cinema, entre a saga e a tragédia, exige bastante mais.

Exige antes de tudo, que se lhe controle o clima, que se não deixe a acção indecisa entre a alegria despreocupada da transgressão e a raiva da revolta explosiva. Exige que se opte entre a história de amor fatal e maldita e o pacto com a morte a cada novo assalto, a cada novo beijo. Exige, ainda, que os tempos de espera soem a silêncios premeditados e que o fogo vomitando das armas seja, por isso, o descarregar da tensão acumulada, o clímax.

Foi tudo isto que Martin Scorsese não atingiu. Quer misturando continuamente o tipo de discurso, quer deixando os actores à deriva, quer baralhando argumentos justificadores da acção que, ao nível do *écran* não são coerentes nem convincentes. Sobre no entanto a tal vontade inequívoca de acertar, algumas sequências antológicas (como a primeira cena de amor entre Bertha e Bill Shelley) e uma certa fascinação que este cinema traz consigo.

Resta chamar a atenção para a deficiente legendagem deste filme, a procurar um aligeirar da linguagem, estranho pudor que leva a que, por exemplo, o vocábulo *where* jamais seja traduzido e que alguns diálogos fiquem sem legenda, a propósito de falarmos também no texto inserto no programa do cinema 2000, um resumo do argumento que, para além de lhe ser infiel, chama ao sindicalista Shelley um *"agitador"*, responsabilizando-o mesmo pelo *"incitamento"* aos actos do bando o que, não sendo verdadeiro em termos do filme, não deixa de ser curioso.

Jazz hoje

O conjunto Rão Kyo dá hoje, a partir das 21 h, um concerto de *"jazz"* no Centro Cultural Americano, à Av. Duque de Loulé, em Lisboa. O conjunto é composto por Rão Kyo (na imagem) considerado pela crítica da especialidade como um dos melhores intérpretes de *"jazz"* em Portugal (saxofone), João Heitor (bateria), José Eduardo (contrabaixo) e António Penha da Silva (piano). A entrada é livre

A linha geral

Em colaboração com o cineclubes Imagem, o cineclubes AVC, passa hoje, às 18 às 18 e 30, na Cinemateca Nacional — Palácio Foz, o filme *"A Linha Geral"*, de Eisenstein.

TEATRO ANIMAÇÃO DE SETÚBAL

ESTREIA, Amanhã, Dia Mundial do Teatro às 21.30 horas, no

TEATRO PEDRO NUNES, em Alcácer do Sal

2.º ESPECTÁCULO — ÉPOCA 1975-76

«O MEU CASO» DE JOSÉ RÉGIO

e uma adaptação de «O DESTINO MORREU DE REPENTE» de ALVES REDOL

Encenação de CARLOS CÉSAR

teatro do bairro alto

2 SALAS-2 ESPECTÁCULOS

Rua Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato)
Telefone 66 15 15

Bilhetes à venda

Proibida a ent. após início do espectáculo

OS COMICOS

APRESENTAM

A MANDRÁGORA

de

MAQUIAVEL

HOJE, AS 21.15

AMANHÃ

Dia Mundial do Teatro

As 16 e 21.15 h.

ÚLTIMO DIA

Teatro da Cornucópia

[An Kiu]
trabalha em...
Vá ao teatro...
e...
3.º a sábado, às 21.15 h
domingo, só às 18.00h.
(Não acons. a men de 13 anos)
Bilhet. abre às 17.00h.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias

2

sessões

(Não aconselhável às a menores de 18 anos) 20.30 e 22.45

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA

VITOR MENDES CARLOS GONÇALVES

Atracção nacional: CIDADIA MOREIRA

Num momento da abertura da revista ZITA DUARTE

Aos Domingos e Feriados:

«Matinée» às 16 h.

2.ª feiras:

Descanso da Companhia

Aos Sábados:

TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)

«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só!)

HOJE

e todas as 6.ª feiras, Sábados e Domingos, pelas 21.30 horas

GRUPO DE TEATRO «PROPOSTA»

APRESENTA

o seu 1.º Espectáculo

«NOTÍCIAS DO PODER...»

R. do Vale Formoso, 18 (ao Poço do Bispo)

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

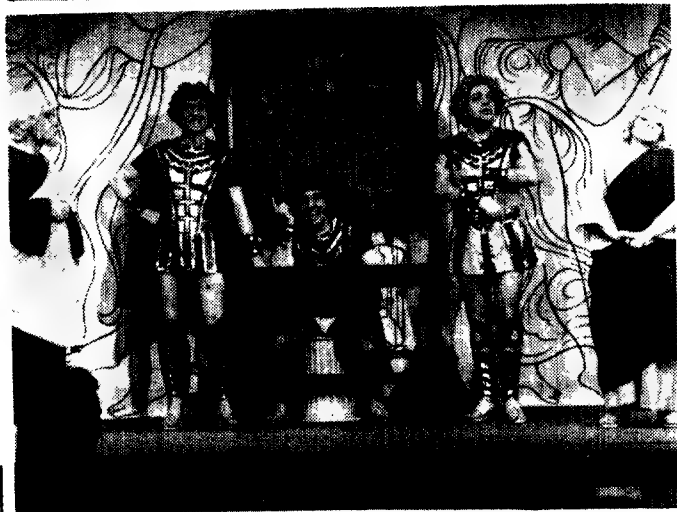
HOJE, AS 21.30 H.

F.O.G.O.!

ÚLTIMO DIA

CANÇÕES — GIM GRUPO INTERVENÇÃO MUSICAL

Praça de Espanha Metro: Palhavã Telef. 76 26 24



«Taran-tan-tan não enche barriga» apresenta-se com novo horário, no teatro Martim Moniz

Adóque muda horário das sessões

O grupo de teatro Adóque modificou o horário das sessões nas quais apresenta o seu último espectáculo *«Taran-Tan não enche barriga»*. Assim, às segundas, terças e quintas-feiras, haverá uma sessão única, às 21.30 h, e às sex-

tas e domingos, duas sessões, às 20.30 e 22.30 h. Aos domingos haverá, ainda, «matinéas», às 16 h.

O novo horário já se encontra em vigor no teatro do Martim Moniz, onde o Adóque apresenta o seu espectáculo.

As Segundas, Terças e Quintas, às 21.30 h. — Sextas, Sábados e Domingos, às 20.30 e 22.30 h. — Domingos «matinéas» às 16 h. (Não acons. a menores 18 anos)

«Taran-Tan-Tan não Enche Barriga!»

UMA BARRIGADA DE RISO EM 2.º MÉS DE ÉXITO! VÁ RIR!

TODOS OS SÁBADOS AS 16 HORAS «MATINÉAS» INFANTIS com «PEDRO E O LOBO» e «O INDIÓZINHO RAIÓ DE LUAR» — Bilhetes desde 20\$00

ADÓQUE teatro NO MARTIM MONIZ - TEL 87 42 80

Televisão

Canal da Crítica

"ACUSO PERANTE A CONSCIÊNCIA DE TODO O MUNDO..."

O que é uma boa emissão cultural de TV?

A resposta, se a queremos o mais correcta possível, há-de atender não aos telespectadores considerados isoladamente, mas à audiência no seu conjunto, há-de atender à sociologia de televisão, há-de atender ao local médio onde está implantado o televisor.

Os intelectuais não representam a maior percentagem da audiência. Os indivíduos com mais elevado poder de compra também não. Aqueles têm outros alimentos, estes têm outros divertimentos. O televisor é o livro do analfabeto, é frequentado pelos trabalhadores politizados e não, pela pequena burguesia particularmente a dos pequenos meios ou a empurrada para os solitários dormitórios das grandes cidades. As mulheres, principalmente as domésticas, dão um grande contingente para a audiência.

A diversidade de níveis culturais e dos estratos sociais marca ponto de encontro no televisor com a maior diversidade dos temas. Uma boa emissão cultural de TV será

portanto, aquela que evita as tentações de uma especialização: esta serve meia-dúzia e desserve alguns milhões. Será aquela que procura servir o maior número possível de espectadores considerando-se, como é o nosso caso, a ausência de uma prática artística e cultural.

Exige-se para a Televisão não apenas quem saiba muito mas seja capaz de construir pontes entre aquilo que sabe e aqueles que querem saber.

SOLIDARIEDADE OU SUJEIÇÃO

Vem isto a propósito da emissão de ontem, dedicada às multinacionais — emissão há muito anunciada e só agora realizada.

Houve a preocupação louvável de cuidar do assunto com rigor. A definição (de que aliás ninguém agora se lembrará...) foi procurada com requintes. O significado da existência, em determinado país (pobre ou rico) das multinacionais. As relações entre o poder político e o poder económico. O alargamento do particular ao geral, a situação das multina-

cionais como uma emanção do capitalismo avançado, do imperialismo.

Tudo isso aconteceu. Quem já sabe o que são multinacionais, terá percebido o seu naco. Tenho no entanto grandes dúvidas sobre a eficácia da emissão para a larga camada da audiência que importava conquistar para o entendimento da matéria.

Salgado de Matos é um estudioso da questão e não lhe faltam qualidades de divulgador. Ontem, porém, perdeu-se demasiado nos labirintos da especialização, das longas frases, das muitas e embrulhadas. Costumam-se dizer que mais vale uma imagem que cem palavras. Talvez se possa dizer que mais vale um exemplo que cem explicações. Na emissão de ontem sobejaram as palavras e faltaram os exemplos, as imagens, as evidências. O próprio Salgado de Matos mostrou perceber como se faz, quando, para demonstrar que um país pobre não retira conhecimentos tecnológicos substanciais do simples facto da presença das multinacionais, utilizou a imagem da pes-

cadinha do rabo na boca: a tecnologia circula unicamente nos canais das grandes empresas...

Foi pena que faltasse uma linguagem mais acessível para explicar a falsidade da argumentação dos investimentos a questão da subfaturação a exploração da mão-de-obra local, a dificuldade (impossibilidade, em certos casos) de uma reconversão das actividades o domínio político exercido através da influência económica das multinacionais e pressão imperialista (que pode ir até à utilização de forças militares) para auxiliar a implantação das multinacionais, etc.

Foi pena, porque o assunto tem uma grande importância para nós, portugueses. Foi pena que, ao domínio da questão (a que a solidariedade de Fátima Martins Pereira correspondeu exemplarmente) não se acompanhasse sempre da facilidade da expressão útil. Assim mesmo, evidentemente, muito se ganhou, particularmente quando os exemplos ajudaram, como no caso do Chile. A acusação feita por Allende, essa sim, terá ficado nos ouvidos de muita gente. Oxalá.

Quanto à possibilidade de um Estado apoiado nos trabalhadores fazer frente às multinacionais, possibilidade apontada por Salgado de Matos, ela existe. Mas deve acrescentar-se que não vivemos num mundo de compartimentos estanques. A tecnologia das multinacionais, como vimos, não se radica no país explorado; este não pode desenvolver-se sem aquisição tecnológica. E agora? Agora que fazer? Agora há que importar tecnologia. Mas donde? Do campo imperialista? O campo imperialista não vai nisso, o imperialismo não está interessado na independência dos povos. O imperialismo não conhece a solidariedade nem é associação de beneficência.

Apenas a solidariedade do campo socialista é suporte da independência nacional. Por mais voltas que se lhe dê, não há outra alternativa. Ou a solidariedade ou a sujeição.

Ignorar isto é um perigo mortal. Esconder isto é um pecado mortal. Mai nada!

Hoje



Carlos do Carmo («Uma Flor de Verde Pinho»)

I PROGRAMA

19.00 Abertura e «Era uma Vez... Três» — Programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenís e Infantis.

19.15 Filme Infantil

19.30 As Pedras e o Homem

20.00 Momento Desportivo

20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.

21.05 As Canções da Eurovisão (III) — último programa de apresentação das canções concorrentes ao Concurso da Eurovisão, na Haia. Hoje além de «Uma Flor de Verde Pinho», de José Niza e Manuel Alegre, interretada por Carlos do Carmo, um filme de H. Peyroteo, escolhida pelo público português, veremos as canções apresentadas por RMC (Mónaco), TFI (França) e JRT (Jugoslávia).

21.25 Terra a Terra-Minha Gente — concurso (1.ª sessão).

22.35 Cinema 76 — actualidades cinematográficas por Alfredo Tropia.

23.00 Telejornal — 3.ª edição

II PROGRAMA

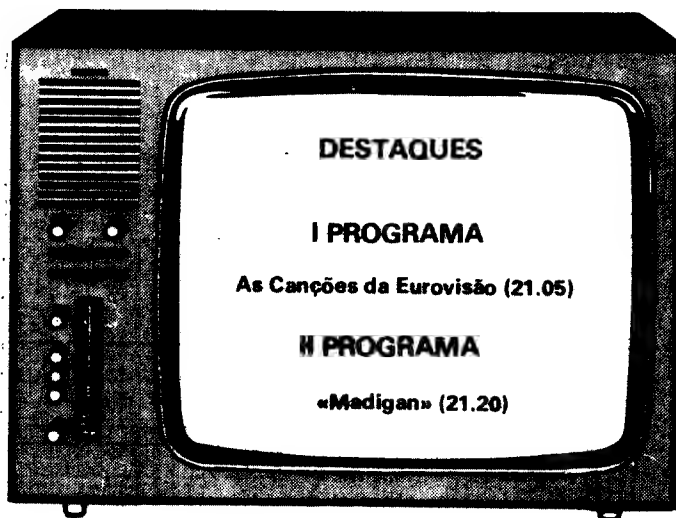
20.00 Abertura e «Túlipa Negra»

20.30 Fronteiras do Amanhã

20.40 Passatempo — magazine quinzenal.

22.10 «Madigan» — série filmada com Richard Widmark.

22.20 Telejornal — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.



DESTAQUES

I PROGRAMA

As Canções da Eurovisão (21.05)

II PROGRAMA

«Madigan» (21.20)

Amanhã

I PROGRAMA

13.15: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV; 13.35: Desenhos Animados; 13.45: Stop — um programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa apresentado por Joaquim Filipe Nogueira; 14.00: Retrospectiva — revista de acontecimentos desportivos; 14.10: Culinária — transmissão dos Estudos do Porto; 14.35: Falar Educação; 15.00: Entero do Entrudo; 16.30: Fungará da Bicharada; 17.00: Concerto — pela Banda de Música da Guarda Nacional Republicana. No programa: Abertura «Leonora n.º 3», de Beethoven e a Sinfonia n.º 100 (Militar), de Haydn. Direcção do maestro capitão Alves de Amorim. Realização de Victor Manuel. Produção do D.P.M.R.; 17.40: «A Casa de Jalna» — o famoso romance de Mazo de la Roche, adaptado a telefilme; 18.20: Saber não Faz Mal; 18.45: Tesouros do Museu Britânico; 19.25: Cinema de Animação — um programa de Vasco Granja; 19.55: Cartaz TV — selecção dos programas da semana por Jorge Alves; 20.15: Desenhos Animados; 20.30: Telejornal — 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro; 21.35: Ser de Reggiani; 22.10: Memórias de Nosso Tempo — a Grande Guerra — «Pelo Amor de Deus, não me Mandem Mim». Realização de Tony Essex e Gordon Watkins; 22.45: Telejornal — 3.ª edição; 23.00: Fecho.

II PROGRAMA

20.00 Abertura e Recital; 20.30: Clássicos do Cinema; 22.10: Telejornal; 22.40: Fecho.

Teatro para miúdos e grandes

Bilhetes desde 20\$00

"O INDIÓZINHO RAIÓ DE LUAR"

"PEDRO E O LOBO"

— ★ —

SÁBADO E DOMINGO às 16 horas

As crianças até 10 anos não pagam

ADOQUE teatro

NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

ESTE ESPAÇO PODE SER PARA SI!

CONTACTE-NOS!

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus 13-B Rua Macau 8

DIA MUNDIAL DO TEATRO

PROMOVIDO PELA
AGIT

ASSOCIAÇÃO DE GRUPOS INDEPENDENTES DE TEATRO

ENTRADA LIVRE

PARA OS SEQUINTE ESPECTACULOS

O OVO * O PASTOR

O BANDO (Teatro infantil)

Ginásio da Escola Comercial de Castelo Branco

NEM TUDO O QUE LUZ É OURO

A BARRACA - GRUPO DE ACÇÃO TEATRAL

R. Alexandre Mercuriano, 70 - Lisboa

A SOMBRA DUM FRANCO-ATIRADOR

OS BONECREIROS

R. António Maria Pais, 6 - Moscavide

A MANDRAGORA

OS COMICOS - GRUPO DE TEATRO

Teatro do Bairro Alto R. Tenente Raul Cascais, 1 B (ao Rato) Lisboa

TEATRO DE GRUPOS AMADORES

COMUNA - TEATRO DE PESQUISA

Casarão Cor de Rosa - Praça de Espanha (junto ao viaduto) Lisboa

NOTÍCIAS DO PODER...

GRUPO DE TEATRO "PROPOSTA"

Rua do Vale Formoso, 18 - Poco do Bispo - Lisboa

OS ENCANTOS DE MEDEIA

GRUPO DE TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMEDIA

R. S. Francisco Borge, 24 - Lisboa

LUZ NAS TREVAS

SEIVA TRUPE - TEATRO VIVO

Teatro do Campo Alegre R. do Campo Alegre, 627 - Porto

AH KIU

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Teatro do Bairro Alto R. Tenente Raul Cascais, 1 A (ao Rato) Lisboa

PREÇO DA VIDA

TEATRO ESTÚDIO DE LISBOA

Teatro Vasco Santana - Av. da República (Entre-ampas) Lisboa

27 DE MARÇO 1976

Desporto



Os futebolistas juniores continuam em estágios e em treinos, com vista ao encontro com os parceiros da Suíça. Ontem, no Barreiro, actuaram com o Barreirense, cujo «team» venceram por 4-3. A selecção formou assim: Madureira; Rodrigues Dias (Pita), José Manuel, Virgílio e Cerdeira; Araújo, José António e Chalana; Diamantino, Freire e Folha (Jorge Oliveira).

Portugal

INICIADOS

Os futebolistas iniciados do Sporting e do Estrela da Amadora confrontam-se amanhã, pelas 16 horas, no Estádio da Tapadinha, no jogo final do campeonato lisboeta da categoria. No caso de empate no fim do tempo regulamentar, será marcado novo jogo, que terá a duração normal. Se o empate ainda subsistir, o desempate será efectuado pelo sistema da marcação de pontapés de grande penalidade.

RUMO

A Comissão dos Profissionais Administrativos dos Organismos Desportivos Ligados ao Futebol resolveu promover a realização do plenário a nível nacional, para a criação de um Sindicato Único, que foi adiado por motivo dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975. Assim, convidam-se todos os trabalhadores dos distritos de Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, que exerçam a sua actividade em Organismos Desportivos (Federações, Associações, Comissões de Arbitros, Centros de Medicina Desportiva e Clubes) nas diversas modalidades a participarem no plenário a efectuar amanhã às 15 e 30, na sede da Federação Portuguesa de Futebol (Praça da Alegria, n.º 25-2.º, em Lisboa).

BENFICA

Barros assinou ontem novo compromisso com o Benfica: duração por três temporadas. Por seu lado, a dança dos guarda-redes prossegue: José Henriques está indicado para o jogo em Alvalade, substituindo

do Bento que alinhou perante o Braga.

SPORTING

Damas poderá voltar à baliza dos «verde-brancos», frente ao Benfica. Pelo menos é o que se infere dos treinos sportinguistas, onde Matos acusou agravamento da lesão contraída no Restelo.

ATLÉTICO

Onda de casamentos no Atlético: Luís Horta consorciou-se na 2.ª feira, Baltasar dá amanhã o «nó».

ORIENTAÇÃO

Esta a vincar, através do movimento unânime das Associações, a volta de Idalino de Freitas para o comando do elenco directivo da Federação de Ciclismo, dadas as amplas provas prestadas e patentes num «curriculum» quase sem paralelo por estas bandas.

BELENENSES

Azar belenense e pouca sorte para o profissional futebolista Leitão: no choque com o basileiro Da Costa, registou-se a fractura de um menisco no médio «azul».

LUTA

O encontro entre os lutadores do Atlético de Queluz e do Sporting, que conta para o nacional de «esperanças», tem lugar esta noite, no ginásio do Atlético de Queluz. A 7.ª jornada da prova realiza-se amanhã, pelas 22 horas, no pavilhão do Runa e engloba os embates Benfica-Dois Portos, Runa-Des-

portivo do Algueirão e Baixa da Banheira-Desportivo do Algueirão.

ASSEMBLEIA

Foi adiada (sem data marcada) a assembleia geral dos associados do Clube Nacional de Natação, que estava prevista para se efectuar hoje.

DEBANDADA

O ciclista Manuel Gomes e o massagista Manuel Luís (também antigo praticante de ciclismo) partiram para o Canadá: vão actuar no First Portuguese.

BASQUETEBOL

A formação basquetebolística do Sporting vai actuar em Paris, perante o Alsace de Bagnolet, a 10 de Abril. O convite veio de França, directamente para os «leões».

Pelé e Garrincha mas não só

Mário Filho, o cronista que é homenageado no gigantesco Maracanã, tornou-se verdadeiro padrão da crónica desportiva brasileira, especialmente a partir do instante em que rubricou um trabalho com a densidade dramática e a penetração profunda que constituiu «best-seller» na América Latina: «O negro no futebol brasileiro».

Pois, agora, na colecção «Cultura e Desporto» (editada pelo M. E. I. C. através da Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar), Mário Filho transpõe, num texto denominado «Pelé e Garrincha, Homens e Símbolos do Futebol», que somente peca por ser curto e não poder transportar, até à actualidade, a grandeza continuada do rapto de Santos e o declínio para a obscuridade de «seu Mané da perna bamba». Isto é: depois de os juntar, no cume de duas carreiras que deram metal e aplausos, o escrito de Mário Filho (nesse opúsculo) não acompanha o mundo de interesses que rodeou Edson Arantes do Nascimento nem, tão pouco, dá o braço a Manuel Francisco dos Santos, quando este, resvalando no doce colo de Elsa Soares, perdia um lar e despedia-se da popularidade, obrigado a vender o riso de palhaço pelas

Semana catalã

Mendes atira-se às "metas volantes"

José Martins anda na «Semana Catalã» com dois quilos a mais do peso normal. Isso, porém, não impede a sua juventude de marcar posição ao lado de Agostinho e Mendes, na prova em que Eddy Merckx passeia a sua classe ímpar. Ontem o ciclista helvético Roland Schar ganhou o primeiro sector da quarta e penúltima etapa da corrida, cobrindo os 133 quilómetros de percurso em 3 h., 53 m., e 46 s., à média horária de 34,136 quilómetros.

Verificaram-se duas contagens para o «Prémio da Montanha» ambas ganhas pelo espanhol José Luis Abileira.

A tarde, Eddy Merckx aumentou a sua vantagem como guia, ao vencer a segunda metade da tirada: um contrarrelógio individual de 3,3 quilómetros no circuito urbano de Hospitalet.

O ciclista belga percorreu o percurso em 4 minutos e 30 segundos, à média horária de 43,837 quilómetros, menos 6 segundos que o segundo classificado, o espanhol José Pesarrodona.

Eis a classificação até ao décimo: 3.º, Joseph Fuchs, Suíça, 4 m. 40 s.; 4.º, Joaquim Agostinho Portugal, 4,40; 5.º, Pedro Torres Espanha, 4,40; 6.º, Gonzalo Aja, Espanha, 4,41; 7.º, Juan Pujal, Espanha, 4,41; 8.º, Jesus Manzaneque, Espanha, 4,41; 9.º, José Enrique Cima, Espanha, 4,41; 10.º, Joseph Bruyere, Bélgica, 4,42.

Hoje a Semana Catalã terá o seu final com uma etapa que será disputada entre Hospitalet Santa Eulália, na distância de 187 km.

PRÉMIO ESPECIAL DA ETAPA: Igualada: Moya, 5 pontos; F. Mendes, 4; Soares, 3; Vila

Franca; Soares, 5 pontos; F. Mendes, 4; Oliva, 3.

PRÉMIO DA MONTANHA: 1.º contagem: Abileira; Oliva; Sima e F. Mendes, 2.º contagem: Abileira; Oliva; Sima; Torres; F. Mendes, Agostinho.

CLASSIFICAÇÃO GERAL DO PRÉMIO DA MONTANHA: 1.º, Abileira: 52; Oliva, 40; Sima, 38; F. Mendes, 31.

CLASSIFICAÇÃO GERAL INDIVIDUAL: 1.º, Merckx, 19 h. 10 m. 38 s.; 2.º, Aja 19. 10. 59; 3.º, Giuseppe Perletto, Itália; 19.11.10; 4.º, Fuchs, 19.11.21; 5.º, Juan Pujol, Espanha, 19.11.36; 6.º, J. Agostinho, 19.11.41; 7.º, José Martins, 19.11.44; 8.º, Garry Clively, Austrália, 19.11.57; 9.º, Pesarrodona, Espanha, 19.12.00; 10.º, Pedro Torres, Espanha, 19.12.13; Fernando Mendes ocupa a 23.ª posição com 19.14.37.

De notar a 6.ª posição de Joaquim Agostinho na tabela geral e, também, o provável triunfo de Fernando Mendes na classificação de «metas volantes», onde conta 23 pontos de avanço sobre o 2.º cotado (o espanhol Suarez).

Estudar desporto: convite da Roménia

Encontra-se aberto concurso para atribuição de quatro bolsas de estudo a fim de frequentar o Instituto de Educação Física Romeno, em Bucareste. Os estudos terão a duração de quatro anos, sendo o primeiro ano dedicado ao ensino da língua romena e a certas experiências da prática desportiva e os restantes para estudos específicos.

Dois bolsas surgem em resultado do protocolo de intercâmbio desportivo assinado entre os Governos da Roménia e Portugal, sendo as restantes oferta do movimento de solidariedade olímpica, através do Comité Olímpico Português.

Os candidatos devem possuir como condição mínima o 7.º ano liceal e adequada formação desportiva. O concurso é extensivo aos diplomados de educação física.

Os interessados deverão formular o seu pedido de candidatura ao Sector de Formação da Direcção-Geral dos Desportos (Av. Infante Santo, 76-4.º, Lisboa 3) até ao dia 5 de Abril próximo apresentando os seguintes elementos: 1 — requerimento, indicando nome, filiação, data de nascimento, residência, habilitações literárias, conhecimentos de línguas estrangeiras; 2 — documento discriminativo do «curriculum» desportivo.

As vozes dos nomes

O camarada Homero Serpa, fala de ciclismo em «A Bola»:

«Atrás do profissionalismo, numa atitude que nos parece correcta por vários motivos, portanto a perseguição de um nível de vida que lhe dê tostões gordos, José Martins corre por uma equipa espanhola. Equipa de marca, porque em ciclismo profissional, os clubes foram ultrapassados pelas despesas e, no seu lugar entraram as marcas, sem que esse facto tenha de algum modo afastado o público. Marca, aliás, é acidente, é o nome que um corredor transporta na camisola, nos calções e nos blusões. Se o Zé da rua o fixa, ainda bem porque é sinal que a publicidade resulta. E resultando ela, resulta o ciclismo para umas largas centenas de homens.

«Muitas vezes quando acompanhámos as competições velocipedicas, nos encontramos com a imagem desportivo-comercial de Damasceno Covão, o homem que fez a firma Robbiano e projectou os seus produtos através do País com a realização de vários prémios. Nunca quis Damasceno Covão formar uma equipa, nem sequer via com bons olhos entrar com a publicidade nas camisolas dos ciclistas, mas estamos em crer que essa sua atitude, também ela dentro de uma estratégia comercial, terá evitado o lançamento do ciclismo de marcas em Portugal.»

ALTERAÇÃO NO TOTOBOLA

Por estar interdito o Estádio Municipal de Leiria, o jogo União de Leiria-Sesimbra (jogo n.º 13 do concurso desta semana) disputa-se em Sesimbra, ao contrário do constante do calendário de jogos da Federação e dos bilhetes do Totobola.

Todavia, os concorrentes que pretenderam atribuir a vitória ao União de Leiria deverão usar o símbolo «1» para dar a vitória ao Sesimbra o símbolo «2».

No Totobola é como se não tivesse havido alteração do lugar do jogo.

Lisboa, 24 de Março de 1976

Pinto de Magalhães: dinheiro para o Porto

Ficou a saber-se, esta noite, no decorrer da assembleia delegada do Futebol Clube do Porto, pela boca de Nuno Pinto da Costa, indigitado para director do pelouro de futebol profissional da colectividade: Afonso Pinto de Magalhães, embora renunciando (generosamente) à candidatura para a chefia da nova gerência «azul-branca», remeteu para as Antas uma determinada verba, destinada a auxiliar a contratação de novos chutadores.

A atitude foi saudada com bastante entusiasmo, especialmente pelos dirigentes inscritos na lista única a votar no dia 1: drs. Ponciano Serrano e Américo Sá, e eng.º Manuel Sapaio Moraes; respectivamente presidentes da assembleia geral do F. C. Porto, da direcção e do conselho fiscal.

Quer dizer: directa ou indirectamente, Pinto de Magalhães continua cheio de saudades pelo clube da terra de onde se retirou inopinada e subitamente.

LÁ FORA

CONSUMADO

A União Europeia de Futebol (U.E.F.A.) rejeitou ontem a petição da Bússia de Moenchengladbach, que pedia a anulação da partida dos quartos de final da «Taça dos Campeões», jogada no estádio «Santiago Bernabeu», frente ao Real Madrid.

N. de S.

Para as legislativas

Campanha começa no dia 4 de Abril

A campanha eleitoral começa no dia 4 de Abril, um domingo, e prolonga-se até ao dia 23, dois dias antes do acto das urnas, a 25, conforme confirmação já feita pelo Conselho da Revolução e desmentindo uma vez mais boatos a circular acerca de possível adiamento.

Entretanto, as comissões de recenseamento estão a proceder às últimas correcções nos cadernos e ao apuramento do número de cidadãos eleitores inscritos. E o M.A.I. emitiu mais um comunicado acerca das operações do período pré-eleitoral.

«Com o processo de apresentação de candidaturas praticamente terminado e com a aproximação do período da campanha eleitoral há aspectos que assumem particular relevo e dos quais depende a criação das condições necessárias à normal realização da campanha», diz o M.A.I. «De entre elas convém, de momento, fazer referência à conveniência que há em os proprietários de salas de espectáculos ou de outros recintos de normal utilização pública que o desejem e que reúnam condições para serem utilizados na campanha eleitoral o declarem ao governador civil respectivo.

«Tal declaração deverá ser feita até ao dia 25 de Março, com a indicação das datas e horas a que as salas ou recintos poderão ser utilizados para aquele fim».

O M.A.I. lembra: «Na falta de declaração ou no caso de se tornar necessário, o governador civil pode requisitar as salas e os recintos, que julgue convenientes, para que desse modo se consiga a plena realização da campanha eleitoral».

UM COMUNICADO DA C.N.E.

Reuniu ontem a C.N.E., Comissão Nacional de Eleições. A sessão aprovou «um planeamento global relativo ao esclarecimento objectivo dos cidadãos sobre o significado das eleições, processo eleitoral e modo de cada eleitor votar», segundo um comunicado depois emitido. O comunicado não pormenoriza nada a este respeito e demora-se na análise e nos aspectos da decisão relativamente a um caso: uma «queixa anteriormente formulada por um grupo de retornados alojados nas instalações do INATEL da Costa da Caparica, respeitante ao seu recenseamento eleitoral. E faz uma solicitação às estações emissoras privadas e aos respectivos emissores regionais para que estes, com a máxima brevidade, dêem cumprimento ao Decreto Lei n.º 93-C/76, de 29 de Janeiro, na parte referente ao envio do horário para as emissões da campanha».

Em relação à queixa dos retornados instalados no INATEL na Caparica, a C.N.E., «tendo examinado o relatório elaborado sobre esta matéria pelos seus delegados do distrito de Setúbal, pronuncia-se assim:

«Os factos denunciados não ocorreram exactamente nas

circunstâncias referidas no telegrama dirigido a esta comissão no passado dia 11, nomeadamente no que respeita a graves aspectos de «actos de violência e várias ameaças (...)» e ao facto de «cerca de três milhares de refugiados, unicamente duzentos puderam com dificuldade recensear-se», factos estes que muito particularmente preocupam a comissão e determinaram a intervenção daqueles seus delegados.

«Antes resulta do mencionado relatório, fundado nas averiguações a que se procedeu, que realmente «houve pequenas deficiências momentâneas, que, somadas a uma concentração de inscrições nos dois últimos dias originaram desentendimentos entre o público e elementos da comissão de recenseamento (...)» mas que «estas deficiências não merecem relevância, uma vez que não interferiram directamente no direito dos cidadãos de se recensearem».

«De tais factores, sendo ainda de acentuar a existência, à porta da junta de freguesia, de uma bicha de cerca de 600 pessoas às 23.00 horas do dia 24 de Fevereiro, resultou efectivamente que mais de 400 des-

as pessoas não puderam então recensear-se.

«Embora se aceite que esses cidadãos teriam o direito de recensear-se, certo é que não reclamaram perante a comissão de recenseamento, como poderiam e deveriam ter feito, vindo a recorrer directa e extemporaneamente para o tribunal da comarca, pelo que

tem de entender-se que estão fora de qualquer prazo quer para reclamarem quer para recorrerem.

«Em todo caso, a C.N.E. deliberou que os documentos respeitantes ao assunto fossem remetidos ao Ministério Público, para efeitos de se promover o procedimento a que porventura haja lugar.»

PLENÁRIO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Proceder a uma democratização interna, a nível de quadros, e repensar ideologicamente a estrutura do Ministério Público e do Poder Judicial, a fim de lhe dar «uma visão mais progressista dentro do processo político português», são os objectivos fundamentais do plenário nacional da magistratura do Ministério Público que amanhã se efectua em Lisboa.

Os dirigentes sindicais do Ministério Público e do Poder Judicial afirmam que aqueles dois sectores da justiça, de uma maneira geral «não têm acompanhado o processo

político», e que a necessidade de repensar e actualizar o M. P. justifica o encontro nacional. Por repensamento ideológico da estrutura do Ministério Público entendem os trabalhadores a necessidade de abolir o absurdo que é a aplicação de leis que «mesmo injustas, por se encontrarem já desadaptadas», continuam ainda a vigorar, e que «os tribunais são legalmente obrigados a impô-las».

O plenário autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público terá lugar no Palácio da Justiça.

ENCONTRO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA

OS TRABALHOS DO ENCONTRO, COMO TEM SIDO LARGAMENTE DIVULGADOS, DECORREM NOS DIAS 27 E 28 DE MARÇO DE 1976, NAS INSTALAÇÕES DO «INATEL», EM COIMBRA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS DE ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES.

CONVIDAM-SE TODOS OS TRABALHADORES A ASSISTIR A SESSÃO DE ENCERRAMENTO, ÀS 16 H. NO DIA 28 — DOMINGO, LOCAL:

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PEDRULHA — COIMBRA —

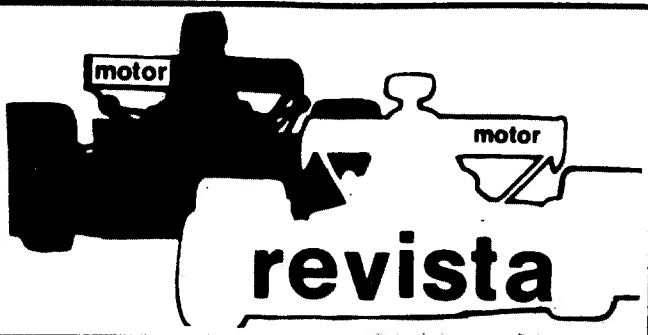
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DO PORTO Sector de Editores e Livreiros

Telegrama enviado às seguintes entidades:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PRIMEIRO-MINISTRO
CONSELHO DA REVOLUÇÃO
MINISTRO DO TRABALHO

Texto: Os trabalhadores do sector de editores e livreiros reunidos em plenário em 24/3/76, repudiam todas as medidas antitrabalhadores tomadas pelo M. T. e exigem a imediata publicação das quatro cláusulas suspensas para redefinição. Caso o M. T. não se pronuncie no prazo de cinco dias, terão os trabalhadores que entrar na forma de luta mais adequada e culpabilizar o M. T. de incompetência.

Fazemos referência que a suspensão das quatro cláusulas já se arrasta há longo tempo e que o prazo para o pagamento dos retroactivos expira no fim do mês em curso.



PRECISA-SE

ARMAZÉM - LOJA
BARRACÃO
p. peq. indústria
Min. 100 m²
Tel. 57 26 19
a partir das 20 h.

Nacional

SINDICATO

DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

AOS MOTORISTAS DE TAXI E LETRA A DO DISTRITO DE LISBOA

Esclarecem-se todos os trabalhadores do sector, interessados, que as notícias pouco correctas difundidas por alguns órgãos de Informação, nada mais pretendem que confundir.

Alertam-se os trabalhadores para que não se deixem envolver por lutas que não estejam dentro da linha de defesa dos seus reais e legítimos interesses.

Sempre, este Sindicato defendeu e defenderá a atribuição de alvarás em igualdade de circunstâncias, por isso só poderá aceitar o critério de atribuição dos referidos alvarás, se este seguir uma linha de igualdade.

Para melhor esclarecimento, passamos a transcrever parte da Nota Oficial do Ministério dos Transportes e Comunicações, que se reporta a esta matéria.

NOTA OFICIOSA

Numa tentativa de se resolver o impasse criado por um lado pela legislação em vigor que determina que a atribuição das licenças se faz através de concurso, e por outro pelo desejo de integração manifestado por aqueles cidadãos regressados das Ex-Colónias, realizou-se uma primeira reunião no passado dia 13 de Março no Palácio de S. Bento, com um representante do Sr. Primeiro-Ministro, da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, da Secretaria de Estado dos Retornados e da Comissão representativa dos Industriais das Ex-Colónias.

Em virtude de se não ter chegado a acordo quanto à solução da questão, nova reunião teve lugar no dia 15, também em S. Bento, tendo-se admitido, então, uma plataforma de entendimento, que permitiria a integração dos Industriais das Ex-Colónias nas cooperativas já existentes e nas que se viessem a criar, considerando-se, ainda, uma análise casuística do remanescente não integrado nas cooperativas, tendo em vista a sua completa integração.

Porém, aquela via cooperativista teve que ser afastada por ter sido rejeitada pelos Industriais das Ex-Colónias.

Optou-se, assim, pela atribuição individual das licenças em causa, tendo a Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações consultado para o efeito a Federação dos Sindicatos Rodoviários e os Sindicatos de Lisboa e Porto, que se mostraram desde logo cooperantes nas soluções a encontrar desde que não prejudicassem os seus associados do Continente.

Elaborou-se, assim, um Dec-1 ei que foi aprovado em Conselho de Ministros ontem dia 24 e que se traduz essencialmente no seguinte:

- Atribuição de cerca de 650 licenças aos Industriais que nas Ex-Colónias exerciam a actividade conduzindo a sua própria viatura, das quais cerca de 400 serão distribuídas pelo País com exclusão dos Distritos de Lisboa e Porto, e dos Concelhos de Setúbal, Almada, Barreiro e Seixal onde serão distribuídas 250 licenças.
- A distribuição das 250 licenças nas áreas referidas, será levada a cabo sem prejuízo do número de vagas existentes para o concurso dos motoristas profissionais do Continente.
- Nas localidades onde presentemente não existem vagas no contingente fixado, por cada licença atribuída aos Industriais das Ex-Colónias, haverá como contrapartida para os motoristas profissionais do Continente, um alargamento do contingente em igual proporção.

Vimos assim chamar a atenção não só dos trabalhadores retornados como aos do Continente, para que se não deixem envolver nas manobras dos partidos da direita reacçãoária, que pretendem lançar a confusão no seio dos trabalhadores, para assim nos fazerem voltar à situação anterior anulando as conquistas alcançadas após o 25 de Abril.

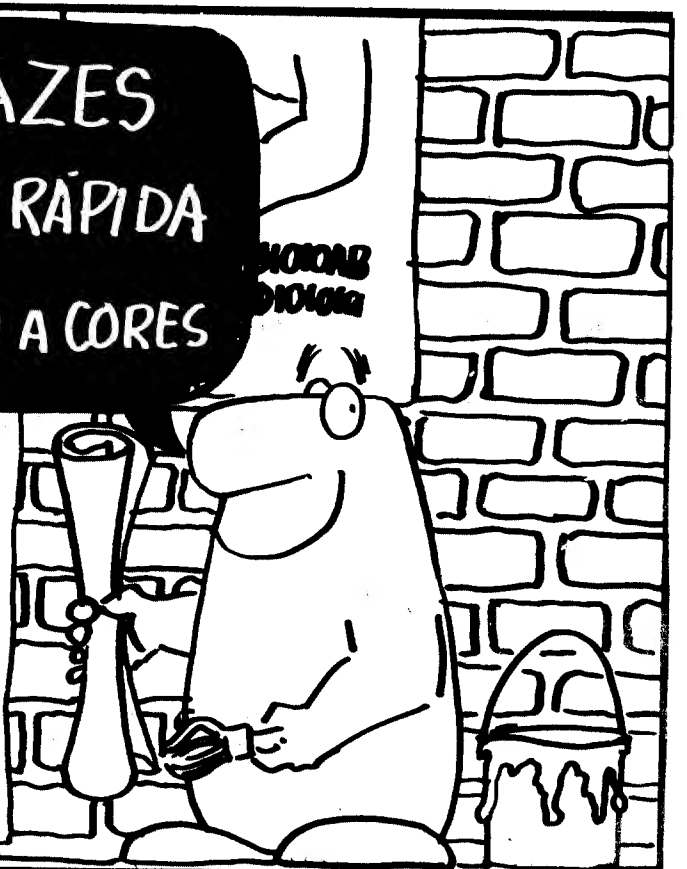
A DIRECÇÃO

CARTAZES
EXECUÇÃO RÁPIDA
A PRETO OU A CORES

Consulte os serviços
comerciais da
RENASCENÇA
GRÁFICA

RUA LUZ SORIANO, 44

Telef. 321154/5
320271/2/3
320229



Geral

Defende o P.R.T.

"Um Governo que corresponda à vontade de trabalhadores socialistas e comunistas"

«Ao levar uma candidatura socialista revolucionária à próxima Assembleia da República, o P. R. T. tem presente a necessidade de denunciar o Pacto recentemente assinado entre burgueses e representantes dos partidos operários, como projecto burguês e totalitário», afirmou António Grosso, dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores ontem à tarde e durante uma conferência de imprensa dada pela organização na sua sede em Lisboa.

Outro dirigente do P. R. T. falava de novo no Pacto para dizer duas hipóteses que se levantam para o futuro em Portugal. Uma hipótese — disse — «é a que está estabelecida no Pacto e que é de um Governo combinado nas costas do povo, entre os grandes partidos e os generais». Outra — «a de um Governo escolhido pela maioria explorada do povo, um Governo que corresponda à vontade dos trabalhadores socialistas e comunistas». — «O problema é que — acrescentou — tanto o P. S. como o P. C. P. assinaram o Pacto e não estão em condições, pelo menos enquanto não romperem com ele, de corresponder a essa justa aspiração dos trabalhadores socialistas e comunistas — um Governo sem capitalistas nem generais».

A reunião com os jornalistas serviu para expor a posição do P. R. T. perante as eleições que se avizinham. A organização propõe-se elaborar um plano de luta para que os trabalhadores continuem a lutar pelo aumento de salários, pelo controlo operário e pela semana de 40 horas, pelos contratos colectivos, contra a inflação e o desemprego.

O P. R. T. vai concorrer por quatro círculos: Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal. Em breve vai ter lugar uma conferência nacional de delegados para se chegar à definição das linhas gerais da sua participação na campanha eleitoral.

P. C. P. (m-l) DEFENDE DEMOCRACIA BURGUESA

«O P. C. P. (m-l) defende, no momento presente, a democracia burguesa», afirmou o seu secretário-geral, Eduino Vilar, também ontem à tarde numa conferência de imprensa dada na sede daquela organização em Lisboa. Vilar acres-

centou que o seu partido poderá fazer alianças com aqueles que considera partidos democráticos. E são-no, no seu entender, o P. D. C., o C. D. S., o P. P. D., a A. O. C. e o P. S.

Vilar criticou o P. C. P., que classificou de partido de extrema-direita — «mais à direita que o C. D. S.» — e queixou-se de dificuldades que ao P. C. P. (m-l) foram levantadas por altura da apresentação da candidatura. Inculpa os militantes do P. C. P. e atribuiu-lhes os qualificativos habituais.

Quanto ao seu partido — disse o secretário-geral — «vai lutar fundamentalmente para mostrar ao povo português que é o partido do verdadeiro comunismo, o partido do socialismo científico, o partido da independência nacional e da democracia».

PEANUTS

EXMOS. SENHORES;
ACABO DE COMPLETAR
A MINHA NOVELA.



É TÃO BOA QUE NEM
SEQUEU VOU ENVIÁ-LA
À VOSSA EDITORA.



AGÊNCIA DIAS DA SILVA



POR QUE NÃO VEM
CÁ BUSCÁ-LA?



Vitor Louro

Continuação da pág. 10

A plataforma acordada pelos partidos traduz a necessidade de se obter uma base mínima de entendimento para possibilitar a acção governativa. De qualquer forma entendendo que a plataforma não corresponde fatalmente a um recuo. Mas preocupam-me algumas interpretações e tentativas de aplicação que têm sido feitas da plataforma desde a minha suspensão, que se traduzem em sérios obstáculos à necessária estabilização e consolidação do processo da Reforma Agrária. Aliás em todas as minhas intervenções públicas (assim o fiz em Évora) tenho adoptado a defesa da aplicação prática dos princípios expressos na plataforma.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	—	275\$	280\$
Cons. 3 %	—	310\$	—
Cons. 3 1/2 %	350\$	350\$	—
Centenários	810\$	810\$	—
Tes. 5 %	—	840\$	—
Tes. 10 %	545\$	545\$	550\$
Extern. 1.ª - s.	—	450\$	—
Extern. 1.ª - c.	—	450\$	—
Extern. 3.ª - s.	—	—	—
Extern. 3.ª - c.	—	455\$	—
Caut. 3.ª - s.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	750\$	—
C.M.L. 5 3/4 %	—	835\$	—
C.P. 5 1/2 % — 67	720\$	720\$	750\$
C.P. 5 1/2 % — 68	—	720\$	—
C.P. 5 1/2 % — 69	—	720\$	—
Corr. 5 3/4 %	—	810\$	—
Metr. 5 3/4 %	—	800\$	850\$
Tur. 5 3/4 %	—	800\$	—
C.P. 6 3/4 %	—	810\$	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	—	700\$	700\$
G. 5 % — 59	—	—	—
G. 5 % — 62	—	—	—
G. 5 % — 63	—	—	—
G. 5 % — 64	—	—	—
G. 5 % — 65	—	—	—
G. 6 % — 67	—	820\$	—
G. 6 % — 69	—	910\$	—
G. 7 %	—	640\$	—
H.E.A.A. 5 %	—	700\$	—
H.E.C. 5 %	—	750\$	—
H.E.C. 6 %	—	620\$	—
H.E.D. 5 %	—	760\$	—
H.E.D. 6 %	—	710\$	—
H.E.N.P. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 5 %	—	750\$	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 % — 57	—	—	—
H.E.Z. 6 %	—	710\$	—
N. Elec. 5 %	—	680\$	—
N. Elec. 6 %	—	619\$	—
Termoelec. 5 %	—	—	680
U.E.P. 5 % — 60	—	—	—
U.E.P. 5 % — 63	—	780\$	—
U.E.P. 6 %	—	—	—
U.E.P. 7 %	800\$	800\$	—
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	—	710\$	—
A.P.T. 5 % — 58	—	700\$	800\$
Lisnave 6 %	—	—	890\$
Nitratos — 60	—	—	—
Pet. 2.ª e 3.ª	830\$	820\$	830\$
Sacor 7 %	—	—	—
Sacor 5 % — 54	—	—	—
Sacor 5 % — 60	—	—	—
Sid. 5 % — 2.ª	—	—	750\$
Sid. 5 % — 3.ª	—	—	—
Sid. 5 % — 4.ª	—	—	—
Socel 5 %	845\$	845\$	850\$
R. Fabril — 67	—	—	830\$
R. Fabril — 68	—	—	—
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % — 57	—	—	—
Rev. 5 % — 59-60	—	—	—
Moçambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA

Máxima..... 19,2°

FIGUEIRA C. RODRIGO

Mínima 0,3,6°

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO 5°
P. DOURADAS 5°
COIMBRA 7°
PORTALEGRE 10°
LISBOA 12°
FARO 12°
FUNCHAL 12°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
1.05 3,6 m	7.11 1,5 m
13.42 3,5 m	19.26 1,5 m
Dia 27	
1.58 3,7 m	7.55 1,3 m
14.29 3,6 m	20.07 1,4 m
Dia 28	
2.44 3,8 m	8.31 1,2 m
15.09 3,7 m	20.14 1,2 m

PREVISÃO GERAL ATÉ
AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado; vento fraco soprando moderado de leste na Costa Algarvia; neblina ou nevoeiro em especial no litoral oeste a norte do Cabo Carvoeiro; geada nos locais abrigados do interior.

AMANHÃ

NAScer ÀS 7.30
OCASO ÀS 19.55

DIA 30 DIA 7 DIA 14 DIA 21

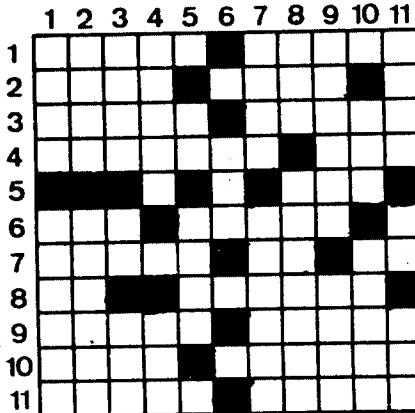
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 330

HORIZONTAIS:

- 1 Farpas. Grupos de três.
- 2 Fileiras. Aquele que.
- 3 Curas. Rio do Congo francês.
- 4 Antiga Porcaltota. Recusa.
- 5 Cabelos brancos.
- 6 Acredita. Calhaus.
- 7 Que é do ar. Prefixo de negação. Segundo.
- 8 Pronome pessoal. Exército.
- 9 Deusa grega, da sabedoria e da inteligência, filha de Zeus. Ramo de árvore (Prov).
- 10 Ave semelhante à pomba. Inventar.
- 11 Tribo indígena brasileira. O mesmo que peneira.



VERTICAIS:

- 1 Rasoiira. Pesquisara.
- 2 Prendem com elos. Nome dado ao pároco, em algumas freguesias.
- 3 Um dos estados do Brasil. Erbio (s.q.). Pronome pessoal.
- 4 Guarneida de asas. Negativa.
- 5 Isolado Porção de peixe que se vende em leilão.
- 6 Artéria.
- 7 Ociosidade. Agravas.
- 8 Monarca. Acampara.
- 9 Magnetiza. Erva-doce.
- 10 Chefe etíope. Tiras de fita de temperadas e fritas.
- 11 Peça da armadura que desce da cintura até aos joelhos. Li. Gosta muito de.

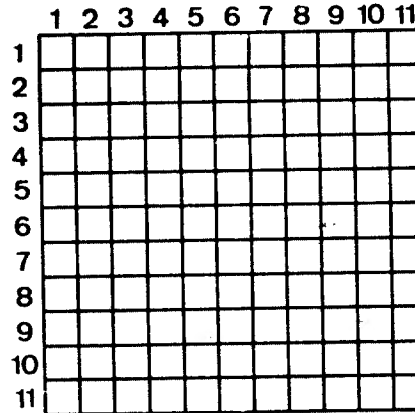
Resolva completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7490

HORIZONTAIS:

- 1 Abreviatura que se usa em música. Linguagem falada no N. de França. Países.
- 2 Desabar. Parte.
- 3 Cidade da Roménia. Pronome possessivo. Preposição.
- 4 Excitaram. Prefixo que designa afastamento.
- 5 Freguesia do concelho de Coimbra. Passada.
- 6 Batráquio. Medida agrária inglesa, equivalente a 25 m quadrados. Grande afeição.
- 7 Observo. Interjeição que serve para fazer recuar os bois.
- 8 Medida de superfície. Ouro (s.q.). Apelido.
- 9 Moderato. Chavias.
- 10 Tostara. Lista.
- 11 Figido italiano. Animação. (fig.).



VERTICAIS:

- 1 Escava. Vila e concelho do distrito de Viseu.
- 2 Um dos estados do Brasil. Elegante.
- 3 Pequeno barco de recreio. Nota musical. Sua Santidade.
- 4 Pacífico. Fluido aeriforme.
- 5 Anel. Cidade de Itália.
- 6 Erudita. Sódio (s.q.).
- 7 Transpiras. Vai para fora.
- 8 Prendem. Tratara por tu.
- 9 Miriara. Magnete natural. Nome de astro.
- 10 Enceado. O lado do vento.
- 11 Dançarias o samba.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 329

HORIZONTAIS

- 1 Motim. Mamas.
- 2 Urrai. Imuto.
- 3 Icaro. Roi.
- 4 Taça. Cantos.
- 5 Orassem. Ora.
- 6 Olas. Fi. Amaras.
- 7 Amola. Liar.
- 8 Lotas. Agã.
- 9 Alais. Parra.
- 11 Ro. Separa.

VERTICAIS

- 1 MUITO. FALAR.
- 2 O. R. CAR. Imolo.
- 3 Traças. Ota.
- 4 Iaras. Alais.
- 5 Mio. Somasse.
- 6 Cela.
- 7 Miramar. Apa.
- 8 Amon. Salgar.
- 9 MUITO. Siara.
- 10 At. Ore.
- 11 Sonsa. ERRAR.

PROVERBIO: Muito falar muito errar

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7489

HORIZONTAIS

- 1 Topa. Idades.
- 2 Apar. Meda.
- 3 Ira. Amimar.
- 4 Anela. Or. Me.
- 5 Ion. Moradas.
- 6 Traça.
- 7 Péu. Iramos.
- 8 Mu. Ito. Mac.
- 9 Or. Ne. Mac.
- 10 Nata. Ceroso.
- 11 Asasses. Sós.

VERTICAIS

- 1 Ta. Aio.
- 2 Opino. Puras.
- 3 Parente. Ta.
- 4 Aral. Ruínas.
- 5 Ama. Te.
- 6 Imã. Ócio. Ce.
- 7 Demorar. Mês.
- 8 Adira. Amor.
- 9 Ama. Domados.
- 10 Ama. Ocaso.
- 11 Sares. Sós.

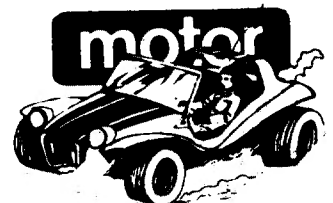
BARES • BOITES

RESTAURANTES
LUNCHES

DANCINGS

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Striptease.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596 264621/264946



farmácias de serviço

LISBOA

TURNO A-1

TODA A NOITE

ALCANTARA
Bairro, R. Prior Carto, 25 (T.661321)

ALVALADE
Lusitana, Av. de Roma, 18-A (T.725443); Rio de Janeiro, 4-C (Av. Rio de Janeiro, 4-C (à Av. dos Estados Unidos da América) (T.721409))

AVENIDAS NOVAS
Sã da Bandeira, R. Marquês Sã da Bandeira, 36/42 (T.41961/54672)

BAIRRO ALTO
Pinharanda, R. da Rosa, 94/96 (T.321534)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Ascenso, P. Norte, 11-A (T.311216)

BAIXA
Silva Carvalho, R. dos Fanqueiros, 126 (T.326575)

CAMPOLIDE
Ronil, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T.683438)

CAMPO DE OURIQUE
União, R. Saraiva de Carvalho, 145-F (T.663643)

ESTEFÂNIA
Estefânia, R. Pascoal de Melo, 90 (T.444383)

LAPA
Neves, R. da Bela Vista à Lapa, 37 (T.661251)

LUMIAR
Douro, Al. das Linhas de Torres, 93-A/B (T.791131)

PENHA DE FRANÇA
Carrondo, R. Padre Sena de Freitas, 10-A (T.842518)

PICHELEIRA
Marluz, C. da Picheleira, 140-B (T.20703/38395)

S.VICENTE
Santo António, R. Leite de Vasconcelos, 72-C (T.862333)

XABREGAS
Conceição, C. de D. Gastão, 30-32 (T.381279)

TURNO E-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALMIRANTE REIS
Lusa, Av. Almirante Reis, 199-A (T.41269)

ALVALADE
Zil, Av. da Igreja, 9-D/E (T.711780)

AVENIDA DA LIBERDADE
Galénica, R. das Pretas, 12-14 (T.322588)

AVENIDAS NOVAS
Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 288-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (T.763016); Carreira, Av. Duque d'Ávila, 32-C (esquina da Av. da República) (T.43495)

AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Av. Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras) (T.790969)

BELÉM
Gomes, R. da Junqueira, 326 (T.638193)

BENFICA
Benfiluz, E. de Benfica, 44-A (T.782606)

CAMPOLIDE
Nova, R. de Campolide, 297-C (T.687475)

CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, R. de Campo de Ourique, 131-133 (T.68660)

CONDE BARÃO
Marcos do Nascimento, C. do Marquês de Abrantes, 36-A (T.664238)

OLIVAIS
Olivais, R. Alves Gouveia, 13 (T.311237)

RATO
Soares, Av. Álvares Cabral, 1 (T.684282)

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Miraflores, R. António Granjo, 2 (T.213161)

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T.2432034). Toda a noite

OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PARADE
Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204)

MURTAL
Primavera, R. das Parreiras, 2 (T.2472278). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Lopes, R. Hangar, 3 (T.260008). Toda a noite

CASCAIS
A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (T.280214). Até às 22 horas; Cordeiro, Av. C.G. Guerra, 40 (T.280170). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D. João V, 9-B (T.932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120 (T.938424)

DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.970461)

QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (T.950045)

CACÉM
Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS
Miranda Garcia, E. de Mem

Martins, 173-B (T.2914103)

S. PEDRO DE SINTRA
Valtim (T.980456)

SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (T.2760565)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Pimenta, R. Cons. Joaquim António de Aguiar, 259 (T.2073012)

COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E. das Barrocas, 50-A (T.2494182)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTUJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (T.2310035)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.233471)

SETÚBAL
Costa, L. da Misericórdia (T.22760); Brasil, P. do Brasil (T.24788)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 3

ATÉ ÀS 22 HORAS

Contumil, R. de Contumil, 540; Vaz Teixeira, R. de Heroísmo, 56; Birra, P. da Liberdade, 125; Costa Lima, Av. da Boavista, 855; Marques de Mendonça, R. do Ameal, 251; Monte Cativo, R. do Monte Cativo, 444; Cardona dos Santos, R. de D. Manuel II, 90; Oriental, R. do Bonjardim, 727

TODA A NOITE

Pasteleira, R. Andre de Rezende, 92; Almeida Cunha, R. Formosa, 327; Sampaio, R. de Cedofeita, 636; São Jerónimo, R. de Santos Pousada, 622

COIMBRA

Nazaré, R. Ferreira Borges, 135 (T.22605); Santa Isabel, Av. Sã da Bandeira, 28 (T.24916); Solum, R. Carolina Michaelis, 20 (T.33120)

cinemas

CASTIL

T.530194 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

DELICIAS FRANCESAS

Um filme de Jean-Claude Laureaux

2.ª Semana

IMPERIO

T.555134 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A SENHORA SABE DA PODA?

com Edwige Fenech e Carlo Guiffre

POLITEAMA

T.326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. men. de 18 anos

O HOMEM DE HONG KONG

2.ª Semana de êxito sensacional

Ação expansiva - nível fantástico

VOX

T.720808 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O HOMEM DE HONG KONG

2.ª Semana de êxito sensacional

Ação explosiva! Nível fantástico!

ROMA

T.727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A PRESA

Analia Gade-Jean Sorel

S. LUIS

18.30 e 21.30

BRANDOS COSTUMES

um filme de Seixas Santos

com Rui Santos, Dalila Rocha, Isabel de Castro e Sofia Carvalho

D. JOÃO V DAMAIA

Tel. 971794 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

O DESNORTEADO

1.º Programa

15.00: Pánel da tarde; 18.00: Música portuguesa; 18.30: Temas sobre a condição de retornados; 19.00: Música variada; 19.30: Imagens de cinema, por Luis Rodrigues; 20.00: Jornal da noite; 21.00: Pánel da noite; 21.30: A economia portuguesa - a economia no nosso dia a dia, por Abílio Dinis Silva; 00.00: Último jornal; 00.30: Retrospectiva; 01.00: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta - música na noite; 02.00: Música na noite.

2.º Programa

16.00: A cantata «Carmina Burana», de Carl Orff; 17.00: Orquestras de câmara; 18.00: Música sinfónica; 18.50: Solos de cravo; 19.18: Música do século XX; 20.00: Transmissão directa do Teatro Nacional de S. Carlos da ópera em 3 actos «Siegfried», de Wagner - fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional - ela por elas - casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo (repetição); 16.30: Vamos ao médico (repetição); 18.00: Emissão regional - contacto - teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; 21.00: Música, so música; 21.30: Quando o telefone toca; 23.00: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Jazz; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

RADIO RENASCENÇA

Emissão contínua - Onda Média (Lisboa), 233.2 m; 1286 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93.2 MHz

CALEIDOSCOPIO

T.795093 Hoje às 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A felicidade é o prazer dos sentidos

A FELICIDADE

Hoje exibição de desenhos infantis das 12 às 14 h

EDEN

T.320768 Estreia às 21.15

Int. a menores de 18 anos

A suprema violência das artes marciais

4 CAVALEIROS DO KUNG FU

um filme de Chang Cheh

ODEON

T.326283 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Enchentes consecutivas!

Uma odisséia que não envergonha as mães solteiras

A OUTRA MUJER

O drama de uma união ilegal com Mauricio Garcés e Saby Kamalich

APOLLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTORIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

13.ª semana

Hoje às 24 h (Grupo D.M. 18 anos)

NOSSA SENHORA DE PARIS

de William Cieterie

CASINO ESTORIL

T.264621 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A MOSTARDA

SOBE-ME AO NARIZ

S. JORGE

T.54153/4 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Dustin Heffman é «LENNY»

2.ª Semana

O Homem, a lenda, o escândalo

RESTELO

T.610375 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

COM JEITO VAI... NA FARRA!

AVIS

T.47163 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A INSATISFEITA

Patrick Cunny e Pierre Oudry

ESTÚDIO

T.555135 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A INGLESA ROMANTICA

um filme de Joseph Losey

4.ª Semana

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

DELICIAS FRANCESAS

2.ª Semana

Real Jean Claude Laureaux

MUNDIAL

T.538743 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

AMOR, NÃO FAÇAS MAL!

Talvez um pouco picante mas pode trazer a família

CARLOS MANUEL BARRIO

T.2930394 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

DIÁRIO ÍTIMO DE UMA MULHER

UNIVERSAL

T.774402

Não acons. a menores de 13 anos

DEUS PATRIA E AMOR

de Roberto Rossellini

MAO IM

Sábado 06.30

A MORTE DE

CONTE

T.322523 14.15, 18.15, 21.15

Interdito a men. de 18 anos

COM ENCONTRO

c/ Richard Conte e Bette Davis

BERNARD

T.776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

Stephan Audran e Robert

O ADOLESCENTE

2.ª Semana

Um filme de Claude Lelouch

LONDRES

T.801313

Não acons. a men. de 13 anos

CENAS DA VIDA CONJUGAL

com Liv Ullmann e Bibi Anderson

ROXY

T.48560 14.15, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

JOGOS PARA CASAIS INFIÉIS

com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI

T.570596

Não acons. a men. de 13 anos

A CASA DO PARQUE DOS PESADELOS

um filme de Peter Sykes

ALVALADE

T.897480 Estreia às 21.15

Interdito a menores de 18 anos

GOLPE POR GOLPE

com Henry Yue Young e Ofélia Yu Wei

PATHE

T.821933 Estreia às 21.15

Não cons. a menores de 18 anos

Ricardo Cucciolá, Martine Brochard e Enzo Ceruzio

O CASO DO PERVERTIDO SEXUAL

um filme de Vittorio Salerno

NIMAS

T.574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O MONSTRO NA 1.ª PÁGINA

c/ Fabio Gariba e Laura Betti

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15
«A Mandrágora»

CORNUCOPIA
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»

MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (15 anos)
«Família... Até Certo Ponto!»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força, Camarada Zé!»

CASA DA COMEDIA
21.30 (6 anos)
«Os Encantos de Medeira»

CAMPOLIDE
21.30 (18 anos)
«O Grande Cidadão»

VASCO SANTANA
21.30 (18 anos)
«Preço da vida»

COMUNA
21.30 (18 anos)
«A Ceia»

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»

CAPITOLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

VILLARET
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Godsoell»

ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan não Enche Barrica»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delicias Turcas»

CINE BOLSO
21.30 (18 anos)
«Prazeres colectivos»

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Brandos Costumes»

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«Inocência e Turbamento»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«O Inspector Martelada»

ARCO
21.30 (10 anos)
«O Fugitivo»

COLISEU

IDEAL
21.15 (18 anos)
«Fúria de Campeão»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Os Rebeldes»

PARIS
21.15 (18 anos)
«Ternura e Violência»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Os Viciados»

JARDIM
21.00 (18 anos)
«Paulo, o Quente»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Os Prezados do Vigário»

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Billy Jack»

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«O Marquês de Sade»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
«A Outra Face do Padrinho»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Diário Íntimo de uma Mulher»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«A Batalha de Neretva»

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Estranha Forma de Amar»

PORTO/Teatros

SA DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Adeus Valentina»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aaina»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«Segundos para a fuga»

COLISEU
21.15 (18 anos)
«O Rally das Gozonas»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Um Dia de Sol»

ÁGUA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Obrigado Avó»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Emilienne»

S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«Obrigado Avó»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Coleccionadora»

TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Brincando com o Fogo»

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«Huitin, o Mar Maior de Todos»

JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«General Idi Amin Dada»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Sem Quasequém Preconceitos»

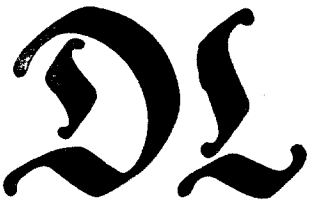
COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Núpcias de Porcelana»

TIVOLI
21.15 (13 anos)
«Amigos e Amantes»

S. TEOTÔNIO
21.15 (13 anos)
«Festival Joe Cocker»

GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Morrer em Madrid»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO: SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SOBRADO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍGUA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

Lei do Arrendamento Rural

Rendeiros do Norte protestam contra novo adiamento

Uma delegação do Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte foi recebida esta manhã pelo ministro da Agricultura. O eng.º Lopes Cardoso convocou o M. A. R. N. através de um telefonema para ouvir a opinião daquela organização, representativa dos interesses dos rendeiros da região, sobre mais uma prorrogação do contrato, por escrito, da Lei do Arrendamento Rural.

Os porta-vozes do M. A. R. N. discordaram desta atitude do Governo, que consideram corresponder a mais um atropelo dos direitos dos rendeiros pobres, sujeitos a toda a espécie de arbitrariedades por parte dos senhorios.

«Nós salientamos ao sr. ministro que isso era efectivamente uma injustiça, pois após a prorrogação anterior os rendeiros viram-se a braços com inúmeros problemas de tribunal. E porque? Porque não funcionam as comissões arbitrais e o próprio Ministério não tem feito nada para que elas funcionem. A actuação dos advogados corruptos e das forças militarizadas é um atentado a todos os que trabalham no Norte do País — afirmou um porta-voz do M. A. R. N.

«A aplicação da Lei do Arrendamento Rural só é possível com um aparelho de Estado que esteja a favor dos rendeiros e não dos senhorios», acrescentou.

Como os seus problemas não são resolvidos e, pelo contrário, até se agravam devido à política do Governo, o M. A. R. N. decidiu mobilizar os seus aderentes para virem a Lisboa, no dia 31, apresentar um protesto ao Conselho da Revolução.

«E não arredamos pé enquanto não ficar resolvida a questão. Estamos dispostos a manter-nos em protesto durante uma semana ou um mês. Nós dissemos firmemente não ao ministro. Este, perante a nossa resposta, disse que vai estudar o problema, pois não sabia que a prorrogação ia prejudicar os rendeiros...»

O ministro não sabe que os senhorios atacam as mulheres dos rendeiros e os próprios rendeiros de idade avançada. O ministro não sabe que os senhorios utilizam a ameaça, a bomba (como em Marco de Canavezes) para conseguirem que os rendeiros continuem a ser escravos. P ministro não sabe que os senhorios procedem a despejos dos seus caseiros — atirando para a rua tudo o que lhes pertence: gado, sementes, etc.

Mas os representantes do M.A.R.N. acentuaram que se a lei não for cumprida terão de começar «a actuar à enxada e à forquilha». Os rendeiros do Norte têm de se defender da violência reacçãoária.

Hipótese posta por Soares

Candidato à Presidência só depois das Legislativas

A instabilidade política que vem caracterizando a vida nacional nas últimas semanas e que parece com tendência para se acentuar à medida que se aproxima a campanha eleitoral, foi esta manhã denunciada pelo Partido Socialista, na sequência de outros avisos proferidos por sectores militares responsáveis e por forças de esquerda.

Numa conferência de Imprensa realizada esta manhã num hotel da capital, o dr. Mário Soares, secretário-geral do P.S., ao equacionar este problema, dizia ainda que o seu partido considera as próximas eleições como de extrema importância, já que delas poderá sair a institucionalização da democracia.

Como alternativa à situação presente, marcada por forte agitação social, por sucessivos e violentos ataques a figuras políticas, e às conquistas fundamentais destes dois anos de

revolução, o P.S. contrapõe, segundo apelo lançado por Mário Soares, a necessidade de uma campanha eleitoral serena, onde os confrontos possam ser reduzidos «ao nível das ideias». Neste sentido, o apelo do secretário-geral do P.S. tornou-se extensivo a uma «trégua política até às eleições», visando particularmente os partidos, os trabalhadores e os sindicatos «com opção de esquerda».

A futura Constituição, que deverá estar concluída até ao dia 2 de Abril, foi também posta em foco pelo que consagra as conquistas já alcançadas. Mário Soares prestou ainda homenagem às Forças Armadas «pelo exemplo de acatamento da democracia» que têm dado.

Quanto ao período eleitoral o P.S. reafirma a posição anteriormente definida de não aceitar alianças à esquerda ou à direita e propõe que os partidos que ainda o não fizeram

(neste caso encontram-se o P. P. D. e o C. D. S., já que o P. C. P. definiu recentemente o seu programa eleitoral) «digam o que querem fazer e qual o seu jogo de alianças».

Finalmente, o secretário-geral do P. S., referindo-se às eleições presidenciais e ao facto de «ver com preocupação» a maneira como «se atiram para cima da mesa» com nomes de militares como possíveis candidatos, recordou que o seu partido afirmara anteriormente que via com agrado uma figura militar para candidato, adiantando, no entanto, a boa impressão que lhe causaram as declarações mais recentes do general Ramalho Eanes, nas quais aventou a hipótese do futuro presidente poder ser um civil. Mário Soares acrescentaria, contudo que o P.S. só proporá o seu candidato depois das eleições legislativas e partindo da auscultação que as mesmas permitem.

Lista "D" (P.S. e independentes) ganhou eleições dos Professores

No primeiro escrutínio, realizado às 7 da manhã de hoje, das eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, a lista D levava um significativo avanço que a transforma na vencedora, já que as proporções da distribuição de votos se mantinham idênticas ao princípio da tarde. Os resultados do primeiro escrutínio distribuem-se do seguinte modo: lista A, 1396 votos (direcção), 1389 (conselho fiscal); lista B, 471 (direcção), 455 (conselho fiscal); lista C (não concorrente à direcção), 1381 votos (conselho fiscal); lista D, 3917 (direcção), 2767 (conselho fiscal); lista E, 525 (direcção), 527 (conselho fiscal); lista F, 279 (direcção), 277 (conselho fiscal).

As percentagens dos votantes oscilam entre os 70 e 80 por cento dos 15 mil professores com direito a voto.

Nas suas conotações partidárias (contra as quais a lista A se insurgiu) podem-se distribuir as seis listas por um leque que vai do M.R.P.P. ao P.P.D. e P.P.M. Assim, a lista A, «Unir os Professores, organizar o sindicato, transformar o ensino» estará próxima da C.D.P. agora cessante, do M.D.P. e do P.C.P.; a lista B, «Mobilizar, combater, unir, por uma prática anticapitalista» é afectada ao Núcleo de Intervenção C.E.C. constituído por professores ex-M.E.S. e onde sobressai o nome de Eduarda Dionísio; a lista C, «Pela democracia, pela independência nacional» só

podia concorrer ao Conselho Fiscal e engloba elementos do P.P.D., P.P.M. e P.C.P.(m-l); a lista D, a vencedora, «Por um Sindicato de Professores, democrático e independente», será dominada pelo P.S. e alguns elementos independentes; a lista E, «Unir os professores, por uma escola ao serviço do povo trabalhador», é constituída por professores afectos à U.D.P.; a lista F, a que conseguiu menor número de votos e que se apresentava com a extensa sigla «Por um sindicato único e democrático, pela escola nova, luta unidade, vitória-lista de unidade antifascista e antisocial-fascista», é afectada ao M.R.P.P.

A lista D, que organizações políticas, como o M.E.S., acusam de colocar o Sindicato dos Professores numa perspectiva tradicional e «trade-unio-nista», defende, na sua declaração de princípios, o direito de tendência. No campo sindical compromete-se a lutar pela revogação das três leis (dos despedimentos, da Greve e das Associações Sindicais). Na acção pedagógica vai bater-se pela criação do Estatuto de Professor-Estudante.

Recorde-se que no passado dia 20 do mês corrente a lista agora vencedora apresentara uma proposta que defendia que a direcção a ser eleita, fosse provisória durante dois meses, findos os quais se procederá a uma nova eleição para uma direcção definitiva. Como razões para esta proposta alegava a lista D a existência de

reduzido número de sindicalizados e mau funcionamento da C.D.P. do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa.

Cunhal de regresso

"Conversações positivas"

«Consideramos o resultado da nossa visita bastante positivo, não no sentido estreito de partido, mas no sentido de povo português e de povo angolano e moçambicano» — eis as

Pinto Balsemão no cabeçalho do "Jornal da Costa do Sol"

Francisco Pinto Balsemão, director do semanário «Expresso», surge agora também no cabeçalho do «Jornal da Costa do Sol» (rejuvenescido), cujo arranque coincidiu ontem com o n.º 620.

Uma editorial na página 4 dá conta dos propósitos que o animam e à sua equipa: «Tentar melhorar e renovar o jornal (...) profissionalizando-o».

Notícia em primeira «mão» é a de que Marcelo Rebelo de Sousa, (entrevistado nas centrais) vai publicar dentro de pouco tempo o I volume das suas «Memórias Políticas».

Espanha

Continuação da pág. 1
veria ser submetida a um referendo nacional».

É provável que as recentes posições da U. M. D. tenha vindo a precipitar os acontecimentos, motivando, aparentemente, a anunciada criação da Frente unida das principais forças da oposição.

Caxias e Santarém

Prováveis libertações hoje ou amanhã

«É provável que hoje ou amanhã ocorram mais libertações em Caxias e Santarém» — esta a informação que nos foi fornecida (10 e 15) pela Associação de Familiares dos Militares Revolucionários Presos.

Um contacto estabelecido com a Direcção dos Serviços Prisionais Militares propiciou-nos, logo a seguir, que os militares e civis detidos em consequência dos acontecimentos do dia 25 de Novembro «costumam sair ao pôr do Sol».

«Assim — disseram-nos — os mandados de soltura costumam chegar à nossa mão sempre a meio da tarde.»

Anteontem, como noticiámos, saiu de Santarém o capitão Francisco Faria Paulino. Quando detido, aquele oficial, muito calmo, disse a quem o prendia: «Tenho uma filha de três dias...» A menina, de nome Catarina, só também há três dias é que encontrou o carinho dos braços do pai.

Dos seis civis detidos, saiu também anteontem de Santarém o empregado bancário Moreira da Luz, «detido por não ter respeitado o estado de sítio».

África do Sul exigiu a Portugal devolução de material de guerra

Fontes próximas do Conselho da Revolução confirmaram esta manhã à Anop que a África do Sul exigiu a Portugal a devolução do material bélico

emprestado pelo Governo de Pretória para as lutas coloniais em Angola.

Esta questão levantou uma certa agitação na passada quarta-feira, quando os órgãos de Informação foram alertados para o facto de, em Alcântara, se encontrar ancorado um navio fortemente protegido por forças militares.

Segundo o semanário «O Jornal» tratava-se do cargueiro «Porto» que transportava um contentor com material de guerra, destinado ao Ministério da Defesa sul-africano.

De acordo com o mesmo jornal, a devolução do material começou em 20 de Agosto do ano passado.

Exercícios militares em Santa Margarida

Decorre no Campo Militar de Santa Margarida o exercício «Tejo» que envolve tropas dos Regimentos de Infantaria de Abrantes, Castelo Branco e Tomar, e dos Regimentos de Cavalaria de Santa Margarida e de Artilharia de Leiria.

O exercício tem por finalidade o aperfeiçoamento entre infantaria, carros de combate e artilharia, e preparar o Exército

português para a guerra clássica.

Ontem de manhã realizaram-se fogos reais de artilharia, seguindo-se de exercícios de fogo real com carros de combate, e por último fogos de armas pesadas de infantaria.

Assistiu ao exercício o comandante da Região Militar do Centro, brigadeiro Franco Charais.

3
tome
a

OS DIREITOS

Com destino à cooperativa de Casebres, como oferta da Bulgária, chegaram ao nosso país tractores, debulhadoras e semadeiras, no valor aproximado de 30 mil contos. Oferta que constitui um valioso estímulo à Reforma Agrária.

Dizem-nos, entretanto, que as máquinas agrícolas oferecidas ainda não puderam ser levantadas da Alfândega, que exigiria cerca de 800 contos de direitos...

Estamos seguros, porém, de que a tortuosidade de tais direitos não deixará de ser endireitada.

O JANTAR

Confidencia-nos «O Dia» que «o tenente-coronel Mário Firmino Miguel, militar prestigioso e figura em evidência no 25 de Abril e que teve intervenção destacada na equipa que sufocou o 25 de Novembro, jantou num dos últimos dias, num hotel de Lisboa, com dirigentes do P.P.D. (o secretário-geral, Francisco Sá Carneiro, e o vice-presidente da comissão executiva nacional, Magalhães Mota)».

O referido jornal chama a este jantar «um jantar político», insinuando que se teria falado da eleição presidencial.

primeiras palavras de Alvaro Cunhal quando esta manhã chegou da sua visita a Angola e Moçambique.

O secretário-geral do P.C.P. acentuou que as conversações havidas com os dois Governos africanos se saldaram por «uma contribuição bastante positiva para o reforço e desenvolvimento das relações entre Portugal, Angola e Moçambique».

Salientou ainda Alvaro Cunhal que «há uma realidade nova a que todos os portugueses se têm de habituar: a existência de dois países independentes e soberanos que têm todo o direito de seguir o seu destino».



DIABÉTICOS E OBESOS
DULCINETES
SACARINA

UM PRODUTO NACIONAL
UM PRODUTO DE QUALIDADE
À VENDA NAS FARMÁCIAS